

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA COMUNICAÇÃO - CCHC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL -
PPGDR
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ANNEMARA FAUSTINO

A CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO E
PESQUISA NA ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE GOVERNANÇA
MULTINÍVEL PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO,
NO PERÍODO DE 2010 A 2015

BLUMENAU

2018

ANNEMARA FAUSTINO

**A CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO E
PESQUISA NA ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE GOVERNANÇA
MULTINÍVEL PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO,
NO PERÍODO DE 2010 A 2015**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação da Fundação Universidade Regional de Blumenau, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Oklinger Mantovaneli Júnior.

**BLUMENAU
2018**

Ficha catalográfica elaborada por Everaldo Nunes – CRB 14/1199
Biblioteca Universitária da FURB

F268c

Faustino, Annemara, 1989-

A contribuição do núcleo de indicadores de desenvolvimento e pesquisa na estruturação do sistema de governança multinível para os objetivos de Desenvolvimento do Milênio, no período de 2010 a 2015 / Annemara Faustino. - Blumenau, 2018.

108 f. : il.

Orientador: Oklinger Mantovaneli Júnior.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Regional de Blumenau, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

Bibliografia: p. 87-93.

1. Desenvolvimento regional. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Governança pública. 4. Política pública. 5. Pobreza. 6. Pobreza - Cooperação internacional. 7. Indicadores sociais. I. Mantovaneli Júnior, Oklinger, 1965-. II. Universidade Regional de Blumenau. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDD 305.56

ANNEMARA FAUSTINO

**A CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO E
PESQUISA NA ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE GOVERNANÇA
MULTINÍVEL PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO,
NO PERÍODO DE 2010 A 2015**

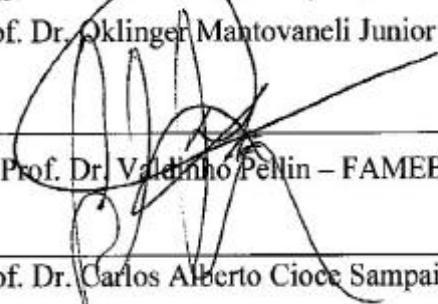
Por

ANNEMARA FAUSTINO

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR, da Universidade Regional de Blumenau – FURB, pela banca examinadora formada por:



Presidente: Prof. Dr. Oklinger Mantovaneli Junior – FURB



Membro: Prof. Dr. Valdirino Pellin – FAMEBLU

Membro: Prof. Dr. Carlos Alberto Ciocco Sampaio - FURB

Membro: Prof. Dr. Gilberto Friedenseich dos Santos – FURB



Prof. Dr. Clóvis Reis

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional

Blumenau, 13 de dezembro de 2018

Para a minha Mãe, Elieti, e meu Pai, Joel.

Para os meus amores da FURB: Kathleen Simone Hüskes, Eunice Hasckel, Valeska Cristina
Barbosa, Elenita Schwartz de Borba e Anderson Rosa.

AMO VOCÊS!

Esta dissertação foi realizada com apoio da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, mediante concessão de bolsa de estudos, no período de março de 2016 a março de 2017. E com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC, no período de abril de 2017 a agosto de 2018, ao curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB.



(Maurício de Sousa)

RESUMO

Os aspectos relacionados a continuidade da vida no planeta e o desenvolvimento humano são aspectos que tem despertado a preocupação da sociedade, uma ação neste sentido são os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, um planejamento internacional robusto para o desenvolvimento, com dimensões econômica, social e ambiental. Foi definido e adotado pelos Países-membros da Organização das Nações Unidas, logo após a aprovação da Declaração do Milênio das Nações Unidas, no ano 2000. Tendo como prioridade a diminuição da pobreza mundial, estipulando assim, uma série de compromissos concretos, para avanços referentes ao desenvolvimento socioeconômicos. Com isso, a dissertação apresenta os resultados de uma pesquisa que teve como propósito analisar a contribuição do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP), como estratégia formativa para o desenvolvimento territorial sustentável e para o enraizamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estruturada em quatro capítulos. No primeiro apresenta-se a introdução, a contextualização, a justificativa, a reflexão do estudo, o problema de pesquisa e os objetivos da pesquisa. No segundo capítulo, estão sistematizadas algumas contribuições bibliográficas, temas relacionados ao desenvolvimento regional, territorial e globalização, aspectos das políticas públicas, sistema de governança, governabilidade, governança multinível e a governança territorial sustentável, contextualizando-os com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. No terceiro capítulo é abordado o estudo de caso, a metodologia, os procedimentos da coleta e análise dos dados, a matriz de análise, a caracterização da área de estudo e os resultados obtidos. No quarto capítulo, são apresentadas as considerações finais e sugestões para novas pesquisas. Podemos concluir que, quanto ao protagonismo na estruturação de um sistema de governança que abrange a dimensão política do desenvolvimento territorial sustentável, o NIDEP se destaca na capacidade de potencializar ações empresariais, promovendo com sucesso processos de adequações sustentáveis. Suas ações denotam seu protagonismo na estruturação de um sistema de governança multinível, para a articulação dos dirigentes empresariais da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), sendo pioneiro no âmbito nacional. Formando uma rede de cooperação e governança multinível, integrando a iniciativa privada, sociedade civil e Governo.

Palavras-chave: Governança multinível. Desenvolvimento territorial sustentável. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

ABSTRACT

The aspects related to the continuity of life on the planet and human development are aspects that have aroused the concern of society, an action in this direction are the Millennium Development Goals, a robust international development planning with economic, social and environmental dimensions. It was defined and adopted by the Member Countries of the United Nations, following the adoption of the United Nations Millennium Declaration in the year 2000, with priority being given to the reduction of world poverty, thus stipulating a series of concrete commitments for progress socioeconomic development. With this, the dissertation presents the results of a research whose purpose was to analyze the contribution of the Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP) as a formative strategy for sustainable territorial development and for the rooting of the Millennium Development Goals, structured in four chapters. The first one presents the introduction, the contextualization, the justification, the reflection of the study, the research problem and the research objectives. In the second chapter, some bibliographic contributions are systematized, topics related to regional, territorial and globalization development, aspects of public policies, governance system, governance, multilevel governance and sustainable territorial governance, contextualizing them with the Millennium Development Goals. In the third chapter the case study, the methodology, the data collection and analysis procedures, the analysis matrix, the characterization of the study area and the results obtained are discussed. In the fourth chapter, the final considerations and suggestions for new research are presented. We can conclude that, as regards the role of structuring a governance system that encompasses the political dimension of sustainable territorial development, NIDEP stands out in its ability to leverage business actions, successfully promoting sustainable adaptation processes. Its actions reflect its role in structuring a multilevel governance system for the articulation of the business leaders of the Federation of Industries of the State of Paraná (FIEP), being a pioneer at the national level. Forming a multi-level cooperation and governance network, integrating private initiative, civil society and Government.

Keywords: Multilevel governance. Sustainable territorial development. Millennium development goals.

RESUMEN

Los aspectos relacionados con la continuidad de la vida en el planeta y el desarrollo humano son aspectos que han despertado la preocupación de la sociedad, una acción en este sentido son los Objetivos de Desarrollo del Milenio, una planificación internacional robusta para el desarrollo, con dimensiones económica, social y ambiental. Fue definido y adoptado por los Países miembros de la Organización de las Naciones Unidas, después de la aprobación de la Declaración del Milenio de las Naciones Unidas en el año 2000. Teniendo como prioridad la disminución de la pobreza mundial, estipulando así una serie de compromisos concretos, para avances sobre el desarrollo socioeconómico. Con ello, la disertación presenta los resultados de una investigación que tuvo como propósito analizar la contribución del Núcleo de Indicadores de Desarrollo e Investigación (NIDEP), como estrategia formativa para el desarrollo territorial sostenible y para el enraizamiento de los Objetivos de Desarrollo del Milenio, estructurada en cuatro capítulos. En el primero se presenta la introducción, la contextualización, la justificación, la reflexión del estudio, el problema de investigación y los objetivos de la investigación. En el segundo capítulo, se sistematizan algunas contribuciones bibliográficas, temas relacionados al desarrollo regional, territorial y globalización, aspectos de las políticas públicas, sistema de gobernanza, gobernabilidad, gobernanza multinivel y la gobernanza territorial sostenible, contextualizándolos con los Objetivos de Desarrollo del Milenio. En el tercer capítulo se aborda el estudio de caso, la metodología, los procedimientos de la recolección y análisis de los datos, la matriz de análisis, la caracterización del área de estudio y los resultados obtenidos. En el cuarto capítulo se presentan las consideraciones finales y sugerencias para nuevas investigaciones. Podemos concluir que, en cuanto al protagonismo en la estructuración de un sistema de gobernanza que abarca la dimensión política del desarrollo territorial sostenible, el NIDEP se destaca en la capacidad de potenciar acciones empresariales, promoviendo con éxito procesos de adecuaciones sostenibles. Sus acciones denotan su protagonismo en la estructuración de un sistema de gobernanza multinivel, para la articulación de los dirigentes empresariales de la Federación de las Industrias del Estado de Paraná (FIEP), siendo pionero en el ámbito nacional. Formando una red de cooperación y gobernanza multinivel, integrando la iniciativa privada, la sociedad civil y el Gobierno.

Palabras-clave: Gobernanza multinivel. Desarrollo territorial sostenible. Objetivos de Desarrollo del Milenio.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fases do ciclos de políticas públicas	25
Figura 2 – Relação Sociedade – Economia – Ambiente x Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	36
Figura 3 – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	46
Figura 4 – Processo de agregação dos ODM no Brasil.....	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fases do ciclo de políticas públicas	29
Quadro 2 - Modelos de governança multinível	30
Quadro 3 - Agrupamento das diferentes teorias sobre o desenvolvimento.....	32
Quadro 4 - Características do desenvolvimento regional	35
Quadro 5 - As cinco dimensões do desenvolvimento sustentável.....	39
Quadro 6 - Matriz-síntese à Escala Humana e os ODM	44
Quadro 7 - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e suas metas.....	47
Quadro 8 - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e as metas exclusivas do Brasil	52
Quadro 9 - Resultados ODM no Brasil	53
Quadro 10 - Valores do Sistema FIEP	70
Quadro 11 - Ações para o enraizamento dos ODM realizadas pelo NIDEP em parceria com o SESI	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALALC	Associação de Livre Comércio para a América Latina
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BR	Brasil
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIEP	Centro das Indústrias do Estado do Paraná
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FIEP	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
FURB	Fundação Universidade Regional de Blumenau
GUO	Global Urban Observatory
HIV	Human Immunodeficiency Virus
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
ICONS	International Conference on Sustainable Development and Quality of Life Indicators
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
IPD	Instituto de Promoção do Desenvolvimento
IPD	Instituto Paraná de Desenvolvimento
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
NIDEP	Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa
NPP	Núcleo de Políticas Públicas
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUBR	Organização das Nações Unidas no Brasil
ORBIS	Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
PR	Paraná
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI	Serviço Social da Indústria
SESI-PR	Serviço Social da Indústria do Paraná
SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
SND	Sociedade das Nações
UNCTAD	Conferência de Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas
UNDP	United Nations Development Programme
UN-Habitat	Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos
VIH	Vírus da Imunodeficiência Humana

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	TEMA DE PESQUISA	21
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA	21
1.3	OBJETIVOS	21
1.3.1	Objetivo geral	21
1.3.2	Objetivos específicos	22
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	22
2	REVISÃO DE LITERATURA	23
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS	23
2.2	GOVERNANÇA.....	26
2.2.1	Governabilidade e Governança	26
2.2.2	Governança multinível	29
2.3	TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	31
2.3.1	Desenvolvimento regional, territorial e globalização	31
2.3.2	Desenvolvimento sustentável	38
2.3.2.1	Indicadores de sustentabilidade	40
2.3.3	Desenvolvimento à escala humana	42
2.4	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO	45
2.4.1	Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	46
2.4.2	Instituições e pactos globais	48
2.4.3	Desenvolvimento humano	50
3	ESTUDO DE CASO	56
3.1	METODOLOGIA	56
3.1.1	Procedimento de coleta e análise de dados	57
3.1.2	Matriz analítica	61
3.2	RESULTADOS DA PESQUISA.....	62
3.2.1	O Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa – (NIDEP): contextualização, institucionalização, dimensão política e contribuições para a implementação dos objetivos de desenvolvimento do milênio no Brasil	64
3.2.1.1	Organizações parceiras e as relações de governança	67
3.2.2	Estratégias para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável e o enraizamento dos ODM	76

3.2.2.1	O NIDEP no movimento nacional pela cidadania e solidariedade	80
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
	REFERÊNCIAS.....	87
	APÊNDICE A - Objetivos de desenvolvimento do milênio, metas e indicadores	94
	APÊNDICE B - Roteiro de entrevista	99
	APÊNDICE C - Roteiro de entrevista: objetivo específico 1.....	100
	APÊNDICE D - Roteiro de entrevista: objetivo específico 2.....	101
	APÊNDICE E - Roteiro de entrevista: objetivo específico 3.....	102
	APÊNDICE F - Atuais países-membros da Organização das Nações Unidas	103
	ANEXO A – <i>Layout</i> do Portal ODM	107
	ANEXO B - <i>Slogan</i> do Movimento Nós Podemos	108

1 INTRODUÇÃO

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio se representou como um plano internacional robusto para o desenvolvimento, com dimensões econômica, social e ambiental. Foi definido e adotado pelos Países-membros da Organização das Nações Unidas, logo após a aprovação da Declaração do Milênio das Nações Unidas, em setembro do ano 2000. A declaração sintetiza acordos internacionais alcançados em várias cúpulas mundiais ao longo da década de 1990 e mobilizou governos e a sociedade. Pode-se concluir que tem como prioridade a diminuição da pobreza mundial, garantindo assim, uma série de compromissos concretos, que contribuiriam para avanços referentes ao desenvolvimento socioeconômico.

Nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, é uma agenda Global que teve início no ano de 2000 e término em 2015, onde foram definidos 8 Objetivos, com 21 metas e 60 indicadores, a ONU de forma criativa e inovadora, fez um grande esforço no sentido de incluir os ODM nas agendas internacionais, nacionais e locais. Que embora houvessem metas e indicadores mundiais, cada país adaptava-os de acordo com seu contexto, procurando as melhores formas de alcance, utilizando estratégias e mobilização local, os esforços se concentraram nos oito seguintes objetivos (BRASIL, 2009 e ONU, 2000):

Objetivo 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome.

Metas: Reduzir para metade entre 1990 e 2015 a proporção da população cujo rendimento é inferior a 1 dólar por dia; alcançar o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos, incluindo mulheres e jovens e; reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população afetada pela fome.

Objetivo 2: Alcançar a educação primária universal.

Metas: Garantir, que até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos tenham a oportunidade de completar um plano de estudos de escolaridade primária completo.

Objetivo 3: Promover a igualdade de gênero e capacitar as mulheres.

Metas: Eliminar a disparidade entre gêneros no ensino primário e secundário se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, até 2015.

Objetivo 4: Reduzir a mortalidade infantil.

Metas: Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade das crianças com menos de 5 anos.

Objetivo 5: Melhorar a saúde materna.

Metas: Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade infantil; Alcançar o acesso universal a serviços de saúde reprodutiva.

Objetivo 6: Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças.

Metas: Parar e reverter, até 2015, a propagação do VIH/SIDA; Alcançar, até 2010, o acesso universal ao tratamento do VIH/SIDA para todos aqueles que dele necessitam; Parar e inverter, até 2015, a tendência atual da incidência da malária e de outras doenças graves.

Objetivo 7: Assegurar a sustentabilidade ambiental.

Metas: Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas dos países nacionais e inverter a atual tendência de perda de recursos ambientais; Reduzir a perda de biodiversidade, alcançando até 2010, uma redução significativa na taxa de perda; Reduzir para metade, até 2015, a percentagem da população sem acesso sustentável a água potável e saneamento básico; Alcançar, até 2020, uma melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros de lata.

Objetivo 8: Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Metas: Desenvolver um comércio e sistema financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório; Atender às necessidades especiais dos Países em Desenvolvimento; Atender às necessidades especiais dos Países em Desenvolvimento sem litoral e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento (por meio do Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e o resultado do Vigésimo Segundo Período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral); Tratar de forma integrada do problema da dívida dos Países em Desenvolvimento; Fornecer acesso aos medicamentos essenciais a preços acessíveis nos Países em Desenvolvimento, em cooperação com as empresas farmacêuticas; Tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial da informação da comunicação, em colaboração com o setor privado.

A forma inovadora encontrada para desenvolver um projeto robusto e de abrangência mundial como os ODM e, para implantação em 191 Países-membros da ONU, foi sem dúvida o caráter da participação e envolvimento de diversos atores no processo, por meio de um sistema de governança multinível comprometendo os administradores públicos, os diversos atores económicos, culturais e sociais, que pudessem responder às necessidades de cada território (BRASIL, 2009 e ONU, 2000). Neste contexto, a pesquisa buscou analisar a

contribuição do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP), na estruturação do sistema de governança multinível no Brasil, como instrumento de promoção do Objetivos de desenvolvimento do milênio, no período de 2010 a 2015. Utilizando como base metodológica a governança multinível e o desenvolvimento territorial sustentável, buscou-se assim, apontar as redes e atores que suportam e subsidiam a implantação dos ODM localmente, mas, no contexto globalizado.

Para tanto, procedeu-se uma breve abordagem sobre o ciclo das políticas públicas, governança no território, desenvolvimento regional, territorial e globalização. Após, analisou-se a incorporação da utilização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) quanto um conjunto de desejos sociais, sua participação na diminuição da pobreza e melhoria da qualidade de vida das pessoas, como base nos 8 Objetivos, 21 metas e 60 indicadores, em âmbito nacional, durante o período de 2010 até 2015. Buscando realizar uma pesquisa exploratório sobre a o protagonismo do NIDEP, como contribuição do enraizamento dos ODM para a Agenda dos Objetivos do Milênio. Os procedimentos técnicos utilizados na pesquisa foram: caracterização do estudo, pesquisa exploratória descritiva, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas¹ semiestruturadas.

Percebe-se que os procedimentos e as ações para alcance dos ODM estão diretamente relacionados com o território, seu desenvolvimento e as políticas públicas. A forma como as sociedades se organizam determinam de maneira direta o seu desenvolvimento territorial, denota-se assim, a importância de se compreender e se debruçar teórica e empiricamente a questões do território. Pois, o enfoque territorial do desenvolvimento estimula o estudo dos mecanismos de governança pública contidos na composição da atuação dos conselhos de desenvolvimento. As decisões políticas devem levar em consideração que crescimento econômico, não necessariamente levam a um processo de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2010). Os estudos em desenvolvimento territorial vêm contribuindo para avanços no campo das políticas públicas. De acordo com o autor Haesbaert (2004), o território é o espaço que privilegia a dimensão espacial e, envolve as questões de caráter político e das relações de poder em suas múltiplas esferas. Contudo, pode se compreender ainda, o crescimento econômico como uma etapa de transição para um desenvolvimento sustentável, que promova a redução das desigualdades, principalmente, nas regiões mais pobres do mundo (SACHS,1993). Busca-se, no entanto, um desenvolvimento que centralize o social e ambiental, como afirma Theis (2006):

¹ Foi obtida autorização, individualizada, para uso das entrevistas, bem como dos nomes dos entrevistados (as).

A construção de relações mais solidárias, todavia, tem de partir do propósito mais amplo de promover desenvolvimento territorial sustentável, socialmente inclusivo e ecologicamente prudente, apoiada na radicalização da democracia em todas as escalas. Aqui se entende por democracia a forma de regulação política que implica, ou não, a participação da cidadania na definição de um certo paradigma societário, na completa soberania dos sujeitos na escolha de um dado modelo de desenvolvimento. A radicalização da democracia é uma questão relevante para os movimentos sociais e uma condição para o atendimento de suas demandas e aspirações (THEIS, 2006, p. 31).

O tema de pesquisa, portanto, se justifica e se torna relevante levando em consideração o cenário social atual de grande parte da população, evidenciado principalmente nos grandes conglomerados populacionais e nos grandes centros urbanos mundiais que, apesar dos avanços tecnológicos, constante crescimento econômico e o aumento da produção no mundo, milhares de pessoas ainda sofrem com a desigualdade social e vivem em situação de extrema pobreza. Levando em consideração ainda, a desigualdade e os impactos socioambientais, causados por um modo de produção capitalista. Essa pesquisa avança, portanto, no conhecimento teórico-empírico, de um núcleo de referência para a definição de políticas públicas, cumprindo um papel de promover o desenvolvimento econômico e social no Brasil.

O objeto desta pesquisa, está vinculado a linha de pesquisa Estado, Sociedade e Desenvolvimento no Território, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional – PPGDR/FURB. Realizada por meio de uma pesquisa exploratória qualitativa, na busca por investigar a contribuição do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP) na estruturação do sistema de governança multinível para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, no período de 2010 a 2015. Contribui ainda, para o Projeto Produtividade, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação (CNPq), PQ – 2014, intitulada: Sustentabilidade (política e administrativa) na gestão do desenvolvimento e governança como fator de territorialização: um estudo das dinâmicas de pactuação territorial oriundas da transição entre o movimento Nós-Podemos Brasil / Objetivos do Milênio (ODM / PNUD) e a estruturação, no Brasil, dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS / PNUD), coordenado pelo Professor Dr. Oklinger Mantovaneli Júnior. E vinculado ao grupo de pesquisa do Núcleo de Políticas Públicas (NPP) do PPGDR/FURB. Grupo no qual, promove pesquisas nas áreas da ciência política, com ênfase nas temáticas relacionadas ao estado, sociedade civil, territorialidade e poder.

O NIDEP, unidade de análise desta pesquisa, se destacou no Brasil na centralidade de dados, informações, treinamentos e divulgação para o alcance dos ODM. O Núcleo, portanto,

monitora e apresenta os resultados de um objeto ou realidade, por meio da utilização de indicadores de monitoramento e avaliação. O núcleo surgiu como resultado das discussões gestadas na Conferência Internacional sobre Indicadores de Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida (ICONS), no ano de 2003 na cidade de Curitiba que reuniu pesquisadores, ativistas e participantes das Nações Unidas. Com o objetivo de discutir novos indicadores que evidenciassem a prosperidade e a qualidade de vida das pessoas em diferentes contextos e países. O Núcleo enfatiza a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável, com as seguintes ações: Organizar e monitorar um sistema de indicadores voltados para a sustentabilidade local; produzir estudos, análises e conhecimento relacionados a sustentabilidade; apoiar processos de reflexão e de tomada de decisão que subsidiem os rumos do desenvolvimento sustentável regional (NIDEP, 2018).

1.1 TEMA DE PESQUISA

A correlação entre sustentabilidade e governança na experiência do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa e sua estruturação no sistema de governança multinível para o enraizamento dos Objetivos de desenvolvimento do milênio, no período de 2010 a 2015.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Qual a contribuição do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP), para o enraizamento da Agenda dos Objetivos Desenvolvimento do Milênio no Brasil, no período 2010 – 2015?

1.3 OBJETIVOS

A seguir, enunciam-se os objetivos que servirão de norte para a presente pesquisa.

1.3.1 Objetivo geral

Analisar a contribuição do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP), como estratégia formativa para o desenvolvimento territorial sustentável e para o enraizamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Contextualizar a institucionalização do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP), como estratégia para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil;
- b) Analisar a contribuição do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP), por meio do seu protagonismo na estruturação do sistema de governança multinível para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;
- c) Identificar a convergência do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP), com a dimensão política do desenvolvimento territorial sustentável.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Para responder à pergunta de pesquisa e alcançar os objetivos propostos, esse trabalho está estruturado em quatro capítulos. Neste primeiro capítulo, se desenvolve a introdução, a contextualização, justificativa e a reflexão do estudo, além do problema de pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos utilizados na pesquisa.

O segundo capítulo está estruturado sistematicamente algumas contribuições bibliográficas, para compreender o problema e nortear a escolha metodológica mais adequada para analisar a realidade do objeto e sua caracterização. Analisam-se os principais aspectos das políticas públicas e do sistema de governança, governabilidade, a governança multinível e a governança territorial sustentável. Visto que, as políticas públicas são atividades para solução de problemas sociais. Somando se a isso, aborda-se também, temas relacionados ao desenvolvimento regional, territorial e globalização. Visto que o desenvolvimento de uma sociedade se apresenta como o resultado de um sistema complexo que envolvem: governos (suas decisões formuladas e implementadas); força de mercado e demais atores sociais. Para finalizar o capítulo, revisaram-se os conceitos e ações dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

No terceiro capítulo traz o estudo de caso e descrição da metodologia da pesquisa, assim como, os procedimentos da coleta e análise dos dados, a matriz de análise, a caracterização e a delimitação da área de estudo (Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa – NIDEP). E, no quarto e último capítulo são apresentadas as considerações finais e sugestões para novas pesquisas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para alcançar os objetivos deste trabalho e responder à pergunta de pesquisa, foi realizada uma revisão de literatura, para compreender o problema e nortear a escolha metodológica mais adequada para analisar a realidade do objeto e suas características. Dessa forma, apresentam-se os principais aspectos das políticas públicas e do sistema de governança. Dentre os aportes, destacam-se a governança multinível e a governança territorial sustentável. Aborda-se também, temas relacionados ao desenvolvimento regional, territorial e globalização. Para finalizar, revisou-se os conceitos e ações dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas públicas são ações de intermédio para resolver situações sociais problemáticas, isto se relaciona diretamente com o objetivo geral desta pesquisa, que busca analisar o esforço para enraizamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, como uma necessidade de governo, pactuada em nível internacional e conduzida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Dessa forma, o governo busca resolver situações problemáticas da sociedade, colaborando na redução da pobreza, nas desigualdades sociais e nos impactos ambientais. Essas ações resultam de uma complexa interação entre Estados, sociedade civil e o setor privado. Temas esses que também são abordados pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Os autores Di Gionanni; Nogueira (2015), afirmam que, nas sociedades capitalistas após a segunda guerra mundial, houve um aumento considerável das intervenções do Estado na vida econômica e social:

Políticas públicas são definidas e praticadas em termos históricos. Cada sociedade tem um padrão de políticas públicas, seja no sentido da reprodução de certos modos de conceber e fazer, de financiar e gastar, seja no sentido das carências e dos problemas que buscam enfrentar. Fixara-se na sociedade contemporâneas, em maior ou menor grau, a partir da segunda metade do século 20, acompanhando a transição demográfica que se associou à industrialização, à urbanização, à revolução tecnológica no campo das comunicações, à expansão dos sistemas educacionais, à secularização da vida coletiva, à transformação das relações entre gêneros, à modificação no modo de vida – expressando, em suma, tudo aquilo que pode ser vinculado à complexificação, diferenciação e fragmentação das sociedades. Precisamente por isso, passaram a ser progressivamente definidas como intervenções estatais, por uma pluralidade de atores, de natureza e origens diversas e portadores de interesses específicos (contraditórios ou não) (DI GIONANNI; NOGUEIRA, 2015, p. 19).

Com isso, percebe-se que o desenvolvimento de uma sociedade se apresenta como o resultado de um sistema complexo que envolve: governos (suas decisões formuladas e implementadas); forças de mercado e demais atores sociais. Dessa forma, as decisões e ações desses atores constituem as políticas públicas (HEIDEMAN, 2009). As políticas públicas são atividades políticas, ou seja, são ações da racionalidade dialógica e democrática, tipificando o mundo atual (DI GIONANNI; NOGUEIRA, 2015). Secchi (2011), afirma que elas incorporam as políticas governamentais, que são estabelecidas por atores governamentais emanadas por órgãos como, o poder legislativo, executivo e judiciário. Para uma política ser pública terá que abarcar um problema público, o que não necessariamente acontece nas ações de políticas governamentais:

[...] o Estado moderno se destaca em relação a outros atores no estabelecimento de políticas públicas. A centralidade do estado no estabelecimento de políticas públicas é consequência de alguns fatores: 1) a elaboração de políticas públicas é uma das razões centrais da existência do Estado moderno; 2) o estado detém o monopólio do uso da força legítima e isso lhe dá uma superioridade objetiva com relação a outros autores; 3) o Estado moderno controla grande parte dos recursos nacionais e, por isso, consegue elaborar políticas robustas temporal e espacial (SECCHI, 2011, p. 4).

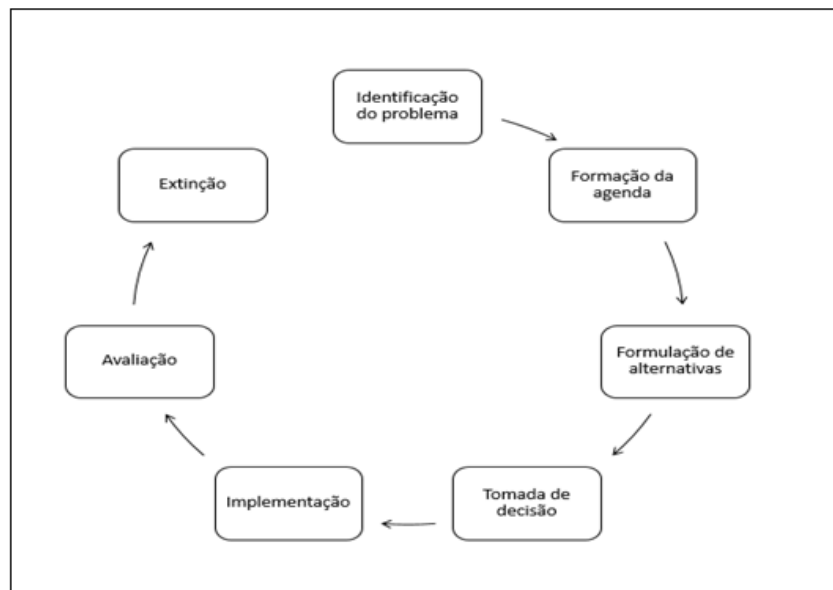
As políticas públicas são um sistema de fluxos que se caracteriza por constantes trocas, pressões e contrapressões, sendo que os objetos de decisão se alteram ininterruptamente. Griebeler (2017) afirma que as políticas são necessárias para que algo efetivamente ocorra, com isso, as políticas públicas (*policies*) são as saídas (*output*), resultado da dimensão de uma metodologia da política (*politics*), ou seja, é a consolidação das propostas dos programas políticos e sua relação com os problemas técnicos e com as decisões da política.

Sendo assim, a formação de políticas públicas se apresenta em dois processos: 1) o temporal constante redefinição dos objetos em jogo; 2) alteração da própria definição do que é ou não objeto de decisão política. Seu estudo é uma ótica caracterizada pela percepção da política, ou seja, das relações entre Estado e sociedade, em que, seu desenvolvimento se apresenta em uma relação de processo, para a formação de políticas públicas e a participação política dos diversos grupos sociais. Uma tipologia que se articula, tendo como base abstrata, que forneça subsídios para o entendimento das estruturas dos sistemas decisórios: a agenda; as arenas e as técnicas de implementação (LAMOUNIER, 1982):

AGENDA. O poder político se expressa na capacidade de determinar os objetos imediatos do conflito [...]. Esta afirmação tornar-se-á mais clara se consideramos que os objetos em jogo em qualquer processo decisório por sua vez determinam a participação ou de vários indivíduos ou grupos; a entrada ou não de novos participantes; e portanto, a composição dos blocos de interesses e as alianças possíveis. ARENAS. Os objetivos de decisão podem ser classificados, segundo Theodore Lowi, em três arenas: regulatória, distributiva e redistributiva. A arena regulatória se configura como objeto de decisão é a delimitação ou concessão de atividades [...]. A arena distributiva se configura quando se trata apenas de estimular ou desestimular atividades para as quais já existe uma regulamente aceita ou rotineira [...]. A redistributiva refere-se à própria estrutura de propriedade ou de renda e se configura quando essa estrutura é afeta por decisões que recorrem a instrumentos de interversão mais abrangente. TÉCNICAS. A seleção de técnicas específicas para a implementação de uma decisão pertence também ela ao reino da inventividade política, na qual se combinam razões propriamente técnicas com a substância de interesses diversos. (LAMOUNIER, 1982, p. 7 - 9).

Pode-se dividir as políticas públicas, segundo Frey (2000, p. 227), em cinco fases: “[...] a) percepção e definição de problemas; b) agenda *steing*; c) elaboração de programas e decisão; d) implementação de políticas e, e) avaliação de políticas e correlação da ação [...]”. Dessa forma, facilitando sua formulação, avaliação e monitoramento. Para Arretche (2001), as políticas são formuladas a partir de um processo de negociações e barganhas, onde sua elaboração não se apresenta como um processo autônomo individual, muitas vezes, não se apresenta a solução mais adequada, mas sim um processo de forças e contra forças. Apesar da variedade de versões para um modelo de fases do ciclo de políticas públicas, Secchi (2011) exemplifica em sete fases como as principais, conforme segue na figura 1:

Figura 1 – Fases do ciclos de políticas públicas



Fonte: SECCHI (2011). Adaptado pela autora.

As políticas públicas são estabelecidas por influência de diversos autores durante seu ciclo, como demonstrado na figura 1, que podem ser individuais ou coletivas, podendo ser também classificá-los como: 1) atores governamentais (políticos; designados politicamente; burocratas e juízes); 2) atores não governamentais (grupos de interesse; partidos políticos; meios de comunicação; destinatários das políticas públicas; organização do terceiro setor e outros *stakeholder*). As participações desses atores se apresentam em conformidade com a característica do ambiente político ser mais ou menos democrático, esses conseguem influenciar e sensibilizar a opinião pública sobre problemas de relevância coletiva, sendo que, quanto mais influente o ator, maior a possibilidade de decisão ser acolhida pela agenda (SECCHI, 2011).

2.2 GOVERNANÇA

Governança multinível e desenvolvimento territorial sustentável, são os temas que estruturam o recorte teórico dessa pesquisa. A revisão desses tópicos contribuirá para avaliar a contribuição Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP), para a estruturação do sistema de governança multinível e para o enraizamento do Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, como uma estratégia formativa. Para tanto, inicia-se com o percurso pela noção de governabilidade, governança e governança multinível e seus conceitos.

2.2.1 Governabilidade e Governança

No início da década de 1980, as noções de governabilidade e governança (*governance*) começam a surgir em decorrência das ações contraídas pela “reforma do Estado”. Porém, os dois conceitos não têm a mesma origem e o mesmo tempo de construção, sendo o termo governabilidade antecessor ao termo da governança, no âmbito das ciências políticas. Partiu do cientista político norte americano Samuel Philips Huntington (1975), início da década de 1960, as primeiras citações desses conceitos (LESSA, 2015). Para Huntington, o andamento correto das atividades políticas depende do balanceamento entre as instituições, em especial, dos partidos políticos e das instituições governamentais. Instituições essas, que implementam e regulam as políticas públicas (SANTOS, 1999). Referente aos conceitos de governabilidade e governança, o autor Araújo (2002), argumenta:

Como a maior parte dos conceitos em ciência política, a governabilidade/governança não possuem uma definição muito clara e precisa, visando de autor para autor, de acordo com a sua nacionalidade, orientação ideológica e a ênfase que é dada a um ou outro elemento. Contudo, somos capazes de citar algumas características comuns entre as diferentes conceituações existentes e estabelecer alguns paralelos (ARAÚJO, 2002, p. 05).

O conceito governabilidade fazer referência às atividades da atmosfera política, efetivadas ou não, em relação as ações de administração, com embasamento na legalidade dos governos, imagens públicas da burocracia e confiabilidade (BENTO, 2003). Já o conceito governança, pode ser compreendida como a face de uma mesma atividade, ou seja, com os instrumentos da governabilidade. Dessa forma, entende-se governança como a competência que um governo tem para formular e desenvolver suas políticas. Sendo que, são os próprios agentes públicos ou funcionários da Estado que permitem a construção e a prática correta das políticas públicas e não os cidadãos ou a cidadania organizada (ARAÚJO, 2002). Para o autor Pereira (1998), os conceitos de governabilidade e governança, são:

[...] governabilidade é uma capacidade política de governar derivada da relação de legitimidade do Estado e do seu Governo com a sociedade; governança é a capacidade financeira e administrativa, em sentido amplo, de um governo implementar políticas. Sem governabilidade é impossível governança, mas esta pode ser muito deficiente em situações satisfatórias de governabilidade, como a presente no Brasil (PEREIRA, 1998, p. 33).

A governabilidade se refere às condições do exercício do poder, a sustentação política e a legitimidade dos governos para colocar em pratica suas atividades a longo prazo. Sendo também, a capacidade dos poderes públicos de intercalar os interesses da sociedade, articular coalizões entre os partidos, a política e a sociedade civil que apoiam as ações do governo (BENTO, 2003). Araújo (2002), relaciona a governabilidade como uma formar mais direta com o Estado, sendo também, “[...] a redefinição das relações Estado-sociedade, Estado-mercado e entre os poderes ou funções do Estado (executivo, legislativo, judiciário)” (ARAÚJO, 2002, p. 6). Diniz (2015) afirma ainda que, a governabilidade, de forma democrática, estabelece não apenas um melhor comportamento da burocracia, elevando seus níveis de responsabilidade e esforço técnico.

Governança é a tradução do termo em inglês *governance* e em francês *gouvernance* (BÜTTENBENDER, 2017). Em termos etimológicos, governança tem origem do vocabulário grego que significa *kybernetes* (guia, piloto) e *kybenan* (incitar, estimular) (CARRION; COSTA, 2010). Sendo utilizado em diferentes áreas de estudos como na política, na sociologia, na geografia, na economia e na administração. Possuindo não necessariamente o

mesmo sentido em sua utilização (BÜTTENBENDER, 2017). Para Bento (2003), governança é a competência administrativa e financeira de um governo implementar suas políticas. O autor Gonçalves (2011), complementa:

O conceito de governança, tal como é aplicado hoje [...], foi desenvolvido há pouco tempo, além de ter sofrido alterações em período recente. Antes disso, a ideia dominante era identificar governança a governo, ou no máximo arquitetura dos sistemas de governo. Os dicionários ainda registram a palavra como sinônimo de governo, ou como o ato, processo ou poder de governo (GONÇALVES, 2011, p. 41).

A utilização do termo governança iniciou nos anos de 1980, quando organizações como o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, começaram a utilizar a expressão “boa governança” para indicar um conjunto de princípios que guiavam as ações e os trabalhos aos países nos quais, eles disponibilizavam financiamentos. Borges (2000), afirma “[...] o Banco Mundial estabeleceu quatro dimensões-chave para a boa governança: administração do setor público; quadro legal; participação e *accountability*, e informação e transparência (BORGES, 2000, p. 126). Dessa forma, boa governança proporciona transações efetivas nos mercados. Favorecendo assim, a redução da pobreza, aumento econômico e qualidade de vida (GONÇALVES, 2011). Portanto, para Mantovaneli Jr.; Sampaio (2010) governança é um fator que determina as:

[...] instâncias de territorialização do desenvolvimento, tanto no sentido físico como amplamente institucional do termo. Por conseguinte, qualquer leitura sobre a idéia de sustentabilidade que abra mão da escolha humana para a definição de diretrizes e ações não pode ser vista como alinhada à lógica do desenvolvimento territorial sustentável (MANTOVANELI Jr.; SAMPAIO, 2010, p. 77).

Os autores complementam “[...] governança é a capacidade efetiva de pactuação democrática e sustentável que corporifica e, portanto territorializa os processos de gestão de desenvolvimento” Mantovaneli Jr. e Sampaio (2010, p. 81). Por fim, Blaco e Comà (BLACO; COMÀ, 2003 apud BÜTTENBENDER, 2017, p. 223) apresentam, como segue no quadro 1, três hipóteses inter-relacionadas que compõem um marco conceitual de partida para compreender teoricamente a governança:

Quadro 1 - Fases do ciclos de políticas públicas

<p>1) A governança implica o reconhecimento, a aceitação e a integração da complexidade como um elemento intrínseco do processo político, pois, nos processos participativos intervêm uma grande complexidade de atores; governar, nesta perspectiva, significa não seguir a indicação de uns poucos especialistas, senão que ser concebido como um processo aberto de aprendizagem, onde múltiplos atores aportam seus conhecimentos e suas percepções vivenciais da realidade;</p>
<p>2) A governança implica um sistema de governo por meio da participação de atores diversos num marco de redes plurais; trata-se do reconhecimento da multiplicidade de atores, públicos e privados, com interesses, vontades e recursos chaves para o desenvolvimento eficaz das políticas a diversidade de atores suscetíveis de participar no marco das redes responde a uma tríplice dinâmica de fragmentação de responsabilidades e capacidades de governo;</p>
<p>3) A governança exige uma nova posição dos poderes públicos nos processos de governo, a adoção de novas funções e a utilização de novos instrumentos de governo, sendo que em rede não possui um único sujeito dos Governos, senão que uma interação entre múltiplos atores de natureza muito diversa.</p>

Fonte: BLACO; COMÀ (2003 apud BÜTTENBENDER, 2017, p. 223). Adaptado pela autora.

2.2.2 Governança multinível

A governança multinível, multiescalas, múltiplos níveis ou como citado nas literaturas internacionais de *multi-level governance*, tem como marco pioneiro o estudo de Marks (1992) titulado de *Structural policy in the European Community*. Onde o conceito era apresentado como uma opção para o entendimento da dinâmica de integração da União Europeia (AALBERTS, 2002, 2004; HOGHE; MARKS, 2001, 2003; STEIN; TURKEWITSCH, 2008; PIATTONI, 2009; BEST, 2011; PANCERI, 2012). Governança multinível, no campo da ciência política, vinha sendo em maior escala estudada pelas teorias do intergovernamentalismo e neo-funcionalismo (PIATTONI, 2009 apud HENRICHS, 2015, p. 43). Para HEALEY (2006), a governança multinível surge como uma ação de mobilização e possui diversas formas:

[...] surge como processo de mobilização da ação coletiva e de regulação de interdependências, pois inclui as formas de ação coletiva centradas na esfera pública, quer as estruturadas por organismos governamentais formais, quer as despoletadas por grupos autónomos ou movimentos sociais que resistem e desafiam os modelos de governação tradicionais (HEALEY, 2006 apud PEREIRA, 2014, p. 7).

Muitos estudos se desenvolvem sobre governança multinível, porém, torna-se difícil um conceito preciso. O autor Knopp (2011), descreve governança multinível como sendo uma “[...] distribuição de poder, papéis, riscos, recompensas e responsabilidade entre os atores

envolvidos [...]” (Knopp, 2011, p. 58). Porém, a governança multinível e seus processos de desenvolvimento tem suas várias interpretações. Para complementação, os autores Marks e Hooghe (2004), caracterizam os dois modelos de governança multinível, conforme quadro 2:

Quadro 2 - Modelos de governança multinível

TIPO 1
<ul style="list-style-type: none"> • Dispersão de jurisdições por um número reduzido de níveis, suportados por instituições representativas, e responsáveis por funções diversas. As instituições têm fronteiras e competências bem definidas e sem sobreposições (entre níveis e dentro do próprio nível), sendo a gestão de conflitos internalizada. O referencial é um território de uma escala específica. Em cada escala territorial existe apenas uma entidade relevante que gere determinada função ou serviço. Este tipo de governança é (pretende-se que seja), estável a longo prazo, embora haja flexibilidade na distribuição de competências entre níveis; • Baseado na relação entre o governo central e os organismos sub-nacionais, numa abordagem sistêmica e limitada nas escalas de abordagem.
TIPO 2
<ul style="list-style-type: none"> • Estruturas de governança mais especializadas e focadas em funções/serviços específicos, traduzindo maior flexibilidade. A escala de atuação varia consoante o problema, mas privilegia o organismo que melhor internaliza os benefícios e custos de um determinado bem ou serviço público. A interseção entre as estruturas é grande, não havendo limite no número de escalas de jurisdição. Estas estruturas nascem e desaparecem consoante as necessidades específicas de governança; • As estruturas de governança são menos rígidas, fomentando uma abordagem ao nível de um “território funcional“, não necessariamente circunscrito às fronteiras administrativas; • As parcerias público-privadas (também existentes no tipo I) são aqui mais comuns.

Fonte: MARKS; HOOHE (2004 apud PEREIRA, 2014, p. 7). Adaptado pela autora

Dessa forma, as estruturas de governança multinível surgem do desenvolvimento do Estado e em conexão diversos atores. Dessa conexão, resultam três eixos de governança: 1) horizontal (inter-sectorial, cooperação territorial, parcerias); 2) vertical (multinível) e participação. A multiplicação de atores implica a estruturação de redes de governança para assegurar a articulação entre os envolvidos, que podem ser definidas como articulações horizontais relativamente estáveis de atores interdependentes, mas operacionalmente autônomos, que interagem entre si através de processos de negociação estruturados por um enquadramento normativo e cognitivo auto-regulado, consoante limites estabelecidos por forças externas (TORFING, 2005, p. 307).

2.3 TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ao analisar conceitualmente o fenômeno do desenvolvimento, como será detalhado mais a seguir, nos remetemos a vários questionamentos sobre: o crescimento econômico e suas consequências ambientais, desigualdades sociais e ao esgotamento de recursos naturais; contradições entre o desenvolvimento local e o global, a imposição econômica e política da globalização; as imposições do sistema capitalista e o avanço da tecnologia. Essas questões norteiam o desenvolvimento como um processo de mudança social, aplicado pelos diversos setores políticos e sociais. Um avanço para o desenvolvimento forão os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que promovem os direitos e a melhoria das condições sociais e econômicas das populações vulneráveis. Nesse sentido, o desenvolvimento que reflete na qualidade de vida das pessoas. Corrobora com essa compreensão de desenvolvimento Souza e Theis (2009):

[...] podemos entender *mais do que* um processo localizado de crescimento econômico e mudança social, que tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida material e espiritual de uma comunidade. Aqui se adere a uma compreensão de desenvolvimento na escala regional como um processo de desenvolvimento socialmente equitativo e ecologicamente prudente, apoiado na democratização em todas as escalas, na participação ativa da cidadania na definição de seu paradigma societário, na completa soberania dos sujeitos na escolha de seu futuro (SOUZA e THEIS, 2009, p. 12).

Para contextualizar o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões, nos próximos subcapítulos será abordado os seguintes temas: Desenvolvimento regional, territorial e globalização, apresentando a análise bibliográfica do desenvolvimento territorial sustentável e as consequências da intervenção humana no território; na sessão relacionada ao Desenvolvimento sustentável e os Indicadores de sustentabilidade se apresentará considerações de insustentabilidade do padrão atual de desenvolvimento e as contribuições dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, para sua superação. Finalizando a sessão, se abordará o Desenvolvimento humano que se pressupõem como um desenvolvimento voltado para qualidade de vida das pessoas, associado ao Desenvolvimento à Escala Humana e sua conexão aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

2.3.1 Desenvolvimento regional, territorial e globalização

Visando cumprir o objetivo de analisar a contribuição do NIDEP como estratégia formativa para o desenvolvimento territorial sustentável, será tratado os conceitos que

subsidiar teoricamente o desenvolvimento da pesquisa. Segundo Mattedi (2015), os estudos em desenvolvimento regional buscam entender as causas e consequências da intervenção humana no território. Partindo desse pressuposto, analisa-se conceitualmente a intervenção do Estado e da influência internacional, resultantes dos debates realizados na Organização das Nações Unidas (ONU), para o bem-estar da população, ou seja, uma forma de poder verticalizado no território que impactam o desenvolvimento local.

No início da Guerra Fria e o medo decorrente de armas atômicas “[...] o desenvolvimento” estabeleceu – e consolidou – uma estrutura de dominação dicotômica: desenvolvido-subdesenvolvido, pobre-rico, avançado-atrasado, civilizado-selvagem, centro-periferia” (ACOSTA, 2016, p. 46). Na busca por caracterizar as concepções históricas sobre o conceito de desenvolvimento, apresenta-se no quadro 3, as classificações do referido conceito, divididas em quatro blocos: teorias liberais ou ideologicamente conservadoras; teorias de cunho liberal-conservador; teorias de caráter regulacionista e intervencionista e teorias marxistas, como descreve o autor Dallabrida (2010):

Quadro 3 - Agrupamento das diferentes teorias sobre o desenvolvimento

CLASSIFICAÇÃO E CARACTERÍSTICAS	TEORIAS OU ENFOQUES
<p>Teorias liberais ou ideologicamente conservadoras:</p> <p>-Mudanças por meio de automatismos; -Ideia do livre mercado; -Não-intervencionismo estatal ou de qualquer outra origem.</p>	<p>-Economistas clássicos em geral, com exceção de Karl Marx; -O pensamento dos fisiocratas; -As teorias clássicas espaciais ou da localização; -O Neoevolucionismo ou Etapismo de Rostow; -As teorias neoclássicas de crescimento e da convergência; -A teoria da modernização; -Teóricos brasileiros considerados desenvolvimentistas, ligados ao setor privado (para alguns, estes podem ser considerados semirregulacionistas, pois defendem alguma forma de protecionismo e planejamento, no que não se concorda); -Teóricos brasileiros da corrente de pensamento neoliberal.</p>
<p>Teorias de cunho liberal-conservador:</p> <p>São percepções de teóricos de caráter liberal-conservador, no entanto, que avançam, criticando as ideias hegemônicas do seu meio, ou propondo novas explicações causais à realidade.</p>	<p>-Concepção marshallinas de distritos industriais; -Concepção schumpeteriana; -Concepção venezianas; -Teorias da base de exportação; -Teorias do desenvolvimento regional com base no produto primário; -O enfoque da Ciência Regional; -Concepção neoclássica sobre a localização das atividades produtivas: a teoria da polarização ou do desenvolvimento regional polarizado, além da teoria dos polos de crescimento;</p>

	<ul style="list-style-type: none"> -Concepção das teorias do desenvolvimento desigual: teoria da dinâmica circular cumulativa, teorias dos encadeamentos, linkagens e do grande impulso; -Teoria do crescimento endógeno; -Teóricos nacionalistas e desenvolvimentistas brasileiros ligados ao setor privado; -Abordagem teórica sobre acumulação flexível; -O enfoque teórico das vantagens competitivas de Porter; -O enfoque teórico da Nova Geografia Econômica; -Os enfoques teóricos sobre Governança Local e Best Practices, do Banco Mundial.
<p style="text-align: center;">Teorias de caráter regulacionista e intervencionista:</p> <p>Concepções teóricas que propõem diferentes formas de regulação e intervencionismo seja estatal ou da sociedade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Concepções teóricas do chamado estruturalismo latino-americano, com suas variantes: teoria da dependência, concepção sobre o centro e periferia, da deterioração das relações de trocas ou das trocas desiguais; -Teóricos nacionalistas e desenvolvimentistas brasileiros ligados ao setor público, tais como Celso Furtado e seus discípulos; -Abordagens marshallianas como base nos distritos industriais italianos e europeus em geral; -Concepção da Escola da Regulação ou teorias da regulação; -Concepções teóricas neo-schumpeterianas em geral; -Concepções teóricas institucionalistas e neoinstitucionalistas, com destaque aos enfoques sobre capital social e nova economia institucional; -Concepções teóricas da Escola Californiana, com destaque para o enfoque das ativos relacionais; -Os enfoques teóricos sobre cluster, arranjos ou sistemas produtivos locais; -Enfoques teóricos sobre a sociedade ou economia em rede, cidades mundiais e cidade-região, sobre o Estado-região, DLIS e sobre economia solidária e popular; -Os enfoques teóricos sobre desenvolvimento (econômico) local e endógeno.
<p style="text-align: center;">Teorias marxistas:</p> <p>Crítica radical ao sistema de produção capitalista e às concepções teóricas-liberais-conservadoras sobre o desenvolvimento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual de Harvey; -Concepções clássicas de Marx e seus discípulos; -Concepções neomarxistas; -Teóricos brasileiros da corrente teórica socialista.

Fonte: DALLABRIDA (2010). Adaptado pela autora.

O desenvolvimento regional no Brasil está associado a um intenso e histórico processo de desigualdade regional. Atualmente, apresenta-se como um instrumento teórico e metodológico de análise das características microrregionais “[...] influenciado pelas diversas correntes teóricas neoliberais, tem o poder de produzir diagnósticos acurados da problemática regional e local, mas carece de uma visão mais ampla, globalmente articulada com a realidade

[...]” (RIEDL, 2017, p. 117). Em conformidade com isso, Mattedi (2015) descreve o desenvolvimento como fenômenos diversos, múltiplos e complexos. Compreende uma análise cognitiva que abrange as mudanças entre tempo e espaço:

[...] considerando a causalidade entre desenvolvimento e região, é possível estabelecer quatro estratégias de abordagem das relações de influência: a) HIPÓTESE 1 - O desenvolvimento como um agente produtor da região: nesse tipo de abordagem o processo de desenvolvimento é considerado uma variável independente e a região uma variável dependente; b) HIPÓTESE 2 - A região como um agente produtor do desenvolvimento: nesse tipo de abordagem a região é considerada uma variável independente que afeta o desenvolvimento, considerado como uma variável dependente; c) HIPÓTESE 3 - Existe um processo de causalidade circular entre desenvolvimento e região: existe um processo de causalidade circular em que o desenvolvimento influencia a região e a região influencia o desenvolvimento; d) HIPÓTESE 4 - Não existe relação causal entre desenvolvimento e região: nesse tipo de abordagem a relação de causalidade entre desenvolvimento e região se deve a uma ou mais variáveis espúrias (MATTEDI, 2015, p. 74).

O desenvolvimento poderá modificar a região e a região poderá influenciar o desenvolvimento, ou seja, uma relação causal. Essa relação de causa e efeito, varia devido ao contexto e situação. Por exemplo: a construção de uma multinacional em uma determinada região impactará diretamente ao desenvolvimento local e regional, enquanto que, determinadas características da região influenciarão diretamente o desenvolvimento local. Quanto a esta relação, Mattedi (2015), afirma:

[...] a correlação entre desenvolvimento e região não equivale necessariamente a uma causalidade, pois a correlação entre duas variáveis não implica uma causalidade. Uma relação de causa-efeito existe somente quando uma mudança em uma variável (independente) induz a mudança em outra (dependente). Isto significa que quando um primeiro conjunto de condições específicas é encontrado, haverá também um segundo conjunto de condições nas quais o primeiro origina o segundo. Parece, então, que as teorias do desenvolvimento regional deveriam descrever um contexto no qual certos valores de um fenômeno X correspondam sempre a certos valores do fenômeno Y. Isso significa que variações observadas no fenômeno Y são produzidas pela variação dos valores do fenômeno X (MATTEDI, 2015, p. 73).

Para sistematizar os conceitos abordados acima, Mattedi (2015) classifica as características de desenvolvimento regional em três formas cognitivas inexoráveis: 1) Multidimensional; 2) Multidirecional e 3) Multissignificativo, conforme quadro 4:

Quadro 4 - Características do desenvolvimento regional

Caraterização do desenvolvimento regional:	
<p>Multidimensional: - Econômico; - Social; - Político; - Cultural - Ambiental. (<i>Objetivos de Desenvolvimento do Milênio</i>)</p>	-O conhecimento com o desenvolvimento regional é irredutível: o desenvolvimento de uma região não pode ser reduzido somente a uma dimensão.
<p>Multidirecional: - Simultaneamente progresso e retrocesso.</p>	-O conhecimento com o desenvolvimento regional possui uma causação circular: no desenvolvimento regional os efeitos tornam-se causas e as causas tornam-se efeitos.
<p>Multissignificativo: - Variação conforme os grupos sociais.</p>	-O conhecimento com o desenvolvimento é ambivalente: quando uma região se desenvolve resolve-se um conjunto de problemas, mas criam-se outros.

Fonte: MATTEDI (2015). Adaptado pela autora.

Pode-se relacionar a caraterização do desenvolvimento regional, descritos no quadro 4, aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, nos seguintes aspectos:

a) Multidimensional: Aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais, estão relacionados aos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (apêndice A);

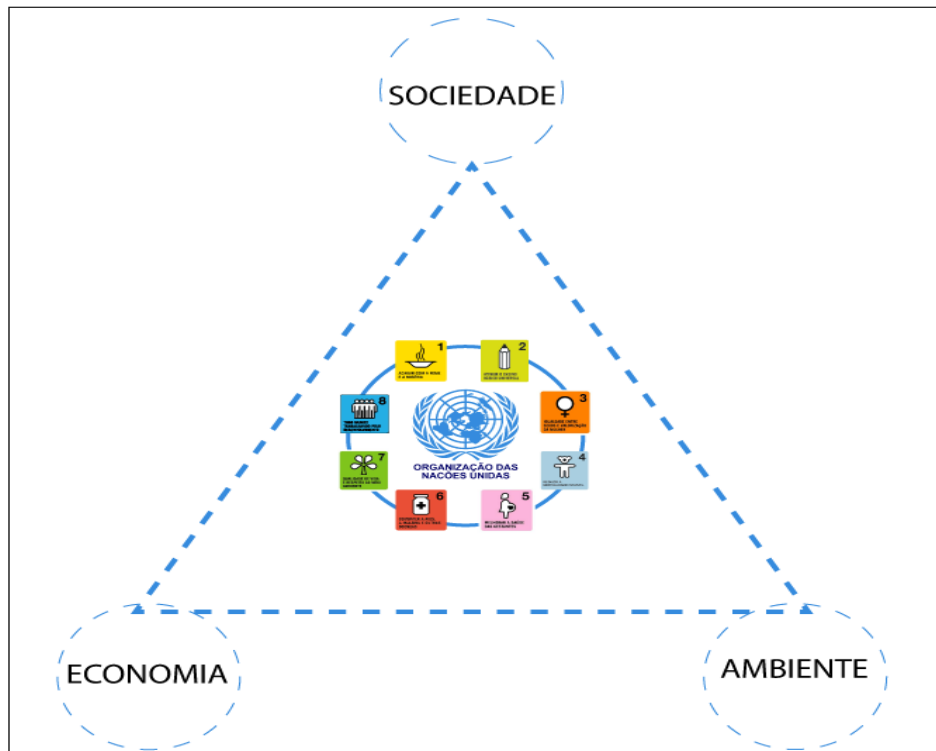
b) Multidirecional: Percebe-se que a melhoria de um objetivo impacta o outro. Por exemplo: o Objetivo 3, que está relacionado com a capacitação das mulheres tem conexão direta com o Objetivo 4, relacionado ao impacto na diminuição da mortalidade infantil;

c) Multissignificativo: Os ODM são adaptáveis conforme a necessidade de cada região, elaborando metas próprias² ou seja, uma estratégia para a aplicação de uma agenda internacional voltada para o local, com o objetivo de diminuir a pobreza e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Buscando contextualizar a relação Sociedade – Economia – Ambiente, e sua relação causa efeito no desenvolvimento da região e compreender suas contribuições para decisões no campo das políticas públicas. O que explica a decisão da ONU de utilizar, como variável interveniente nessa relação os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, como será aprofundado no subcapítulo 2.3 (Terias de Desenvolvimento Regional). A seguir, na figura 2, demonstra-se uma simplificação da temática.

² O quadro 6, apresenta as metas exclusivas do Brasil, para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Figura 2 – Relação Sociedade – Economia – Ambiente x Objetivos de Desenvolvimento do Milênio



Fonte: Elaborado pela autora.

A noção de território permite compreender as diferenças entre crescimento econômico e o processo de desenvolvimento, pois crescimento econômico poderá ou não contribuir com fatores de desenvolvimento. O desenvolvimento de um território é consequência da maneira como as sociedades se organizam, prescindem em base material, a utilização e o descarte dos recursos (ABRAMOVAY, 2010). Vejamos a distinção entre desenvolvimento regional e desenvolvimento territorial:

Desenvolvimento regional e desenvolvimento territorial são duas noções distintas. Elas remetem a duas maneiras diferentes de apreender os espaços geográficos na sua relação com o desenvolvimento econômico (...). O desenvolvimento territorial faz referência a um espaço geográfico que não é dado, mas construído. Construído pela história, por uma cultura e por redes sociais que desenham suas fronteiras. O conteúdo define o recipiente: as fronteiras do território são os limites (móveis) de redes socioeconômicas. Ali onde a rede se extingue, termina o território. A iniciativa surge menos de uma instância de planificação do que de uma mobilização das forças internas (RALLET, 2007, p. 80 apud JEAN, 2010, p. 51).

Nos estudos comparativos entre duas regiões, é necessário observar aspectos relacionados à época, cultura, espaço, entre outros aspectos pertinentes ao território, que podem influenciar as características da região e do desenvolvimento. Para Abramovay (2010), o desenvolvimento territorial é reflexo da interação entre o social e o local, que abarcam

protagonismos de interesses diversos, resultado das forças sociais que a compõem, conforme contextualiza Santos (1999):

A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem pois uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais.

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades, etc; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada (SANTOS, 1999, p. 51).

Segundo Haesbaert (2004) o território é o espaço que privilegia a dimensão espacial e, envolve as questões de caráter político e das relações de poder, em suas múltiplas esferas. As pesquisas e estudos em desenvolvimento territorial vem contribuindo para avanços no campo das políticas públicas, principalmente para ações voltadas a segurança alimentar, redução da pobreza e da exclusão social (VIEIRA, 2009). Abramovay (2010) aponta ainda que, o enfoque territorial do desenvolvimento estimula o estudo dos mecanismos de governança pública contidos na composição da atuação dos conselhos de desenvolvimento. O território constitui-se ainda, como:

[...] peça-chave para a reprodução do capital que, se hoje em dia exige ser globalizado, necessita também de ancoragens físicas para os empreendimentos produtivos, ao mesmo tempo em que requer uma fronteira em constante movimento que atenda às contínuas transformações nas condições de sua reprodução. Diferenciação e especificidades territoriais são vistas aqui, fundamentalmente, como formas de atrair investimentos e gerar novas lucratividades, e a territorialidade é valorizada como mero objeto de interesse mercantil e especulativo (ALBAGLI, 2004, p. 63-64 apud FREIRE, 2009, p. 46).

No cenário atual não é possível deixar de relacionar o desenvolvimento e globalização, pois todos os países estão conectados, seja por fatores econômicos, sociais, culturais, políticos ou tecnológicos. De acordo com Freire (2009), repressões causadas por essa globalização de inspiração neoliberal, promovem um novo sentido para a organização territorial do desenvolvimento. Beck (1999) afirma que todos os países recebem algum tipo de influência externa, ou seja, todas as regiões recebem interferência cruzadas transnacionais, de forma irreversível, organizadas em oito tópicos:

- 1) Ampliação geográfica e crescente interação do comércio internacional, a conexão global dos mercados financeiros e o crescimento do poder das companhias transnacionais;
- 2) A ininterrupta revolução dos meios tecnológicos de informação e comunicação;
- 3) A exigência, universalmente imposta, por direitos humanos – ou seja, o princípio (do discurso) democrático;
- 4) As correntes icônicas da indústria cultural global;
- 5) A política mundial pós-internacional e policêntrica – em poder e número – fazem par aos governos uma quantidade cada vez maior de atores transnacionais (companhias, organizações não governamentais, uniões nacionais);
- 6) A questão da pobreza mundial;
- 7) A destruição ambiental mundial;
- 8) Conflitos transculturais localizados (BECK, 1999, p. 30).

Corroborando com essas dimensões apontadas por Beck (1999), a globalização afeta todos os países e, proporciona uma nova forma de compreender as relações humanas. Não por acaso que, mundialmente muitos governos se uniram para discutir e trabalhar conjuntamente em torno de questões para o desenvolvimento, a preservação e a paz, na tentativa de garantir qualidade de vida para a população. Criaram assim, a Organização das Nações Unidas (ONU), resultando em diversos acordos, tratados e pactos, como por exemplo, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, tema tratado no subcapítulo 2.4 (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio).

2.3.2 Desenvolvimento sustentável

Para analisar a relação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e sua conexão com o desenvolvimento sustentável, nota-se que, os ODM apresentam formas criativas e inovadoras para a melhoria de qualidade vida das pessoas. Portanto, o sucesso dos ODM reflete positivamente para um desenvolvimento sustentável. Sachs (1993) afirma que, o crescimento econômico deve ser uma transição para um desenvolvimento sustentável, que promova a redução das desigualdades, principalmente, nas regiões mais pobres do mundo:

Os pobres urbanos são as principais vítimas da destruição ambiental. Eles vivem na miséria, sujeitos tanto à poluição da pobreza quanto àquela que se origina dos estilos de vida esbanjadores das elites urbanas. Não têm acesso nem a infraestruturas e serviços adequados nem a moradia decente, devido aos altos índices de desemprego e subemprego e às baixas rendas per capita (SACHS, 1993, p. 30).

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu da percepção de insustentabilidade do padrão atual de desenvolvimento e de crescimento econômico, tanto dos seus impactos sociais, econômicos e ambientais (RIEDL, 2017). De acordo com o Relatório de Brundtland (1987), entende-se como desenvolvimento sustentável a capacidade que a população atual utiliza os recursos naturais sem gerar escassez para as gerações futuras. Sachs (1993) contextualiza que, conforme o quadro 5, é preciso considerar o desenvolvimento em sua multidimensionalidade de forma simultânea, abrangendo cinco dimensões de sustentabilidade:

Quadro 5 - As cinco dimensões do desenvolvimento sustentável

DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:	CONCEITOS:
1. Sustentabilidade social:	O objetivo é construir uma civilização do “ser”, em que exista mais igualdade na distribuição do “ter”, a fim de melhorar os direitos e as condições da população e reduzir a distância entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.
2. Sustentabilidade econômica:	A eficiência econômica deve ser avaliada mais em termos macrossociais do que apenas por meio da lucratividade empresarial; uma gestão e uma alocação mais eficiente dos recursos. Sendo uma condição primordial para superar as atuais condições externas, como o ônus do serviço da dívida, as relações adversas de troca, as barreiras protecionistas existentes nos países industrializados e as limitações do acesso à ciência e à tecnologia.
3. Sustentabilidade ecológica:	Utilizar os recursos naturais com o mínimo de dano aos sistemas de sustentação da vida; limitar o consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos facilmente esgotáveis ou prejudiciais ambientalmente; reduzir o volume de resíduos e de poluição, por meio da conservação e reciclagem de energia e recursos; autolimitação do consumo material pelas camadas sociais privilegiadas em todo o mundo; intensificação da pesquisa de tecnologias limpas; e por fim pela definição de regras para uma proteção ambiental adequada e escolha do conjunto de instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para assegurar o cumprimento destas regras.
4. Sustentabilidade espacial:	Voltada para uma configuração rural-urbana mais equilibrada para uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas, com ênfase nestas questões: concentração excessiva nas áreas metropolitanas; destruição de ecossistemas frágeis, mas vitalmente importantes, por processos de colonização descontrolados; promoção de projetos modernos de agricultura regenerativa e agroflorestamento; ênfase no potencial para a industrialização descentralizada, associada a

	tecnologias de nova geração; estabelecimento de uma rede de reservas naturais e de biosfera para proteger a biodiversidade.
5. Sustentabilidade cultural:	Modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, privilegiando processos de mudança no seio da continuidade cultural e transformando o conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local.

Fonte: SACHS (1993). Adaptado pela autora.

A seguir, apresenta-se os indicadores de sustentabilidade e sua importância para as políticas públicas, o que se relaciona diretamente com essa pesquisa, que objetiva analisar a contribuição do NIDEP, como estratégia formativa para o desenvolvimento territorial sustentável.

2.3.2.1 Indicadores de sustentabilidade

Os indicadores são importantes instrumentos na aplicação de políticas públicas, em âmbito político e administrativo, para avaliar os impactos causados à coletividade pelos projetos governamentais. Um indicador social é uma medida, geralmente quantitativa, que aproximam as realidades ou as mudanças que estão em processo, dotado de significado social substantivo. É um recurso metodológico empiricamente referido, Jannuzzi (2003) afirma que, os indicadores são estabelecidos com base em dados aglutinados da realidade social de diversas fontes, por instituições de pesquisas e órgãos públicos. Para aplicação nas políticas públicas:

[...] os indicadores sociais são medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático. Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. Prestam-se a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e da sociedade civil e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (MILES, 1985. NAÇÕES UNIDAS, 1988 apud Jannuzzi, 2003, p. 54).

A classificação dos indicadores é uma simplificação da realidade social, como por exemplo: saúde (taxa de natalidade ou mortalidade), nutrição (crianças abaixo do peso após o nascimento), educação (grau de instrução), trabalho (rendimento do trabalho). Possui duas

funções básicas: 1) descritiva: informa uma determinada realidade, como a quantidade de adolescentes que não finalizaram o Ensino Médio; 2) valorativa: mede a gravidade ou desempenho de um programa, ou seja, são reproduções fáceis de uma realidade. São frequentemente utilizados no monitoramento e avaliação das políticas públicas (HELLMANN, 2017).

O objetivo dos indicadores é possibilitar o conhecimento verdadeiro de uma situação que se deseja modificar. Dessa forma, escolhendo os beneficiários, estabelecendo prioridades, identificando os objetivos e traduzi-lo em metas. Essas ações, estão relacionadas a um significado social, econômico ou ambiental, tendo como missão orientar um determinado fenômeno de ação. Funcionando como um termômetro, onde permite-se o balizamento, entendimento e o andamento das atividades mensuradas. O IBGE (2012), classifica os indicadores como:

Os indicadores fornecem subsídios para o acompanhamento da sustentabilidade do padrão de desenvolvimento brasileiro nas dimensões ambiental, social, econômica [...] oferecendo um panorama abrangente de informações necessárias ao conhecimento da realidade do País, ao exercício da cidadania e ao planejamento e formulação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. Os temas são variados e a matriz de relacionamentos entre os diferentes indicadores [...], enfatiza a natureza multidimensional do desenvolvimento sustentável, mostrando a importância de uma visão integrada (IBGE, 2012, p. 9).

Os indicadores potencializam essas ações realizadas de quatro formas e são apresentados em fichas metodológicas, com informações necessárias ao seu entendimento, acrescidas de quadros, gráficos e mapas (IBGE, 2012):

- a) Monitoramento do desenvolvimento, incluindo o respeito aos direitos humanos: **Avaliando a evolução da sociedade e os níveis de qualidade de vida das pessoas;**
- b) Implementação e gestão de políticas, planos de programa e projetos sintonizados com as necessidades reais: **Planejamento, medindo e comunicando os resultados e os impactos alcançados;**
- c) Monitoramento dos processos de trabalho, para garantir eficiência e eficácia às atividades realizadas: **Mantendo o foco, fazendo a coisa certa no tempo certo;**
- d) Responsabilidade discal, conscientização pública e controle social: **Cuidando das propriedades, alertando sobre ricos e exercendo a cidadania.**

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio possuem indicadores de fenômenos multidimensionais, pois analisavam dados referente a qualidade de vida e vulnerabilidade

social, conforme ser mais adiante, possuem 60 indicadores oficiais. A monitoração global dos ODM se dá por meio da colaboração estreita entre as agências internacionais e os especialistas nacionais, com uma metodologia que visa construir indicadores de fácil compreensão, inteligível, transparente, para conduzir de forma ordenada as ações dos governantes e informar os demais atores da sociedade civil.

2.3.3 Desenvolvimento à escala humana

O desenvolvimento à escala humana está diretamente relacionado com o objeto desta pesquisa, que contempla em sua análise a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Esta agenda busca realizar um esforço no sentido de incluir de forma criativa e inovadora o alcance da melhoria de qualidade de vida da população. Este tipo de ação refere-se a um desenvolvimento para as pessoas, que é um dos postulados básicos do Desenvolvimento à Escala Humana, formulado por Max-Neef (2012), visando contribuir na construção de indicadores qualitativos. O autor aponta que, o melhor processo de desenvolvimento é o que permite o aperfeiçoamento na qualidade de vida das pessoas, satisfazendo suas necessidades humanas fundamentais, que são muito mais amplas que bens materiais.

O Desenvolvimento à Escala Humana incorpora nove dimensões: subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ociosidade, criação, identidade e liberdade. Segundo Max-Neef (2012) a atual crise, que levou milhares de pessoas em todo mundo, para a desigualdade social e situação de extrema pobreza, não é apenas uma crise econômica, social, cultural ou política, mas a inter-relação de todos estes, e está relacionada a uma crise de propostas e utopias:

Atualmente, é quase lugar comum afirmar que a América Latina se encontra em crise. As descrições e interpretações desta crise são muitas; assim, o diagnóstico da doença parece estar definido. Devido à complexidade dos sintomas com que nos deparamos, ainda não foi possível um consenso quanto ao tratamento. A perplexidade advinda de uma situação para a qual não achamos nenhum precedente manteve-nos num beco sem saída e bloqueou o caminho para soluções imaginativas, inovadoras e audaciosas. A instituição, no entanto, sugere que o receituário convencional e tradicional não resolverá o problema, não importa quem seja o seu autor. Por outro lado, há um medo paralisante que inibe o esboço de propostas radicalmente diferentes e que poderiam, eventualmente, libertar-nos deste estado de confusão (MAX-NEEF, 2012, p. 17).

O desenvolvimentismo foi uma experiência de grande mobilização, atuando na forma de gerar ideias e correntes de pensamento (Max-Neef 2012), contudo esse modelo não

consegue mais responder aos novos desafios da globalização, dos meios econômicos e culturais. Esse fenômeno, estava relacionado ao ato de crescer, progredir, contudo não deve ser um modo de crescimento ilimitado, uma vez que os ecossistemas possuem limites para expandir as economias (BARBIERI, 1996). Neste período do desenvolvimentismo, entre as décadas de 50 e 60, houve uma grande efervescência criativa e importantes instituições foram criadas:

A Comissão para a América Latina, da Organização das Nações Unidas (CEPAL); o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); a Associação de Livre Comércio para a América Latina (ALALC); o Pacto Andino, e importantes iniciativas regionais, como a Aliança para o Progresso. Dentro das diferentes nações, muitas iniciativas foram encorajadas, incluindo as instituições de planejamento, vários tipos de organizações de desenvolvimento, as políticas para estímulo à industrialização, as reformas bancárias, a melhoria de sistemas estatísticos, os movimentos populares e as várias tentativas de reformas estruturais. Foi, também, neste período, que emergiram os primeiros enérgicos argumentos e teses que advogavam a necessidade de proteger nossas exportações, as quais sofriam com a persistente deterioração dos termos do comércio. Finalmente, foram aqueles economistas latino-americanos que apoiavam o desenvolvimentismo, os que se tornaram atores principais para a realização da Conferência de Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas (UNCTAD) (MAX-NEEF, 2012, p. 20).

Em relação ao neoliberalismo na América Latina, este teve apoio de regimes ditatoriais ou pseudo-democráticos. Há fatos suficientes para compreender que a força causada pelos custos sociais deste modelo apenas poderia ser sustentada através do controle (MAX-NEEF, 2012). Com isso, os interesses pessoais e individuais relacionados a produção do desenvolvimento levam a um desenvolvimento geral: quanto mais mercado, mais desenvolvimento:

Para o desenvolvimentismo, o crescimento é uma condição econômica que traz o desenvolvimento. Ambas acreditam que a concentração estimula o crescimento, o qual é demonstrável estatisticamente. No entanto, o neoliberalismo não vê qualquer necessidade de controle do crescimento, enquanto que o desenvolvimentismo reconhece que há limites para o crescimento, porém, não consegue controlá-lo (UNCTAD) (MAX-NEEF, 2012, p. 21).

Os desenvolvimentos pessoais e sociais não foram compatíveis com os desenvolvimentos dominantes descritos acima. Atualmente, há muitos modelos que adiam o desenvolvimento social em nome da soberania de consumir, esquecendo-se que, ao reduzir a pessoa à mera categoria do consumo, estamos ao mesmo tempo anulando o desenvolvimento pessoal (MAX-NEEF, 2012):

O Desenvolvimento em Escala Humana não exclui os objetivos convencionais, tais como o crescimento econômico, para que as pessoas tenham acesso aos bens e serviços necessários. No entanto, a diferença com relação aos estilos de desenvolvimento preponderantes está em considerar os objetivos do desenvolvimento não apenas como pontos de chegada, mas, também, como componentes do próprio processo. Em outras palavras: as necessidades humanas fundamentais podem e devem ser resolvidas desde o início e ao longo de todo o processo de desenvolvimento. Desta forma, a realização das necessidades se torna, em vez de uma finalidade, o motor do próprio desenvolvimento. Isto é possível apenas se a estratégia do desenvolvimento provar ser capaz de estimular a geração permanente de satisfatores sinérgicos (MAX-NEEF, 2012, p. 57)

Na atualidade, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram um esforço para pôr em prática esse modelo de desenvolvimento, no quadro 6, conforme abaixo, apresenta-se matriz-síntese relacionando à Escala Humana desenvolvida por Max-Neef (2012) e sua associação com os ODM:

Quadro 6 - Matriz-síntese à Escala Humana e os ODM

NECESSIDADES:	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO:
Subsistência	Objetivo 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome.
Proteção	Objetivo 4: Reduzir a mortalidade infantil; Objetivo 5: Melhorar a saúde materna; Objetivo 6: Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças.
Afeto	Objetivo 3: Promover a igualdade de gênero e capacitar as mulheres; Objetivo 5: Melhorar a saúde materna.
Entendimento	Objetivo 2: Alcançar a educação primária universal; Objetivo 3: Promover a igualdade de gênero e capacitar a mulheres.
Participação	Objetivo 3: Promover a igualdade de gênero e capacitar as mulheres; Objetivo 7: Assegurar a sustentabilidade ambiental.
Ociosidade	Nenhum objetivo identificado
Criação	Objetivo 2: Alcançar a educação primária universal; Objetivo 3: Promover a igualdade de gênero e capacitar as mulheres;
Identidade	Objetivo 3: Promover a igualdade de gênero e capacitar as mulheres; Objetivo 8: Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.
Liberdade	Objetivo 3: Promover a igualdade de gênero e capacitar as mulheres; Objetivo 8: Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Fonte: Elaborado pela autora.

Como isso, uma sociedade incorpora como prioridade o desenvolvimento da pessoa em todas as suas dimensões. As necessidades analisadas por Max-Neef (2012) são universais, podendo-se alterar os satisfatores, essas alterações acontecem devido a evolução humana e

relações culturais. Ou seja, a forma como essas necessidades serão alcançadas ou satisfeitas pode variar dependendo do seu grupo ou indivíduo, em determinada sociedade e período histórico. Além disso, o desenvolvimento social e o pessoal são indivisíveis e não faz sentido esperar que uma seja a consequência da outra (MAX-NEEF, 2012).

2.4 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

Apesar dos avanços tecnológicos e o aumento da produção mundial, provocado pela Revolução Industrial e o constante crescimento econômico em todo o mundo, milhares de pessoas sofrem com a desigualdade social e vivem em situação de extrema pobreza³. Durante o período de análise e criação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a extrema pobreza atingia mais de 100 milhões de pessoas no mundo (ONU, 2000). Dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), demonstram que, 16% da população do planeta concentram 64% da renda bruta ou, então, que 68% da população concentram 7% de renda bruta. Dessa forma, gerando impacto socioambientais, causados por um modo de produção que privilegia a racionalidade econômica e a lógica mercantil (PNUD, 2013).

Buscando diminuir esta situação, após vários debates e discussões, líderes mundiais se reuniram na sede das Nações Unidas, para criar medidas que visem a diminuição da pobreza, os impactos sociais, econômicos e ambientais, resultando na Declaração do Milênio, assinada pelos Países-Membros. Abarcado assim, os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), detalhados na figura 3. Desta maneira, procura-se compreender a contribuição do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP) na estruturação do sistema de governança, a construção dessas relações e o modo como isto se materializa e afeta o desenvolvimento territorial sustentável. Assim, faz-se necessário aprofundar o olhar na materialização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, analisar as agendas desse Objetivos, bem como as instituições e pactos globais que norteiam suas atividades:

Os ODM representam uma grande evolução em relação a outros planos de desenvolvimento mundial porque propõem uma agenda que engloba as dimensões econômica, social e ambiental. Além disso, incentivam a participação conjunta de cidadãos, governos e sociedade para avançar rumo ao desenvolvimento humano. (BRASIL, 2009, p. 9).

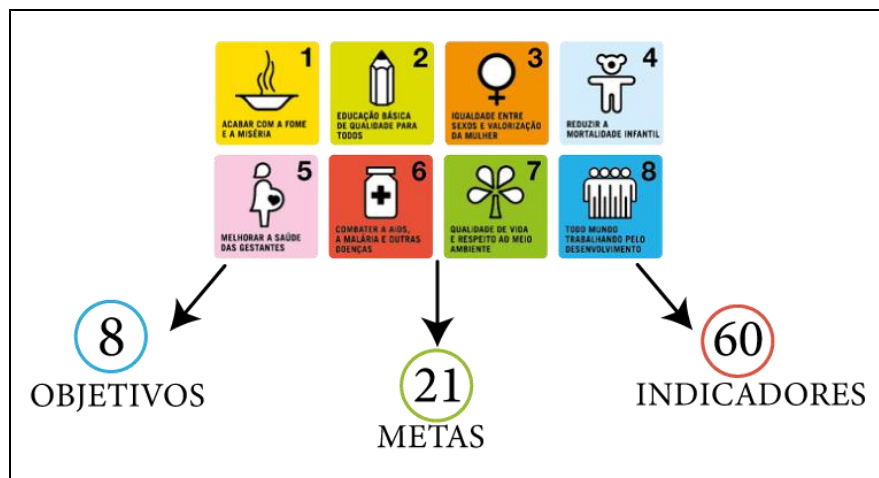
³ É determinada como pobreza extrema as pessoas que vivem com menos de US\$ 1,25 por dia, ou 38,00 por mês, considerando a duração média de 30,4 dias por mês (BRASIL, p. 14, 2014a).

2.4.1 Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Nos dias 6, 7 e 8 de setembro de 2000, realizou-se na sede da Organização das Nações Unidas em Nova York, a Assembleia do Milênio, responsável pela criação e aprovação da Declaração do Milênio das Nações Unidas. A Declaração do Milênio, foi adotada pelos 191 Países-membros com intuito de sintetizar acordos internacionais alcançados em várias cúpulas mundiais ao longo da década de 1990 e mobilizou governos e a sociedade. Tem como prioridade a diminuição da pobreza mundial, bem como a melhoria das condições de saúde e de educação, com ênfase principalmente à criança e a mulher. Garantindo assim, uma série de compromissos concretos, que contribuiriam para avanços referentes ao desenvolvimento socioeconômicos. Dessa forma, dando início a Agenda da Declaração do Milênio da ONU, para o período de 2000 até o ano de 2015 (ONU, 2000).

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são divididos em 8 Objetivos, com 21 metas e 60 indicadores. O esforço no sentido de incluir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nas agendas internacionais, nacionais e locais, foi uma forma criativa e inovadora de valorizar e levar adiante o alcance da melhoria e da qualidade de vida para todos. Embora houvessem metas e indicadores mundiais, cada país adaptava-os de acordo com seu contexto, bem como com suas possibilidades e necessidades. Procurando as melhores formas de alcance desses Objetivos em suas próprias estratégias (BRASIL, 2009). Em síntese, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, podem ser explorados na figura 3:

Figura 3 – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio



Fonte: BRASIL (2009). Adaptado pela autora.

O compromisso global pelo desenvolvimento, traçado na Declaração do Milênio de 2000, lançou o olhar da comunidade internacional sobre metas e indicadores concretos que possibilitaram a construção de uma visão compartilhada sobre os principais desafios do desenvolvimento e os impactos que diferentes modelos exercem sobre o progresso de mulheres e homens em todo o globo (BRASIL, 2014a). Abaixo, no quadro 7, pode-se visualizar os 8 Objetivos e suas 21 metas, direcionados para todos os Países-membros.

Quadro 7 - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e suas metas

OBJETIVO 1: ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME
1.A: Reduzir para metade entre 1990 e 2015 a proporção da população cujo rendimento é inferior a 1 dólar por dia;
1.B: Alcançar o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos, incluindo mulheres e jovens;
1.C: Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população afetada pela fome.
OBJETIVO 2: ALCANÇAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA UNIVERSAL
2.A: Garantir, que até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos tenham a oportunidade de completar um plano de estudos de escolaridade primária completo.
OBJETIVO 3: PROMOVER A IGUALDADE DE GÊNERO E CAPACITAR AS MULHERES
3.A: Eliminar a disparidade entre gêneros no ensino primário e secundário se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, até 2015.
OBJETIVO 4: REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL
4.A: Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade das crianças com menos de 5 anos.
OBJETIVO 5: MELHORAR A SAÚDE MATERNA
5.A: Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade infantil;
5.B: Alcançar o acesso universal a serviços de saúde reprodutiva.
OBJETIVO 6: COMBATER O HIV/SIDA, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS
6.A: Parar e reverter, até 2015, a propagação do VIH/SIDA;
6.B: Alcançar, até 2010, o acesso universal ao tratamento do VIH/SIDA para todos aqueles que dele necessitam;
6.C: Parar e inverter, até 2015, a tendência atual da incidência da malária e de outras doenças graves.
OBJETIVO 7: ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
7.A: Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas dos países nacionais e inverter a atual tendência de perda de recursos ambientais;
7.B: Reduzir a perda de biodiversidade, alcançando até 2010, uma redução significativa na taxa de perda;
7.C: Reduzir para metade, até 2015, a percentagem da população sem acesso sustentável a água potável e saneamento básico;
7.D: Alcançar, até 2020, uma melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros de lata.
OBJETIVO 8: ESTABELECEER UMA PARCERIA MUNDIAL PARA O DESENVOLVIMENTO
8.A: Desenvolver um comércio e sistema financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório;
8.B: Atender às necessidades especiais dos Países em Desenvolvimento;

8.C: Atender às necessidades especiais dos Países em Desenvolvimento sem litoral e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento (por meio do Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e o resultado do Vigésimo Segundo Período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral);
8.D: Tratar de forma integrada do problema da dívida dos Países em Desenvolvimento;
8.E: Fornecer acesso aos medicamentos essenciais a preços acessíveis nos Países em Desenvolvimento, em cooperação com as empresas farmacêuticas;
8.F: Tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial da informação da comunicação, em colaboração com o setor privado.

Fonte: BRASIL (2009). Adaptado pela autora.

2.4.2 Instituições e pactos globais

As organizações internacionais surgiram no século XIX e se desenvolveram em especial no século XX. São definidas como estruturas de cooperação interestatal, com a interação de órgãos autônomos, na busca por objetivos comuns e visando a segurança coletiva. Em 1919, concomitante a Primeira Guerra Mundial, é criada a primeira organização universal de carácter político, nominada de Sociedade das Nações (SND) (BONIFACE, 2011). A Organização das Nações Unidas, por sua vez, sucede à SDN, em 26 de junho de 1945, através da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, como uma resposta a Paz Mundial “[...] a salvação da Humanidade passa pelas Nações Unidas, sem dúvida; mas sobretudo por cada indivíduo, grupo, associação, organização, governos e estados atribuírem a importância que cada actor merece e que pode dar para se alcançar a paz no Mundo [...]” (CARVALHO, 2003, p. 9).

Nesta conferência, estavam presentes 51 países que elaboraram a Carta das Nações Unidas, garantindo sua criação. Na sequência, em 24 de outubro de 1945, fundou-se oficialmente a Organização das Nações Unidas, com o intuito de colocar em prática ações que possibilitem a definição de leis internacionais, segurança internacional, respeito aos direitos humanos, desenvolvimento econômico e o progresso social (ONUBR, 2018a). As decisões da ONU, são tomadas por governos que representam seus Estados, sendo ela uma organização intergovernamental. (CARVALHO, 2003):

A Organização das Nações Unidas é olhada num extremo como exercício do governo mundial sem governo (idealismo); e por outro lado, como uma prática de futilidade de cooperação entre Estados soberanos (realismo). Como fazer política envolve sempre poder entendo como sinônimo de influência, as Nações Unidas utilizam esse poder conferido pelos Estados para tentar diminuir e apaziguar os conflitos entre interesses nacionais de cada Estado soberano. As operações de paz são a *última* ratio para tentar evitar o inevitável: a guerra (CARVALHO, 2003, p. 9).

A primeira reunião da Assembleia Geral da ONU ocorreu em 1946, em Londres, capital da Inglaterra, onde se decidiu que Nova York, nos Estados Unidos, seria a sede oficial da Organização. Atualmente, tem sete sedes simbólicas nos seguintes países: Genebra (Suíça), Viena (Áustria), Nairóbi (Quênia), Addis Abeba (Etiópia), Bangcoc (Tailândia), Beirute (Líbano) e Santiago (Chile), além de escritórios distribuídos em diversas partes do mundo (ONUBR, 2018a). A ONU possui atualmente 193⁴ Países-membros voluntários, com seis idiomas oficiais: inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo. Nas reuniões oficiais, ocorre a tradução simultânea para tais idiomas, assim como para os seus documentos (ONUBR, 2018b). Para sua administração e organização possui cinco órgãos em funcionamento, dividido da seguinte forma (ONUBR, 2018e):

- a) Secretariado;
- b) Corte Internacional de Justiça;
- c) Conselho Econômico e Social;
- d) Conselho de Segurança;
- e) Assembleia Geral.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é um órgão pertencente ao sistema da ONU, designado para coordenar as ações dos ODM no Brasil. Presente em 166 países do Mundo, o PNUD colabora com os governos, com a sociedade civil e a iniciativa privada para garantir uma vida mais digna as suas populações. Em suas atividades, o PNUD concentra suas ações na proteção da igualdade de gênero, raça e dos direitos humanos (ONUBR, 2018c). O financiamento da ONU é realizado pelos Países-membros através de uma contribuição regular que depende do desenvolvimento e da riqueza de cada país. O orçamento do biênio para as atividades da Organização, no período de 2018-2019, foi aprovado em 24 de dezembro de 2017, com o valor estimado de 5,4 bilhões de dólares. O montante para esse período é 5% menor (equivalente a 286 milhões de dólares a menos) em comparação ao orçamento do biênio do ano anterior (2016-2017) (ONUBR, 2018d). E esse orçamento é destinado para suas principais funções (ONUBR, 2018e):

- a) Administrar as forças de paz;
- b) Analisar problemas econômicos e sociais;
- c) Preparar relatórios sobre meio ambiente ou direitos humanos;
- d) Sensibilizar a opinião pública internacional sobre o trabalho da ONU;
- e) Organizar conferências internacionais;

⁴ Ver quadro completo com os atuais Países-membros em APÊNDICE F.

- f) Traduzir todos os documentos oficiais da ONU nas seis línguas oficiais da Organização.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento tem como mandato central o combate à pobreza. Em resposta ao compromisso dos líderes mundiais de atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), o PNUD adota uma estratégia integrada, sempre respeitando as especificidades de cada país, para a promoção da governabilidade democrática, o apoio à implantação de políticas públicas e ao desenvolvimento local integrado, a prevenção de crises e a recuperação de países devastados, a utilização sustentável da energia e do meio ambiente, a disseminação da tecnologia da informação e comunicação em prol da inclusão digital, e a luta contra o HIV/AIDS (PNUD, 2007, p. 03).

O Brasil é um dos Membros-Fundadores da ONU, em conjunto com mais 51 países, desde 24 de outubro de 1945 (ONUBR, 2018f). Participou de mais de 30 operações para manutenção da paz no mundo, disponibilizando aproximadamente 24 mil militares nessas missões. Suas principais operações foram nos seguintes países e anos: Egito (1956); Angola (1991); Moçambique (1992); Timor-Leste (1999); Haiti (2004). Nessa última, ocorreu a Missão das Nações Unidas que se propunha à estabilização no Haiti (MINUSTAH), aconteceu durante o período de 30 de abril de 2004 até 13 de abril de 2017, intensificando as atividades após o terremoto que devastou o país em janeiro de 2010. No total, foram disponibilizados mais de 13 mil militares para a execução da missão (ONUBR, 2018g).

2.4.3 Desenvolvimento humano

O modelo dos ODM tem colaborado para manter e garantir os fundamentos macroeconômicos e o controle e a preservação dos recursos naturais brasileiros. Admite um crescimento econômico baseado na redução da pobreza e da desigualdade social, com ampliação do mercado interno e dos investimentos públicos. A implantação de um modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável no Brasil, tem garantido avanços sociais expressivos, que se refletem no alcance e até mesmo na superação das metas e indicadores dos ODM (BRASIL, 2014b). Reconhecendo a relação dos ODM com diversos de seus artigos constitucionais, o Brasil tornou-se signatário dessa declaração no ano de 2000. Assumindo o compromisso de trabalhar para cumprir os Objetivos, as metas e os indicadores previstos nos ODM e expandir seu desenvolvimento (BRASIL, 2009):

A experiência dos ODM no Brasil, nos mostra que o esforço concertado em torno de objetivos comuns para a melhoria de condições de vida da população mais vulnerável é uma estratégia bem-sucedida. Além de criar parâmetros comuns para a avaliação comparada dos resultados das políticas, os ODM também qualificam o desenvolvimento que queremos almejar. A escolha e o esforço empreendido em todo o mundo para o alcance dos oito ODM ressaltou a importância do papel exercido pelo Estado para a erradicação da extrema pobreza e da fome e para assegurar o direito à igualdade de gênero, ao trabalho digno, à segurança alimentar, à educação, à saúde e à sustentabilidade ambiental (BRASIL, 2014a, p. 9).

O processo de acompanhamento dos ODM no Brasil, foi realizado com a colaboração de lideranças sociais, comunitárias, empresariais e políticas. O apoio ocorreu por meio de núcleos estaduais, regionais e municipais. Realizou-se seminários em todo o país, mobilizando mais de 30 mil lideranças para ações voltadas ao alcance das metas e melhoria dos indicadores (BRASIL, 2014b). Esse esforço coletivo proporcionou uma série de iniciativas espontâneas e sociais. Fóruns de debates, redes intersetoriais, conselhos e movimentos temáticos, foram algumas das ações executadas na busca para alcançar os Objetivos, metas e indicadores (BRASIL, 2009). Pode-se mencionar a atuação do NIDEP, ao apoio desses núcleos e em suas atividades.

Presente no Brasil desde a década de 60, o PNUD colabora nas atividades acima citadas, atuando em temas relacionados à modernização do Estado, em apoio para o seu desenvolvimento, na ciência, tecnologia e no fortalecimento de suas instituições. Tendo como foco o combate à pobreza e à exclusão social, a conservação ambiental e uso sustentável de recursos naturais (ONUBR, 2018c). O PNUD, tem como prioridade fortalecer o desenvolvimento social em todo o Brasil; o combate à discriminação de gênero, raça, idade ou orientação sexual; reduzir as desigualdades; superar crises e; garantir o acesso de toda a população a bens e serviços públicos de qualidade (PNUD, 2018):

As metas dos ODM não foram criadas para ser um modelo único. Elas devem se adequar ao contexto de cada país ou região, tendo em vista o comprometimento com a aceleração do desenvolvimento humano. Por isso, o Brasil adaptou algumas das metas, consideradas importantes para a melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos (BRASIL, 2014a, p. 13).

O Brasil cumpriu a maioria das metas dos ODM antes mesmo de 2015, mas o grande destaque foi a redução da fome e da pobreza. Nos anos de 1990, cerca de 36,2 milhões de brasileiros viviam em situação de extrema pobreza. Adotando metas mais rigorosas que as internacionais, em 2003 reduziu em um quarto esse nível, conseguindo assim, superar a meta já em 2008 (BRASIL, 2014a). Em consonância com o PNUD, implementou projetos de

cooperação técnica e realizou parcerias com instituições nacionais, visando o fortalecimento de políticas em setores críticos para o desenvolvimento humano e sustentável (ONUBR, 2018a). Ou seja, o Brasil adaptou-se de forma comprometida para o alcance dos ODM, conforme quadro 8:

Quadro 8 - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e as metas exclusivas do Brasil⁵

OBJETIVO 1: ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME
1.A: Reduzir a um quarto, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a um dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina a diferença de custo de vida entre os países) por dia;
1.B: Erradicar a fome entre 1990 e 2015.
OBJETIVO 2: ALCANÇAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA UNIVERSAL
2.A: Garantir que, até 2015, as crianças de todas as regiões do país, independentemente de cor e sexo, concluam o Ensino Fundamental.
OBJETIVO 5: MELHORAR A SAÚDE MATERNA
5.A: Promover, na rede do Sistema Único de Saúde (SUS), cobertura universal por ações de saúde sexual e reprodutiva até 2015;
5.B: Até 2015, ter detido o crescimento da mortalidade por câncer de mama e de colo de útero, invertendo a tendência atual.
OBJETIVO 6: COMBATER O HIV/SIDA, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS
6.A: Até 2015, ter reduzido a incidência da malária e da tuberculose;
6.B: Até 2010, ter eliminado a hanseníase.

Fonte: BRASIL (2009). Adaptado pela autora.

O monitoramento referente ao alcance dos Objetivos, metas e indicadores do Brasil, ocorria pelo “Portal ODM”⁶, desenvolvido e mantido pelo NIDEP⁷ pertencente ao Serviço Social da Indústria do Estado do Paraná (SESI – PR), em parceria com o PNUD e com a Secretária-geral da Presidência da República. No “Portal ODM” era realizado o acompanhamento dos avanços dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) de todos os estados e municípios. Estava disponível para consulta o alcance das metas de cada um dos 5.565 municípios, mensurados por meio de indicadores econômicas, sociais e

⁵ O quadro apresenta apenas os Objetivos exclusivos do Brasil. Os Objetivos não citados são executados conforme os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no mundo.

⁶ O “Portal ODM” <<http://www.portalodm.com.br>>, foi desativado em 2018, com o início da Agenda 2030, na temática dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

⁷ O NIDEP (Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa), será abordado no próximo capítulo, como caracterização do estudo.

ambientais e, suas atualizações ocorriam constantemente. Os dados utilizados para atualização do “Portal ODM” eram abastecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Ministérios do Governo Federal e, de informações prestadas pelos municípios aos bancos de dados federais, sendo todos dados oficiais. O lançamento do “Portal ODM” ocorreu em janeiro de 2009.

O “Portal ODM” tinha como objetivo demonstrar detalhadamente o desenvolvimento de cada município; apoiar decisões de responsabilidade social corporativa; orientar planos de trabalho das organizações do setor e subsidiar a definição de políticas públicas municipais. No ambiente virtual do “Portal ODM”, além dos dados detalhamento dos indicadores, era possível consultar relatórios; publicações de ações sociais relacionadas ao ODM; imagens; vídeos; notícias; banco de boas práticas e a agenda de eventos e capacitações. O anexo A, demonstra o *layout* do “Portal ODM”.

No quadro 9 demonstra-se um panorama dos avanços do Brasil, no que se diz respeito aos Objetivos e metas dos ODM, retirada do V Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM, publicado em 2014⁸.

Quadro 9 - Resultados ODM no Brasil

OBJETIVO 1: ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME
O Brasil estipulou metas mais exigentes do que as estabelecidas pela ONU, e propôs reduzir a pobreza extrema para um quarto do nível de 1990. Até 2012, o País já havia reduzido a pobreza extrema a menos de um sétimo do nível, ou seja, o percentual de pobreza extrema passou de 25% para 3,5%, e apresenta progressos constantes.
OBJETIVO 2: ALCANÇAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA UNIVERSAL
O investimento direto na educação no País passou de 3,9% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2000, para 5,5% em 2012. Entre os anos de 1995 e 2012, a taxa de escolarização de crianças de 0 a 6 anos subiu de 29,6% para 51,4%. No ensino médio, ao considerando os anos de 1990 a 2012, o aumento do percentual de adolescentes (15 a 17 anos) cursando foi de 41% – saltou de 16,9% para 57,9%
OBJETIVO 3: PROMOVER A IGUALDADE DE GÊNERO E CAPACITAR AS MULHERES
Embora no quesito educação os homens apresentem maior desvantagem devido a expectativa com relação ao trabalho, reconhece-se que esta variável não significa a superação da desigualdade de gênero. Os indicadores estabelecidos, portanto, salientam questões como a participação das mulheres no mercado de trabalho e na política. Atualmente os cargos exercidos por mulheres continuam sendo os de mais baixa remuneração, mesmo com o nível de escolaridade em vantagem aos dos homens.

⁸ O V Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM, publicado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) em 2014, é o relatório mais recente com dados referente ao alcance dos ODM no Brasil.

Quanto a política, mesmo representando 51,7% do eleitorado brasileiro, o número de cargos eletivos ocupados por mulheres é extremamente baixo. Em 2009 foi realizada uma Microrreforma Eleitoral, que permitiu avanços nesta área. Nas eleições de 2010 havia 20,3% de candidatas a cargos eletivos, e em 2012, o percentual aumentou para 31,9%. Mas, o avanço não aconteceu no número de eleitas. Em 2008 foram eleitas 9,1% em cargos para prefeitos e 12,5% de vereadores, em 2012 os percentuais aumentaram em 11,9% e 13,3% respectivamente. Outro indicador estabelecido é o da violência contra a mulher. O contexto brasileiro precisa considerar esta particularidade para alcançar o objetivo proposto, pois enfrentar este tipo de violência é primordial para a promoção da autonomia feminina. A criação de políticas públicas específicas contribuiu para o aumento das denúncias e punições.

OBJETIVO 4: REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL

O País reduziu sua taxa de mortalidade de 53,7 em 1990, para 17,7 mortes por mil nascidos vivos em 2011. Embora os níveis continuem caindo, a própria meta estabelecida lida com um nível bastante elevado de mortalidade.

OBJETIVO 5: MELHORAR A SAÚDE MATERNA

No Brasil a taxa de mortalidade materna brasileira apresentou uma queda de 55%, ou seja, de 141 óbitos por 100 mil nascidos vivos em 1990, a taxa caiu para 64 em 2011. O fator positivo é que 99% dos partos realizados em 2011 aconteceram em hospitais ou em outros estabelecimentos de saúde, e 90% das gestantes realizaram em média quatro consultas pré-natais.

OBJETIVO 6: COMBATER O HIV/SIDA, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS

Nos últimos dez anos a taxa de contaminação de HIV no Brasil se estabilizou, apresentando cerca de 20 por 100 mil habitantes diagnosticados por ano. Além disso, o coeficiente de mortalidade pela doença também caiu. Em 2012, “[...] 718 mil brasileiros tinham HIV/aids, o que representa uma prevalência de 0,4% na população geral. Desse total, 574 mil haviam sido diagnosticados, 436 mil foram atendidos nos serviços de saúde e 313 mil (44%) estavam em terapia antirretroviral” (BRASIL, 2014, p. 88). Com relação a malária, a incidência parasitária anual (IPA) diminuiu de 3,9 para 1,3 casos por mil habitantes, de 1990 a 2012. E quanto a tuberculose, o País apresentou uma redução de 51,8, para 37 casos por 100 mil habitantes, ainda no período de 1990 a 2012. Além disso, destaca-se a incidência da hanseníase no País, que de 1994 a 2012, a taxa apresentou uma redução de 21,6 para 17,2 novos casos anuais por 100 mil habitantes.

OBJETIVO 7: ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Envolve questões relativas a proteção de recursos ambientais e da biodiversidade, e também do acesso a água potável e saneamento básico, e desta forma, enfatiza a melhoria das condições de vida da população urbana em assentamentos precários. No Brasil, já em 2012, observou-se a redução da metade do nível apresentado em 1990, de pessoas sem acesso a água e ao esgoto sanitário. Neste período, a taxa de pessoas com acesso ao esgoto sanitário subiu de 53% para 77%, e de acesso a água 70,1% para 85,5%. O País diminuiu a taxa de moradias inadequadas de 53,3% em 1992, para 36,6% em

2012. Entretanto o percentual ainda é bastante alarmante. Também se tem reduzido os níveis de desmatamento. Há monitoramento da cobertura vegetal da Amazônia Legal do território brasileiro desde 1988, e as taxas de desmatamento “[...] oscilaram bastante desde então, tendo atingido picos de 29,1 mil km² em 1995, e de 27,7 mil km² em 2004” (BRASIL, 2014, p. 101).

**OBJETIVO 8: ESTABELEECER UMA PARCERIA MUNDIAL PARA O
DESENVOLVIMENTO**

Envolve questões como “[...] mudanças no sistema financeiro internacional; atendimento a demandas específicas dos países menos desenvolvidos com relação a questões comerciais e de financiamento externo; atenção às necessidades dos países insulares e daqueles sem acesso ao mar; repactuação das dívidas das nações altamente endividadas; e ampliação do acesso a medicamentos e a tecnologias da informação e de comunicações” (BRASIL, 2014, p. 124). Propõe-se uma maior cooperação internacional, principalmente por parte dos países mais desenvolvidos. País é exemplo devido as iniciativas de assistência e cooperação internacional. Participa de forma ativa na Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), e está comprometido com a reforma do sistema internacional de comércio garantindo um comércio “[...] mais aberto, previsível e menos discriminatório [...]” (BRASIL, 2014, p. 125-6) e que contribua para o desenvolvimento de países mais pobres. Busca ainda ampliar as vias participativas dos países em desenvolvimento, para construção de uma nova ordem econômica internacional, além de estabelecer outras parcerias nas mais diferentes áreas, em prol do desenvolvimento brasileiro e de outros países.

Fonte: BRASIL (2014, apud SILVA, 2016, p. 38). Adaptado pela autora.

Os resultados alcançados e superados dos ODM proporcionaram grandes avanços em termos de desenvolvimento, demonstrando uma grande capacidade governamental de mobilização da sociedade para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Além das ações e envolvimento do governo, destacam-se ainda a participação da sociedade civil, do setor privado, como Universidades, escolas entre outros parceiros e movimentos. Todas mobilizadas por iniciativas governamentais e sugeridas via propostas sociais lançadas e desenvolvidas pela ONU. Sendo o NIDEP, um desses agentes formadores de ações, que se apresenta como contribuição da estratégia política formativa para o desenvolvimento territorial sustentável.

3 ESTUDO DE CASO

Apresenta-se neste capítulo o resultado do estudo de caso, a delimitação, a metodologia da pesquisa, em uma análise fundamentada no Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP), que se apresenta como um órgão de assessoria para uma política de governança multinível. Na qual, buscou-se analisar a sua contribuição como estratégia formativa para o desenvolvimento territorial sustentável e para o enraizamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Este Núcleo foi incorporado ao Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná e funcionou como um núcleo do Instituto Paraná Desenvolvimento - IPD. Abordará ainda neste capítulo, as especificações metodológicas desenvolvidas, seu alcance e seus resultados, desde a abordagem bibliográfica, documental e as visitas *in loco* que proporcionaram maior familiaridade com o objeto da pesquisa, contribuindo para o entendimento dos problemas do estudo.

3.1 METODOLOGIA

A pesquisa qualitativa, foi utilizada pois trata-se de práticas interpretativas que buscam explorar com profundidade a contribuição do NIDEP, enquanto uma política de governança multinível para o enraizamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil, no período 2010 até o ano de 2015. A escolha desse período ocorreu, pois, a agenda do ODM já estava em andamento há cinco anos e o NIDEP já possuía sua estruturação definida. A estrutura metodológica está constituída por pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas. Para Barros; Lehfeld (2000):

Metodologia é, pois, o estudo da melhor maneira de abordar determinados problemas no estado atual de nossos conhecimentos. [...] A Metodologia tem interesse pelo estudo, descrição e análise dos métodos e lança esclarecimentos sobre seus objetivos, utilidades, consequências, ajudando-nos a compreender o próprio processo da Pesquisa Científica (BARROS; LEHFELD, 2000, p. 2).

Na análise bibliográfica e documental, utilizou-se referenciais teóricos publicados em diversos documentos oficiais, o que contribuiu para compreensão da pesquisa e preparação para o trabalho de campo. Utilizou-se livros, artigos, sites e relatórios, sobre o enfoque das questões em políticas públicas, governanças, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, desenvolvimento regional, territorial, sustentável, humano e globalização. Posteriormente a etapa bibliográfica e documental, foi utilizado a entrevista semiestruturada, que permitiu um

aprofundamento para a busca de respostas mais detalhadas. Segundo Gray (2012) essa abordagem fenomenológica, qualitativa com métodos variados de análise garantem maior fidedignidade a pesquisa, está relacionada aos sentidos que as pessoas atribuem aos fenômenos em reação as suas percepções, seus sentimentos e seus entendimentos tácitos.

3.1.1 Procedimento de coleta e análise de dados

Esta investigação qualitativa exploratória, que segundo Sampieri; Collado; Lucio (2006), tem por objetivo “[...] examinar um tema ou problema da pesquisa pouco estudado, do qual, se tem muitas dúvidas ou não foi abordado antes. [...] ou seja, se desejarmos pesquisar sobre alguns temas e objetos com base em nova perspectivas e ampliar os estudos já existentes [...]”. Sendo assim, o estudo exploratório, utilizando o método do estudo de caso, foi escolhido pois permite avaliar o NIDEP com maior precisão. As visitas *in loco* ao NIDEP proporcionaram maior familiaridade com o objeto da pesquisa, contribuindo para o entendimento dos problemas do estudo e produziu embasamentos para solucioná-los.

Na abordagem bibliográfica, utilizou-se materiais já elaborados cientificamente. Dessa forma, foi necessário revisar a literatura sobre governanças, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, desenvolvimento regional, territorial, sustentável, humano, políticas públicas e globalização. Categorias teóricas indispensáveis para concepção do objeto de pesquisa. Os autores Sampieri; Collado; Lucio (2006), caracterizam a pesquisa bibliográfica da seguinte forma:

[...] consiste em *identificar, obter* e consultar a *bibliografia* e outros materiais que sejam úteis para os objetivos do estudo, do qual se deve *extrair* e *recompilar* a informação relevante e necessária sobre o problema de pesquisa. Essa revisão deve ser *seletiva*, pois a cada ano, em diversas partes do mundo, milhares de artigos são publicados em revistas, jornais, livros e outros tipos de materiais nas áreas de conhecimento (Sampieri; Collado; Lucio, 2006, p. 54).

O trabalho utilizou pesquisa documental, classificada como dados secundários para descrever as características do NIDEP, suas políticas, ações, diretrizes e estruturas. Esta etapa permitiu a identificação das variáveis para a elaboração da pesquisa *in loco* e a realização do questionário de entrevista semiestruturada. Na busca por responder as questões de pesquisa, os autores Quivy; Campenhoudt (1998), classificam a pesquisa documental como:

[...] trata-se de documentos manuscritos, impressos ou audiovisuais, oficiais ou privados, pessoais ou provenientes de um organismo, contendo colunas de números ou textos. [...] num futuro mais ou menos próximo é, no entanto, provável que também os documentos audiovisuais sejam cada vez mais utilizados (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p. 202).

As entrevistas semiestruturadas individuais foram aplicadas a sete funcionários da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP). O Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP) é um órgão administrativamente vinculado a FIEP, ambos localizados em Curitiba (PR). Foram entrevistados dois funcionários administrativos da FIEP e cinco funcionários do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP), sendo que, a equipe do NIDEP é composta por apenas cinco colaboradores. As entrevistas semiestruturadas ocorreram nos dias 18,19 e 20 de julho de 2017, na sede da FIEP. A escolha do estudo de caso ocorre, por ser um fenômeno ou acontecimento particular, em conformidade com Gray (2012):

O desenho qualitativo é diferente em vários sentidos. Em primeiro lugar, dentro da pesquisa qualitativa, o papel do pesquisador é obter um panorama profundo intenso e holístico do contexto em estudo, muitas vezes envolvendo interação dentro das vidas cotidianas de pessoas, grupos, comunidades e organizações. É uma abordagem naturalista na qual busca entender fenômenos dentro de seus próprios contextos específicos. Captar dados sobre a percepção dos atores no campo de estudo, significa prestar atenção, suspender (muitas vezes chamado de “colocar entre parênteses”) os preconceitos sobre um tema e criar empatia para com os estudados. O foco do estudo se torna não apenas o contexto do trabalho de campo, mas também o papel do pesquisador nele. Em segundo lugar, os pesquisadores qualitativos, muitas vezes, divergem sobre o tipo de afirmações que fazem em nome de sua pesquisa. Alguns buscam emular a “ciência tradicional” ao tentar, por exemplo, fazer generalizações a partir de seus resultados, mas outros rejeitam essa abordagem, escolhendo, em vez disso, realizar um estudo que seja “autêntico” e fornecer resultados confiáveis e fidedignos em um contexto específico (GRAY, 2012, p. 135)

A entrevista semiestruturada apresentou-se como o método mais apropriado para responder o objetivo geral e os objetivos. É uma técnica fundamentada em roteiro básico de questões pré-elaboradas na forma de perguntas abertas. Dessa forma, permitiu a entrevistadora, no decorrer da conversa incluir novos questionamentos. Possibilitou assim, o surgimento de novos aspectos significativos para a pesquisa, flexibilizando a dinâmica entre a pesquisadora e os entrevistados. Os autores Quivy e Campenhoudt afirmam que as entrevistas têm, portanto, diferentes formas:

[...] os métodos de entrevista distinguem-se pela aplicação dos processos fundamentais da comunicação e de interacção humana. Correctamente valorizados, estes processos permitem ao investigador retirar das entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados. [...] os métodos de entrevista caracterizam-se por um directo entre o investigador e os seus interlocutores [...] (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p. 191 - 192).

Para análise da entrevista foi utilizada a análise de conteúdo, que se constitui como um arcabouço metodológico de pesquisa, que pressupõe descrever e interpretar o conteúdo de todos os documentos e textos da pesquisa realizada. O que permitiu descrições sistemáticas que permitiu o alcance dos objetivos e a compreensão dos significados do fenômeno. Para isso o método para processo da análise de conteúdo, na presente pesquisa foi como constituída de três etapas:

1) Preparação das informações: Nesta fase, foi feita a transcrição das entrevistas semiestruturadas individuais que foram aplicadas a sete funcionários. Seleccionadas as partes que continham as categorizações definidas de análise e suprimidas informações repetidas ou dispensáveis.

2) Classificação das unidades em categorias: Buscou agrupar dados considerando alcançar os objetivos específicos, foi adotado as seguintes fontes: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevista semiestruturada com roteiro pré-elaborado, da seguinte forma:

a) Institucionalização:

Buscou alcançar o objetivo específico 1: Contextualizar a institucionalização do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP), como estratégia para a implementação dos Objetivos de desenvolvimento do Milênio no Brasil;

b) Estruturação do sistema de governança multinível:

Buscou alcançar o objetivo específico 2: Analisar a contribuição do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP), por meio do seu protagonista na estruturação do sistema de governança multinível para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Utilizou-se os procedimentos: entrevista semiestruturada em profundidade com roteiro pré-elaborado, conforme apêndice C;

c) Dimensão política do desenvolvimento territorial sustentável:

Buscou alcançar o objetivo específico 3: Identificar a convergência do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP), com a dimensão política do

desenvolvimento territorial sustentável. Foi apresentada na forma de: entrevista semiestruturada em profundidade com roteiro pré-elaborado, conforme apêndice D;

3) Descrição e interpretação: A partir das etapas anteriores preparação das informações e classificação em categorias, se desenvolveu o próximo capítulo e o resultado desta pesquisa.

3.1.2 Matriz analítica

Problema de Pesquisa: Qual a contribuição do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP), para o enraizamento da agenda dos Objetivos Desenvolvimento do Milênio no Brasil, no período 2010 – 2015?				
Objetivo Geral: Analisar a contribuição do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP), como estratégia formativa para o desenvolvimento territorial sustentável e para o enraizamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.				
Questões de Pesquisa:	Objetivos Específicos:	Categorias de análise:	Procedimentos Técnicos/Instrumentos:	Dados / Entrevistas:
1) Como ocorreu o processo de institucionalização do NIDEP, vinculado a implementação dos ODM?	1) Contextualizar a institucionalização do NIDEP, como estratégia para a implementação dos ODM.	Institucionalização.	-Pesquisa Bibliográfica e documental; -Entrevista semiestruturada em profundidade com roteiro pré-elaborado.	Apêndice C
2) Qual a contribuição do NIDEP, na estruturação do sistema de governança multinível para os ODM?	2) Analisar a contribuição do NIDEP, por meio do seu protagonista na estruturação do sistema de governança multinível para os ODM.	Estruturação do sistema de governança multinível.	-Entrevista semiestruturada em profundidade com roteiro pré-elaborado.	Apêndice D
3) Como ocorre a convergência do NIDEP, na dimensão política do desenvolvimento territorial sustentável?	3) Identificar a convergência do NIDEP, com a dimensão política do desenvolvimento territorial sustentável.	Dimensão política do desenvolvimento territorial sustentável.	-Entrevista semiestruturada em profundidade com roteiro pré-elaborado.	Apêndice F

Fonte: Elaborada pela autora

3.2 RESULTADOS DA PESQUISA

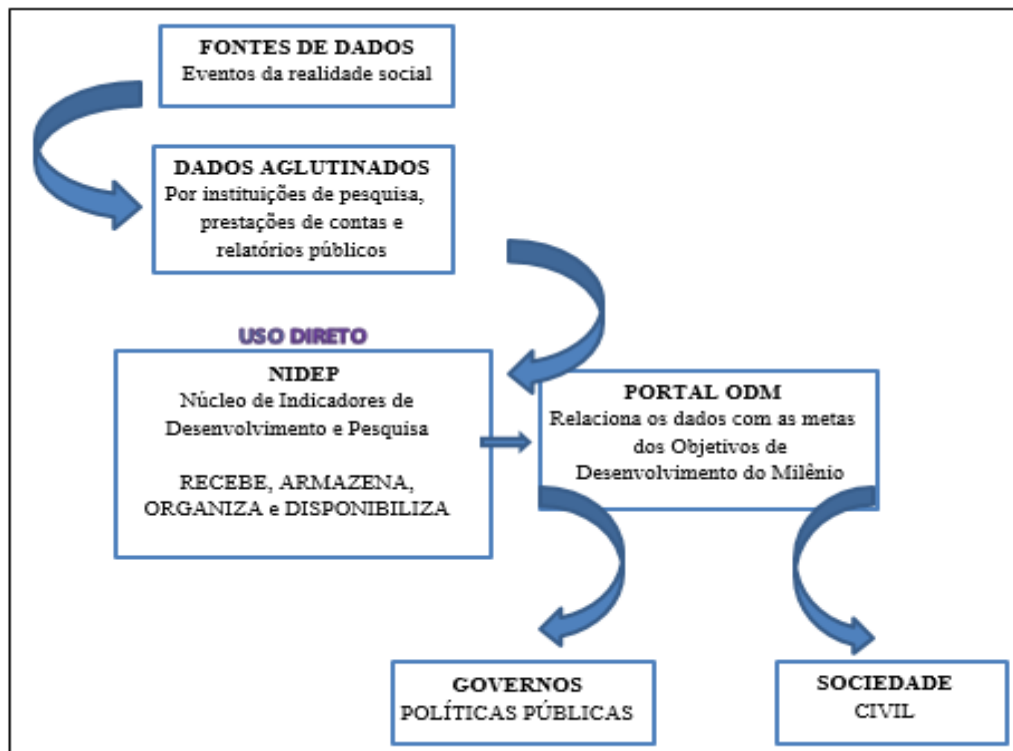
Em consonância com a revisão de literatura e a metodologia utilizada, conclui-se que, para garantir o desenvolvimento de uma sociedade, de forma democrática e inclusiva, as políticas públicas deverão ser sensíveis aos sistemas locais. Pois, as políticas públicas são ações da racionalidade dialógica e democrática, tipificando o mundo atual (DI GIONANNI; NOGUEIRA, 2015). Portanto, para orientar as políticas públicas, neste contexto, se faz necessário conhecer a realidade, que se apresenta de forma complexa e ampla. A tecnologia hodiernamente permite agregar dados que propiciam orientar os atores políticos para conhecer essa realidade, analisar a conjuntura e avaliar suas ações. Com esse intuito de propiciar informações, aos diversos setores interessados no desenvolvimento sustentável, a partir de dados de fontes oficiais, agrupados de forma dinâmica, objetiva e transparente, surge um observatório posteriormente denominado ORBIS, que busca suprir essa necessidade.

Com isso, percebe-se que o desenvolvimento de uma sociedade se apresenta como o resultado de um sistema complexo que envolvem: governos (suas decisões formuladas e implementadas); força de mercado e demais atores sociais. Dessa forma, as decisões e ações desses atores constituem as políticas públicas (HEIDEMAN, 2009). Secchi (2011), por sua vez, afirma que elas incorporam as políticas governamentais, que são estabelecidas por atores governamentais emanadas por órgãos como, o poder legislativo, executivo e judiciário. Para uma política ser pública terá que abarcar um problema público, o que não necessariamente acontece nas ações de políticas governamentais:

- 1) Para envolver no diálogo os fazedores de políticas locais e organizações da sociedade civil;
- 2) Para gerar informação sobre temas e problemas locais;
- 3) Para incentivar respostas de política às necessidades e prioridades experimentadas localmente.

No Brasil, o NIDEP é o responsável por monitorar os indicadores dos ODM, produzindo metodologias, armazenando, organizando e disponibilizando os dados na plataforma do “Portal ODM”. Assim, auxilia na tomada de decisões que promovam o desenvolvimento. A figura 4 contextualiza o fluxo desse processo de agregação:

Figura 4 – Processo de agregação dos ODM no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora.

Percebe-se que o NÍDEP apresenta os indicadores em conformidade com o que predispõem Jannuzzi (2003, p. 15) “[...] indicadores sociais usados de forma responsável, inteligível e transparente podem estabelecer parâmetros concretos para a discussão da natureza, conteúdo e prioridades das políticas governamentais, dos programas públicos e dos projetos de ação social”. O “Portal ODM”, administrado pelo NÍDEP, pode ser acessado pela sociedade civil e governos, não há necessidade de cadastro ou senha, confiável, transparente e auto instrutivo. Servindo de parâmetro para o governo e a sociedade, para acompanhamento do avanço dos Objetivos, suas metas e indicadores.

Portanto, a contribuição desta dissertação é demonstrar a contribuição do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NÍDEP), como estratégia formativa para o desenvolvimento territorial sustentável e para o enraizamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O Núcleo se apresenta como um sinalizador para que os diversos atores sociais, possam se guiar para um desenvolvimento territorial sustentável, não só fornecendo indicadores, mas informações e formações com base numa agenda global de parcerias e diálogos, gerando conhecimento e consequentemente o enraizamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Para demonstrar essa ação a seguir, se estrutura a análise dos resultados em três dimensões. 1) O Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e

Pesquisa - (NIDEP): A contextualização da institucionalização do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP), como estratégia para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil.

3.2.1 O Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa – (NIDEP): contextualização, institucionalização, dimensão política e contribuições para a implementação dos objetivos de desenvolvimento do milênio no Brasil

Para conceituar e compreender os aspectos históricos, características e funcionamento da unidade de análise desta pesquisa, utilizou-se dados secundários por meio de uma pesquisa documental e entrevista semiestruturada, todos os dados foram obtidos por meio de ações *in loco* no NIDEP, realizando coleta de informações, cartilhas e documentos, junto aos profissionais de distintas áreas de especialização que prestam serviços na instituição. Portanto, a unidade de análise desta pesquisa foi o Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade (ORBIS), que posteriormente alterou sua razão social para Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP). Para Fontoura (2017), as estratégias de constituição do NIDEP são:

[...] são propósitos pode contribuir na disseminação dos Objetivos do Milênio [...]. E suas estratégias, foi organizar uma equipe interna de especialistas que pudesse tornar seus indicadores mais compreensíveis por diversos públicos. Uma das coisas que foi [...] feita na época, era a questão dos infográficos, né? É uma forma mais fácil de identificar, né? O que que era por exemplo, a extrema pobreza... Por meio de um prato, onde sinalizava, ali o percentual da extrema pobreza. A educação o lápis. A questão da mortalidade materna, uma mulher grávida. Isso aproximou muito as pessoas, porque as pessoas têm um pouco de rejeição a informação, ao número, a estatística. Então, trabalhar, dessa forma é mais palpável, eu acho que foi uma grande contribuição [...] (FONTOURA, 2017).

O Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade (ORBIS), inicialmente se constituiu como uma organização não governamental, oficialmente constituído em 31 de maio de 2004. Surgiu com apoio de lideranças públicas, sociedade civil e empresas. A partir das conclusões *da International Conference on Sustainable Development and Quality of Life Indicators (ICONS)* que tratou das novas formas de medir prosperidade e qualidade de vida. Em 2011, alterou sua razão social para Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP), tendo em vista que uma empresa do setor privado patenteou a sigla ORBIS, impedindo utilização pelo Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade. No trabalho, será utilizado sempre a sigla atual (NIDEP),

pois só a nomenclatura alterou. As características, ideias, formas e planos de ação continuam seguindo os princípios iniciais do ORBIS.

[...] Ele foi criado, na verdade, para apoiar as políticas públicas, com informações as socioeconômicas. Então, ele era NIDEP e atuava no Paraná. Então, no começo era só esses primeiros dados. Depois foi ampliando... E depois disso, foi se expandindo e se identificou, se identificou a necessidade de se trabalhar, com mais informações. Aí a gente começou a trabalhar com os Objetivos Desenvolvimento do Milênio. Esse era o carro chefe! (KENAPPE, 2017).

A ideia de criação do então Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade (ORBIS), agora Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP) surgiu de quatro grandes eventos: **1) AGENDA 21: Declaração Rio 92 sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento:** compromisso de cooperação entre os países participantes da ECO 92, para a proteção da integridade do planeta e da sustentabilidade do desenvolvimento; **2) CAPÍTULO 40 DA AGENDA 21: Informações para a tomada de decisões:** produção e gestão de informações para tomada de decisões e a estruturação do mecanismo institucionais para monitorar o desenvolvimento, com destaque à troca de experiência e informações para o desenvolvimento sustentável por parte do setor privado; **3) CONFERÊNCIA HABITAT II / 1996:** o conceito de cidades sustentáveis começou a tomar fôlego, numa conjugação da questão econômica, social, política e ambiental, e o desenvolvimento sustentável passou a ser assunto recorrente como base para as ações voltadas à melhoria da qualidade de vida e **4) *International Conference on Sustainable Development and Quality of Life Indicators (ICONS)*:** ocorrida em 2003, na cidade de Curitiba, no Paraná, onde especialistas, líderes e pesquisadores de várias partes do mundo, dialogaram sobre alternativas de indicadores para medir a prosperidade e a qualidade de vida da população em todo o planeta (NIDEP, 2006). O NIDEP foi o primeiro Núcleo do mundo criado por iniciativa do setor privado, para Fontoura (2017), ele possui atuação inovadora:

[...] na forma de facilitar as informações, que a gente pode dizer que são complexas, [...] eu posso dizer que a inovação dele foi essa, né? No sentido de trazer os principais indicadores, que isso na verdade é uma conquista dos ODM, né? Foi trazer em uma mesma plataforma questões superimportantes, mas que são diversas nas suas complexidades trazendo a mesma plataforma esses indicadores, talvez seja coisa de inovação, né? [...] (FONTOURA, 2017).

O NIDEP, se caracteriza como um núcleo, ou seja, como um órgão que monitora e apresenta os resultados de um objeto ou realidade, por meio da utilização de indicadores de monitoramento e avaliação. Além disso, tem como proposta ir além deste conceito de um

núcleo, busca ainda, contribuir para o desenvolvimento territorial sustentável, por meio de um desenvolvimento que produz riqueza para gerar qualidade de vida em âmbito social, econômico e ambiental, como se demonstra na sua visão e missão de negócio. De acordo com sua visão, busca “Ser reconhecido como um organismo comprometido com o desenvolvimento sustentável”. Na missão, procura-se contribuir com desenvolvimento sustentável, em parceria com atores sociais, públicos e privados, nas seguintes ações: Organizar e monitorar um sistema de indicadores voltados para a sustentabilidade local; produzir estudos, análises e conhecimento relacionados a sustentabilidade; apoiar processos de reflexão e de tomada de decisão que subsidiem os rumos do desenvolvimento regional (NIDEP, 2006). Tendo como valores e princípios:

- 1) Desenvolvimento: produzir riqueza para gerar qualidade de vida nos aspectos social, cultural e ambiental;
- 2) Sustentabilidade: oportunidade desenvolvida;
- 3) Parceiro: organização para caminhar em redes;
- 4) Responsabilidade: padrão pelo qual são julgados;
- 5) Prontidão em prestar contas de suas ações: obrigações assumidas.

A busca pela sustentabilidade é a principal estratégia do NIDEP. O compromisso com a qualidade de vida de todos exige atitudes responsáveis na produção de riquezas visando o bem-estar da população e a preservação do meio ambiente. O NIDEP, é um organismo que mediante o uso dos indicadores disponíveis monitora, apresenta e disponibiliza resultados a respeito do objeto pesquisa. É preciso passar do discurso à ação incorporando essa prática no dia-a-dia das organizações, nas atividades, nos processos, nos sistemas, fortalecendo essa visão na consciência de todos, modificando o hoje para a preservação do amanhã de cada um. Para que essas transformações ocorram são necessárias parcerias e alianças e criem oportunidade de negócios, relações de transparência, confiança e respeito mútuos que propiciem a troca de conhecimentos alicerçados nos valores da ética e da cidadania. Para Viera (2017), a atuação do NIDEP era focal e pretendia chegar ao Brasil inteiro e não só ao estado do Paraná, como o início:

[...] eu, por exemplo, estive em 15 Estados da Federação fazendo trabalho de capacitação. E assim, se a gente chegar sem informação a gente chega nu. E ia ter uma dificuldade muito maior de trabalhar localmente, né? Então é claro, que que as realidades dos municípios eles deveriam conhecer, os seus indicadores e etc. E muitos eles até conheciam, o um único problema é que estava restrito a um grupo de técnicos, né? Especialistas da prefeitura, que sabiam por exemplo, aquela informação. Mas isso não era compartilhado, né? (FONTOURA, 2017).

No futuro, somente as instituições socialmente responsáveis serão comercialmente viáveis. E para que isso se configure, inúmeras transformações se fazem necessárias no presente mediante a implementares de soluções inovadoras, atitudes contundentes, mensuração e aferição de indicadores que contribuam para a preservação da vida em nosso planeta. No estado do Paraná, o NIDEP, sintetiza essa busca e colabora ações no Brasil inteiro. Para compreender a contextualização da institucionalização do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP), precisa-se analisar sua estrutura que inicialmente se constituiu como o Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade (ORBIS) apoiada pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e também funcionou como parte do Núcleo do Instituto Paraná de Desenvolvimento (IPD), além de integrar outras organizações parceiras. A seguir, descreve-se essas organizações parceiras e sua articulação com o NIDEP (NIDEP, 2017)

3.2.1.1 Organizações parceiras e as relações de governança

Nessa sessão será abordado a relação de governança multinível entre as organizações parceiras e o NIDEP, para o desenvolvimento territorial sustentável, por meio da implementação de ações para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Conforme afirma Theis (2006), o desenvolvimento e suas ações, tem relação com diversas áreas:

[...] à idéia de desenvolvimento, deve ter ficado suficientemente claro que a metamorfose que se opera no campo do desenvolvimento guarda estreita relação com o clima ideológico e com as condições históricas predominantes em cada época histórica. Por isso, pode-se afirmar que desenvolvimento não é algo que pode ser testado num laboratório desconectado do tempo e do espaço [...] (THEIS, 2006, p. 29).

- O Instituto de Promoção do Desenvolvimento – IPD

Em 10 de março de 1995, sua criação foi anunciada pelo atual governador do Paraná Jaime Lerner. É uma organização sem fins lucrativos e não governamental, fundada em 29 de março de 1996 por empresários paranaense e com sede em Curitiba. Declarada como utilidade pública pela Lei 11.828, em 12 de setembro de 1997 e logo após é certificada como OSCIP pelo Ministério da Justiça. Até o ano de 2006, era reconhecido como Instituto Paraná de Desenvolvimento, também IPD, tendo seu nome alterado para Instituto de Promoção do Desenvolvimento. A sigla manteve-se a mesma, mas deixou de agir localmente para adquirir uma abrangência global. Tem como missão identificar e desenvolver ações de inovação que

colabore para um modelo de desenvolvimento sustentável, com base no crescimento do indivíduo e participações comunitárias. O primeiro presidente do Conselho de Investimentos nomeado foi Karlos Rischbieter (IPD, 2018).

O IPD é uma organização da sociedade cível de interesse público, sem fins lucrativos que, desde 1996, desenvolve projetos sustentáveis, iniciativas inovadoras e ações transformadoras, utilizando metodologias originais, processos transparentes e gestões consistentes. Procura integrar a capacidade empreendedora da iniciativa privada com o perfil de desenvolvimento socioambiental das instituições públicas. Dessa forma, seus projetos, iniciativas e ações têm contribuído para atender simultaneamente os aspectos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento, que compõem os desafios do tripé sustentável. Por meio da sua capacidade para desenvolver parcerias, o IPD é um importante elo de ligação entre o setor público e o setor privado. Seu potencial está na capacidade de somar inteligências, lideranças e habilidades em torno de objetivos comuns.

A participação da iniciativa privada, desde a concepção do Instituto até a gestão atual, através do seu Conselho de Administração, Conselhos Temáticos e Corpo Executivo, garante a seu modelo administrativo uma abordagem prática e mensurável, oferecendo as bases teóricas e conceituais para a formulação das suas propostas de trabalho. Além da responsabilidade socioambiental inerente aos processos sustentáveis, este modelo permite o acréscimo de objetivos e resultados econômicos, sempre baseados em princípios de cooperação e estímulo ao desenvolvimento comercial das empresas e agentes beneficiários. Ao mesmo tempo, busca-se o atendimento das demandas de todas as entidades parceiras e financiadoras. Tem como missão identificar e desenvolver iniciativas inovadoras que possam contribuir para um modelo de desenvolvimento sustentável, baseado no crescimento do indivíduo.

O IPD tem uma Abrangência global, em 2006, o IPD, então Instituto Paraná de Desenvolvimento, mudou seu nome para Instituto de Promoção do Desenvolvimento. Manteve a mesma sigla, mas deixou de atuar localmente para assumir abrangência global. Esta mudança, foi operada em função do Projeto *Organics* Brasil, uma das principais iniciativas do IPD, que viabiliza a participação de empresas brasileiras em diversos eventos internacionais do setor de orgânicos. Além disso, o NNS – Núcleo de Negócios Sustentáveis, seguindo esta mesma tendência, passou a prospectar parceiros nacionais e internacionais para seus projetos. O IPD se apresenta atualmente como um agente especializado na identificação e diagnóstico de demandas sociais, ambientais e econômicas, tanto para os setores governamentais como para a sociedade civil e seus mais diversos setores produtivos.

- Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná

O Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná, é uma entidade de representação da indústria. Criada em agosto de 1944, tem como objetivo a representação legal, proteção e coordenação de diversas divisões econômicas da indústria, visando promover a defesa de seus interesses. Tem como sua entidade líder, a FIEP, no qual, é mantida pelas indústrias paranaense (Bittencourt, 2004, p. 179). Sua representatividade está associada ao interesse de apoiar e defender as indústrias do Paraná, nas esferas públicas e privadas, corroborando assim, para o desenvolvimento sustentável de todos os seguimentos e contribuindo para o crescimento do estado (FIEP, 2018a). O Sistema FIEP fornece serviços e soluções nas relações governamentais, institucionais e na internacionalização, nas seguintes áreas de atuação: educação, tecnologia, inovação; segurança e saúde na indústria (FIEP, 2018a).

Essa diversidade interdisciplinar permite expandir os resultados positivos das atividades das indústrias, buscando movimentar a economia, gerando empregos e projetando o Paraná junto ao mercado internacional. A Associação de Sindicatos Patronais, administra mais cinco entidades do Sistema FIEP: 1) a própria FIEP; 2) o Centro das Indústrias do Estado do Paraná (CIEP); 3) o Serviço Social da Indústria – (SESI); 4) o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e 5) o Instituto Euvaldo Lodi (IEL). Atualmente tem como Presidente Edson Luiz Campagnolo, responsável pela gestão de 2015 até 2019, atuando nas articulações políticas junto aos governos do estado e da federação, atuando com maior ênfase em assuntos relacionados a logística reversa e investimentos em infraestrutura, operando ainda, nas principais atividades (FIEP, 2018d):

- a) Produz pesquisas e análises sobre a economia do setor industrial;
- b) Dá suporte às negociações coletivas de trabalho;
- c) Organizar a interlocução com as instâncias de poder público na atividade produtiva;
- d) Promover o acesso a linhas de crédito;
- e) Fomentar negócios e parcerias comerciais nacionais e internacionais;
- f) Disponibilizar trabalho de eficiência energética;
- g) Desenvolver programas de fortalecimento da base sindical.

Tem como missão servir e fortalecer a indústria para melhorar a qualidade de vida das pessoas. E sua visão é ser referência em soluções para o desenvolvimento sustentável da indústria. Para alcance da sua missão, visão e para melhor atuação junto as indústrias, seus funcionários e colaboradores tem estabelecido 5 valores fundamentais, como segue no quadro 10 (FIEP, 2018c):

Quadro 10 - Valores do Sistema FIEP

CONFIANÇA:	Vivenciar os valores organizacionais para gerar mais confiança nas relações e ações.
DIÁLOGO:	Praticar a conversa como a melhor solução para o desenvolvimento pessoal e organizacional.
ÉTICA:	Agir de maneira íntegra, ética e responsável na condução dos negócios e das relações que foi estabelecida.
RESPEITO:	Tratar as pessoas com dignidade e aceitar que cada ser humano é único, com uma vocação e um valor próprio.
INOVAÇÃO:	Olhar cada tarefa, processo em uma nova perspectiva e, se preciso, reinventá-los.
VALOR:	Compreender que cada colaborador traz um valor pessoal importante para o crescimento do Sistema FIEP.

Fonte: FIEP (2018). Adaptado pela autora.

- Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP

A Federação das Indústrias do Estado do Paraná trabalha para o desenvolvimento sustentável das indústrias paranaenses, defendendo seus interesses nos setores públicos e privados. Atuando nas atividades econômicas, políticas e sociais que possam proporcionar serviços que favoreçam o desenvolvimento das indústrias. Trabalhando integrado aos sindicatos do setor, proporcionando capacitação aos empresários para atuarem nos mercados globalizados. A FIEP oferece suporte para as indústrias identificarem novas oportunidades e alcançarem seus objetivos e metas. Dessa forma, busca tornar as indústrias mais competitivas, dinâmicas e estruturadas (FIEP, 2018e).

- Serviço Social da Indústria – SESI

Em 25 de junho de 1946, foi editado o decreto-lei 9.403, que atribuía à Confederação Nacional da Indústria (CNI) a criação do Serviço Social da Indústria (SESI). Acreditava-se que o desenvolvimento do país exigia solidariedade entre empregados, empregadores e estabilidade social (Bittencourt, 2004, p. 180). O SESI desenvolve consultorias e serviços exclusivos para a indústria, garantindo maior competitividade e produtividade para os negócios. Tem como ideal, aproximar ao máximo a indústria e seus trabalhadores, dessa forma, disponibiliza unidades móveis e operacionais em todo o país, buscando diminuir e prevenir acidentes de trabalho, tornando a vida do trabalhador mais saudável (SESI, 2018c).

Disponibiliza para o trabalhador e sua família soluções na área da saúde, educação e segurança (SESI, 2018c). Na sua criação, um dos primeiros serviços disponibilizados foi o posto de abastecimento alimentício, onde o preço comercializado chegava a ser 20% abaixo do comércio local, auxiliando economicamente na vida do trabalhador. Proporcionando também, auxílio nos serviços jurídicos, segurança, colocação profissional, necessidades relacionadas a área da saúde e educação. No estado do Paraná atua com foco na educação diferenciada e inovadora para os trabalhadores da indústria e sua família. Um dos destaques na área da educação é o Colégio SESI, que é a maior rede de Ensino Médio privada do Estado, com 55 unidades, destas cinco são unidades internacionais, com ensino bilíngue (SESI, 2018c).

Abaixo, segue ações desenvolvidas pelo NIDEP em parceria com o SESI, para a divulgações de ações referente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

Quadro 11 - Ações para o enraizamento dos ODM realizadas pelo NIDEP em parceria com o SESI

	NIDEP e SESI PR	ÂMBITO NACIONAL
MOBILIZAÇÃO	<p>2006: Criação de metodologia de mobilização, certificada como tecnologia social em 2011: 399 municípios do Paraná;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mais de 170 mil pessoas envolvidas; ▪ Mais de 200 empresas industriais envolvidas; ▪ Inspiração para a criação de Núcleos ODM em todo o país. 	<p>2006: Criação do Núcleo ODM do Paraná: 2006 – 2015 Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade (10 edições):</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 234 municípios do Paraná; ▪ 33 mil pessoas envolvidas.
	<p>2008 – 2016 Congresso ODM (9 edições): Fomentar a discussão de temas relacionados à agenda mundial de desenvolvimento e apresentar projetos que colaboram para seu alcance nos municípios paranaenses.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 7.500 participantes 	
	<p>2008 – 2016 Mostra de Projetos (9 edições): Divulgação de iniciativas de desenvolvimento local que contribuem para o alcance dos objetivos, além de dar visibilidade, reconhecer, possibilitar a troca de experiências e inspirar novos projetos.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 1.324 projetos apresentados; ▪ 161 municípios envolvidos; ▪ Mais de 7 mil participantes. 	<p>2009 e 2012 1º e 2º Encontros Nacionais do Movimento, em Curitiba, patrocinados pelo SESI Paraná, HSBC, PNUD e Presidência da República</p>
	<p>2011 – Círculos de Diálogos no Colégio Sesi definindo ações em prol dos ODM: 2010 – 6: Círculos de Diálogo para 4.500</p>	<p>2011 – Círculos de Diálogo em todas as regiões do País (em parceria com o Conselho</p>

	alunos; 2011 – 14: Círculos de Diálogo para 4.200 alunos.	Nacional do Sesi): <ul style="list-style-type: none"> ▪ 45 círculos de diálogo; ▪ Mais de 1.400 participantes.
	2011 – 2015 Selo ODM (5 edições): Reconhecimento e divulgação de boas práticas em prol dos ODM <ul style="list-style-type: none"> ▪ 774 instituições inscritas. 	2012 – 2016 (5 anos) SESI no Colegiado Nacional (Secretaria de Mobilização) SESI no Colegiado do Núcleo Estadual (Secretarias Executiva e de Comunicação)
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	2004 - Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa <ul style="list-style-type: none"> ▪ “Portal ODM”, lançado em 2009; ▪ Indicadores de todos os estados e municípios; ▪ 22 milhões de páginas vistas; ▪ Mais de 2,5 milhões de acessos. 	
	2004 – 2014 Publicações sobre os ODM no Paraná e Mesorregiões: <ul style="list-style-type: none"> ▪ 300 mil impressos; ▪ 4 revistas sobre os indicadores no Paraná (2004, 2006, 2007 e 2009); ▪ Publicação “Empresário do Terceiro Milênio”; ▪ Folder sobre cada mesorregião do Estado (2007); ▪ Folder com síntese dos indicadores do Paraná; ▪ Folder sobre os ODM. 	
CAPACITAÇÃO	2007 – Oficinas de Elaboração de Projetos, Mobilização de Recursos e Análise e Interpretação de Indicadores <ul style="list-style-type: none"> ▪ 300 oficinas; ▪ Perto de 20.000 participantes. 	2014 – PNUD, Presidência da República, NIDEP e SESI/PR <ul style="list-style-type: none"> ▪ 10 turmas de capacitação (40 horas cada); ▪ 243 participantes de todos os estados; ▪ 900 h de assessoramento aos participantes; ▪ 5 publicações detalhando a metodologia.
	2010 - Cursos EAD gratuitos <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mobilização em prol dos ODM; ▪ Indicadores para monitorar e avaliar; políticas, programas e projetos; ▪ Empresário do Terceiro Milênio; ▪ Aproximadamente 27 mil alunos. 	(http://www.eadsesipr.org.br)

Fonte: SESI (2018). Adaptado pela autora.

Premiações e reconhecimentos NIDEP e SESI:

2007:

- Finalista da 2ª edição do Prêmio ODM Brasil do Governo Federal.

2008:

- Prêmio Internacional Dubai em prol do Desenvolvimento;
- 3º Catálogo de Boas Práticas da América Latina e Caribe em prol do Desenvolvimento;
- Assembleia Geral da ONU (Nova Iorque - EUA);
- Encontro Mundial das Famílias (Cairo - Egito);
- Congresso das Metrôpoles em Sydney – Austrália.

2010:

- Conferência Internacional da Junior Chamber International (Osaka - Japão);
- Assembleia Geral da ONU (Nova Iorque - EUA);
- Conferência Internacional sobre a Municipalização dos ODM (Chiapas - México).

2011:

- Certificação da metodologia de mobilização do Sesi PR como Tecnologia Social;
- Prêmio Construindo a Nação, categoria Iniciativas Públicas e Privadas, projeto “Círculos de Diálogo com os alunos do Colégio SESI”;
- 9ª *Reunión: Fortalecimiento de redes locales para la inclusión socio-espacial* (Colima - México).

2012:

- Projeto “Dialogando na Indústria” pelo Edital Sesi Senai de Inovação.

2013:

- Vencedor da etapa regional do Prêmio Finep de Inovação, Categoria Tecnologia Social (“Portal ODM” e Mobilização);
- Prêmio Ozires Silva na categoria Empreendedorismo Social;
- Vencedor do Green Project Awards Brasil – Categoria Mobilização.

2014:

- Placa do PNUD pelos 5 anos do “Portal ODM” e sua relevância no monitoramento dos ODM;
- Placa da Secretaria Geral da Presidência da República e PNUD pela tecnologia social de mobilização do NIDEP e SESI Paraná.

- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI

Fundado em 22 de janeiro de 1942, através do decreto-lei 4.048, pelo então presidente Getúlio Vargas. Surgiu para auxiliar na seguinte necessidade: a formação de profissionais qualificados para a incipiente indústria de base, sendo que, nesse período a educação profissional não estava devidamente desenvolvida nas indústrias do país. Iniciou suas atividades no estado do Paraná em 12 de março de 1943. Desde a sua fundação, contribui com o avanço da comunidade paranaense e as indústrias locais. É uma instituição de direito privado, constituído pelo empresariado industrial, por meio da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelas federações de indústrias dos estados (SENAI, 2018a).

O SENAI tem por objetivo a promoção da educação em todos os níveis, com foco nas características das empresas e dos trabalhadores, conforme cada seguimento. Disponibilizando recursos para potencializar o crescimento do mercado, aumentando a concorrência industrial. Com apoio do Instituto SENAI de Tecnologia e Inovação e dos Centros de Educação Profissionais, auxiliam as empresas na ampliação de recursos inovadores para seus negócios. Fornecendo transferência de tecnologias, pesquisas aplicadas e laboratórios, criando um diferencial competitivo para cada produto (SENAI, 2018b).

- Instituto Euvaldo Lodi – IEL

Criado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 29 de janeiro de 1969, iniciou suas atividades com o intuito de aproximar os estudantes trabalhadores nas linhas de montagem através de estágios supervisionados. No Paraná, o IEL foi criado em 21 de agosto de 1969 pelo então presidente da FIEP Mário de Mari, com a finalidade de aumentar o conhecimento acadêmico dentro das empresas (IEL, 2018a). Atualmente, oferece a formação executiva e disponibiliza atividades direcionadas à gestão de talentos na indústria, com ênfase em *trainees* e estágios, promovendo assim, o desenvolvimento industrial no Paraná (IEL, 2018b). Possui parcerias com o Sistema da FIEP, na qualificação de profissionais para o alcance dos desafios de gestão e liderança, ofertando cursos de graduação, pós-graduação e atividades de extensão. Dessa forma, permite um aumento das áreas produtivas (IEL, 2018a).

- Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos – UN-Habitat

O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONUBR, 2018g), tem sede na capital do Quênia, em Nairóbi. Resultou-se da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat I), em 1978. É uma organização pertencente a Agência da ONU, tendo como objetivo a urbanização sustentável dos assentamentos humanos

(ONUBR, 2018g). Desenvolve ações voltadas as cidades e aos assentamentos humanos na perspectiva de torna-los “[...] inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Afinal, cidades e comunidades sustentáveis, aonde vive e trabalha a maior parte da população do planeta, são as principais “arenas” para a implementação do desenvolvimento [...]” (ONU, 2018, p. 5).

A UN-Habitat, tem como finalidade trabalhar em ações voltadas à vida nas cidades, colaborando junto aos governos federais, estaduais e municipais, em parceria com universidades, ONGs, instituições do terceiro setor e do setor privado (ONUBR, 2018g). Na visão do autor Bittencourt (2004), a UN-Habitat “ [...] visa promover o desenvolvimento social e a sustentabilidade ambiental das cidades, por meio do acesso à habitação adequada e serviços básicos para todos” (BITTENCOURT, 2004, p. 169). Atuando assim, em atividades voltadas para a diminuição dos problemas de crescimento urbano. Seus projetos desenvolvem atividades nas seguintes temáticas (ONUBR, 2018g):

- Planejamento e desenho urbano local e metropolitano;
- Legislação urbana, solo e governança;
- Economia urbana e finanças municipais;
- Habitação e assentamentos precários/informais;
- Serviços básicos urbanos (água, saneamento, energia, mobilidade urbana e resíduos);
- Segurança urbana e espaços públicos;
- Empoderamento de mulheres e jovens nas cidades;
- Participação cidadã;
- Desenvolvimento econômico local;
- Mudanças climáticas e resiliência;
- Gestão e redução de riscos de desastres e reabilitação;
- Boas práticas;
- Indicadores urbanos (Iniciativa de Prosperidade das Cidades e Observatórios Urbanos);
- Pesquisa e desenvolvimento de capacidades.

- Global Urban Observatory – GUO

Criado pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat), o Sistema de Observatórios Urbanos é a rede mundial de informações, dados e construção da capacidade urbana. Tem como finalidades auxiliar os governos, autoridades locais e a sociedade civil na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

nas esperas globais, nacionais e municipais. Dessa forma, melhorar a coleta, compreensão e o uso das informações e dados dos ODM. Assim, formular políticas públicas mais eficazes e colaborar no entendimento do sistema social e econômico das cidades (Bittencourt, 2004). Para Bittencourt (2004), o Global Urban Observatory “concentra informações de todos os Países-membros no que tange ao aspecto de indicadores do desenvolvimento humano e outros aspectos que tangem à sobrevivência do ser humano”, caracterizando o GUO em cinco objetivos:

- Estimular processos de consulta de amplo respaldo para ajudar a identificar e integrar as necessidades urbanas de informação;
- Ajudar a desenvolver capacidades para as aplicações de política de informação urbana, centrada em indicadores e melhores práticas;
- Prover informações e análises a todos os interessados para obter uma participação mais efetiva na tomada de decisões;
- Compartilhar informações, conhecimentos e especialidades usando tecnologia e infraestrutura de informações modernas.

[...] O Observatório Urbano Global tem como compromisso de reportar à Assembléia da ONU a cada dois anos, apresentando um relatório de avanço das cidades, o que aconteceu no mundo do ponto de vista da pobreza, dos mecanismos de governança, do sistema de transporte, resposta aos serviços de base (MORENO, 2004, p. 20).

3.2.2 Estratégias para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável e o enraizamento dos ODM

A partir de parcerias, ações e outras articulações, conclui-se que o NIDEP se apresenta como protagonista na estruturação de um sistema de governança multinível. Compreendendo assim, a governança como “[...] distribuição de poder, papéis, riscos, recompensas e responsabilidade entre os atores envolvidos, assim como a transparência e a prestação de contas sobre decisões e ações” (Knopp, 2011, p. 58). A relação política, social e empresarial e mobilização estão enraizadas nas ações do NIDEP, podemos exemplificar com a fala da Kenappe (2017):

[...] tudo é uma questão política, né? Então assim, no começo a gente chamava todas as Secretarias envolvidas, que pudessem nos fornecer informações, para que fizesse um planejamento em conjunto. Então, fizemos várias reuniões de planejamento conjunto com essas. Algumas aderiam outras não. Umas falavam, sim, vamos fazer, vamos ajudar e tal e tal. E no

final, o trabalho não ia. Então, o trabalho mais difícil foi a gente delinear, a gente definir como é que a gente iria trabalhar” (KENAPPE, 2017).

Conforme aprofundamento teórico desenvolvido no capítulo 2 deste trabalho, e a pesquisa empírica, podemos concluir, o NIDEP contribui para uma prática pedagógica para pensar e moldar o planejamento e o desenvolvimento regional, por meio de ações e estratégias que consolidam o enraizamento dos ODM, em cinco eixos estratégicos de atuação:

1) Promover a cultura do desenvolvimento sustentável: por meio do estímulo a produção do conhecimento e articulação de uma rede de parceiro; monitorar sistema de indicadores e; divulgar para a sociedade conceitos de desenvolvimento sustentável e incentivar ações com esse propósito;

2) Potencializar ações empresariais na promoção do desenvolvimento sustentável: desenvolvendo métodos de implementação e avaliação de impactos de projetos; permitir e facilitar o acesso a informação, apoiando empresas nas questões de responsabilidade social e ambiental e; garantir apoio nos processos de adequação de empresas no mercado internacional, por meio de sistemas de indicadores de sustentabilidade empresarial;

3) Apoiar processos de decisão sobre os rumos do desenvolvimento regional: promover subsídios para a tomada de decisões, como ferramentas de planejamento, coleta e análise de informações; desenvolver conhecimento e disponibilizar informações e boas práticas de gestão e governança, que promovam o desenvolvimento e; incentivar o diálogo entre todos os setores da sociedade e a sociedade civil, sobre os rumos da região.

4) Desenvolver projetos com parcerias e com organismos internacionais: Consolidar a rede nacional e internacional de observatórios urbanos locais; monitorar os indicadores dos Objetivos de desenvolvimento do Milênio e da Agenda Habitar; desenvolver projetos que promovam a melhoria de assentamentos humanos precários;

5) Garantir a auto-sustentabilidade do NIDEP, sua inovação e seu crescimento: Consolidar parcerias com empresas e organizações alinhadas com questões da sustentabilidade; oferecer serviços e produtos; desenvolver plano de divulgação para fortalecer ações e atingir todas as camadas da sociedade.

Diversas ações, vinculadas esses eixos, foram desenvolvidas pelo NIDEP para estimular a produção do conhecimento e divulgar os conceitos dos ODM para a sociedade, como:

- Consultoria e Treinamentos:
 - Curso a distância (gratuito): Indicadores para Avaliar e Monitorar Políticas e Projetos;
 - Oficinas presenciais: Construção de Indicadores e de Sistema de Informação;
 - Publicação: Construção e Análise de Indicadores.

Essas capacitações foram importantes para enraizamento dos ODM, destaca-se nestas ações como diferencial do NIDEP a capacidade de formar agente multiplicadores, destas capacitações, conforme destaca a Kenappe (2017) e Vieira (2017), referente as capacitações realizadas em todo o Brasil:

[...] capacitações das regiões, então, o que a gente faz... É uma promoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A gente capacitou para que as pessoas pudessem trabalhar em prol dos ODM. Então, como eu posso falar, para que elas pudessem replicar também, é, ações que pudessem colaborassem com o cumprimento das metas. (KENAPPE, 2017).

[...] eu estive junto na equipe, porque a equipe que fez a capacitação por todo o Brasil, foi uma equipe mista, do NIDEP na época, e da equipe de mobilização. Durante um período, e antes um pouco dessa parceria com o PNUD, para essas capacitações no Brasil todo, a gente faz capacitações, nas localidades. Então, a equipe do NIDEP dava uma capacitação sobre indicadores e eles sempre foram os responsáveis por essa capacitação, então, essa eu nunca dei. E nós, que cuidávamos da mobilização fazíamos uma oficina de elaboração de projetos. Então, eram duas formações complementares e a nossa equipe lá, que fundamentalmente dava essa capacitação de projeto. (VIEIRA, 2017).

- Comunicação:
 - Site – meio eletrônico de comunicação em espaços para debates, fóruns de diálogo e acesso à base de indicadores;
 - Informativo impresso – publicação bimestral, com tiragem de 3 mil exemplares, que aborda as atividades do NIDEP e assuntos relacionados à sustentabilidade;
 - Newsletter – veículo eletrônico com informações relacionadas ao NIDEP e à Rede de Monitoramento de Desenvolvimento Sustentável;
 - Inserção nos meios de comunicação de credibilidade no Estado.

- Mapeamento de Fontes e Controle de Acesso:

Ferramenta para obter informações desagregadas e acesso diferenciado aos dados produzidos por órgão oficiais de pesquisa e levantamento de informações primárias. O

cadastro de instituições fornecedoras de informação, contendo as pesquisas periódicas elaboradas, os indicadores utilizados a partir dessas fontes, as datas de coleta, a previsão de atualizações, termos de disseminação, possibilita a atualização de informações e a descrição dos metadados de forma mais eficiente e fidedigna.

- Análise e publicações:

Produce análises e publicações para suprir a necessidade de estudos e diagnósticos do desenvolvimento regional e divulgar os indicadores de sustentabilidade.

- Publicações:

- Indicadores do Milênio no Estado do Paraná;
- Indicadores do Milênio na Região Metropolitana de Curitiba.

- Reconhecimento, prêmios e participação em eventos:

- **Observatório de Equidade (2006, Brasília – Brasil):** Convidado para participar da Rede de Observação. Formada por organizações e especialistas, incluindo observatórios e outras organizações regionais, a Rede de Observação atua foco no desenvolvimento regional e governança;
- **World Urban Fórum III – Nosso Futuro: Cidades Sustentáveis (2006, Vancouver – Canadá):** O NIDEP foi moderador da mesa de trabalho relativa ao movimento dos Objetivos do Milênio, no evento Transformando Ideias em Ação;
- **3.^a Reunião Nacional de Observatórios Urbanos: Cálculo de Indicadores Urbanos: Solução de Problemas e Ajustes Metodológicos (2006, Guadalajara – México):** O NIDEP foi convidado para realizar a palestra magna tratando sobre a vinculação entre observatórios, núcleos, entidades públicas, privadas e a sociedade.

- O NIDEP foi convidado a apresentar suas experiências em três grandes eventos:

- Congresso Mundial das Metrôpoles (2005, Berlim – Alemanha), realizado pelo Associação Mundial das Grandes Metrôpoles;
- Seminário Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e a Agenda Habitat (2005, Rio de Janeiro – Brasil), organizada pela ONU, intitulada: Dados e Indicadores de Avanço;

- Foro Internacional Sobre Observatórios (2005, Bogotá – Colômbia), organizado pela secretaria de governo distrital da cidade de Bogotá.

3.2.2.1 O NIDEP no movimento nacional pela cidadania e solidariedade

Criado em 04 de agosto de 2004 e organizado pela sociedade civil brasileira, o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, também conhecido por “Movimento Nós Podemos”, tem por objetivo estimular, disseminar, articular e acompanhar ações em prol do alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil. É um movimento de voluntários apolítico, universal e plural, atuando em atividades em âmbito municipal, estadual e nacional, através de serviços voluntariados, Vieira (2017):

[...] a proposta do Nós Podemos, [...] é articular a sociedade para o alcance dessas Agendas mundiais. Então, claro que tem algumas daquelas metas, que tem uma responsabilidade, é que parecem de caráter bastante público e de responsabilidade pública. No entanto, sabemos que a administração pública sozinha não dá conta. E não, dá tanto não dá conta que ela, se utiliza de parceiros, e a gente. Né, por exemplo uma APAE. A APAE, é uma ONG parceira, do poder público para dar conta de atender das pessoas com deficiências das diversas localidades que existem” (VIEIRA, 2017).

O “Movimento Nós Podemos”, tem como visão: “O Brasil como referência mundial no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com a participação integrada de governos, empresas e sociedade civil”. E sua missão é “Articular e integrar todos os setores da sociedade para promover o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em nível nacional, estadual e municipal”. O “Movimento Nós Podemos” é coordenado pela Secretaria Executiva do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade e pela Secretaria Geral da Presidência da República, à qual, com as seguintes diretrizes (MOVIMENTO NACIONAL PELA CIDADANIA E SOLIDARIEDADE, 2010):

- a) propor diretrizes e articular parcerias no âmbito, nacional e internacional;
- b) integrar as informações e disseminá-las;
- c) apoiar as ações dos “Movimentos Nós Podemos” constituídos;
- d) fomentar a constituição de Movimentos Nós Podemos onde ainda não existem.

Com ações voltadas aos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, fornece capacitação e atividades vinculadas a organizações, como por exemplo, o NIDEP. Para Vieira (2017), a proposta do “Movimento Nós Podemos” é “[...] sensibiliza”:

[...] nós passamos nos 399 municípios do estado do Paraná. Não necessariamente todos constituíram o que a gente chamava de Núcleo Nós Podemos. Porque qual era a nossa atividade? A gente ia na localidade, identificava os principais, os atores mais relevantes e provocávamos para que aqueles nos ajudassem a organizar um encontro, onde pudesse fazer uma análise dos indicadores daquela localidade. E fazer propostas de ações, né? Para que ele se transformasse em projetos. Então, nós visitamos os 399 municípios e convidamos todos, a que todos se engajassem. Conseguimos realizar, o que a gente chamava né, de Círculo de Diálogo, em trezentos e sessenta e poucos municípios. Então, nem todos aderiam, mas todos foram sim, convidados” (VIEIRA, 2017).

Portanto, o NIDEP foi protagonista na articulação e integração do “Movimento Nós Podemos”. Formando uma rede de cooperação e governança multinível, realizando atividades para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Buscando divulgar amplamente os ODM, fomentando a participação das empresas, prefeituras e sociedade civil na divulgação, no monitoramento e na evolução das metas e indicadores. Propondo assim, estratégias de ações para casos em que os indicadores não proporcionaram os resultados esperado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou desenvolver a correlação entre sustentabilidade e governança na experiência do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa e sua estruturação no sistema de governança multinível para o enraizamento dos Objetivos de desenvolvimento do milênio. Para isso, na primeira fase da pesquisa realizou-se uma pesquisa exploratória, utilizando uma revisão bibliográfica, que proporcionou compreender a dimensão do problema de pesquisa e norteou a escolha metodológica mais adequada para analisar a realidade do objeto e suas características.

Inicialmente se debruçou a respeito dos aspectos das políticas públicas, destacando a importância do governo na resolução de problemas sociais, colaborando na redução da pobreza, nas desigualdades sociais e nos impactos ambientais. Contudo, para solução de problemas complexos e a implantação de uma agenda desafiadora como a traçada nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, essas ações devem resultar de uma complexa interação entre Estados, sociedade civil e o setor privado. Esse processo compreendido, nesta pesquisa, como de governança participativa ou multinível.

Portanto, a governança compreende a integração da complexidade, elemento intrínseco do processo político, pois, nos processos participativos intervêm uma grande complexidade de atores; governar, nesta perspectiva, significa não seguir a indicação de uns poucos especialistas, senão que ser concebido como um processo aberto de aprendizagem, onde múltiplos atores aportam seus conhecimentos e suas percepções vivenciais da realidade. Trata-se, portanto, de um sistema de governo por meio de atores diversos num marco de redes plurais, com o reconhecimento da multiplicidade de atores, públicos e privados, com interesses, vontades e recursos chaves para o desenvolvimento eficaz das políticas (colocar vários autores que dão a entender isso). Este conceito subsidiou no alcance do objetivo específico de analisar a contribuição do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP), por meio do seu protagonismo na estruturação do sistema de governança multinível para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Para contextualização a institucionalização do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP), enquanto estratégia para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil, foi preciso conceituar e compreender os aspectos históricos, características e seu funcionamento, para isso utilizou-se dados secundários por meio de uma pesquisa documental e entrevista semiestruturada. Descrevendo sua evolução desde o início, quando se constituiu como uma organização não governamental,

resultado das discussões gestadas na Conferência Internacional sobre Indicadores de Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida (ICONS), ainda no ano de 2003, com objetivo discutir novos indicadores que evidenciassem a prosperidade e a qualidade de vida das pessoas. Pode-se resumir a criação do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP) que surgiu de quatro grandes eventos:

1) AGENDA 21: Declaração Rio 92 sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento: compromisso de cooperação entre os países participantes da ECO 92, para a proteção da integridade do planeta e da sustentabilidade do desenvolvimento;

2) CAPÍTULO 40 DA AGENDA 21: Informações para a tomada de decisões: produção e gestão de informações para tomada de decisões e a estruturação do mecanismo institucionais para monitorar o desenvolvimento, com destaque à troca de experiência e informações para o desenvolvimento sustentável por parte do setor privado;

3) CONFERÊNCIA HABITAT II / 1996: o conceito de cidades sustentáveis começou a tomar fôlego, numa conjugação da questão econômica, social, política e ambiental, e o desenvolvimento sustentável passou a ser assunto recorrente como base para as ações voltadas à melhoria da qualidade de vida e

4) *International Conference on Sustainable Development and Quality of Life Indicators (ICONS)*: ocorrida em 2003, na cidade de Curitiba, no Paraná, onde especialistas, líderes e pesquisadores de várias partes do mundo, dialogaram sobre alternativas de indicadores para medir a prosperidade e a qualidade de vida da população em todo o planeta (NIDEP, 2006).

A última etapa da pesquisa se debruçou na análise da convergência do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP), com a dimensão política do desenvolvimento territorial sustentável. O subsídio para cumprir esse objetivo, foi desenvolver teoricamente o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões do desenvolvimento: regional, territorial e as relações na “globalização”, o que permitiu refletir o desenvolvimento humano, como um postulado básico do desenvolvimento para a qualidade de vida das pessoas. Assim, foi possível associar o Desenvolvimento à Escala Humana aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que busca realizar um esforço no sentido de melhorar a qualidade vida da população. O Desenvolvimento à Escala Humana, foi formulado por Max-Neef (2012) e, afirma que o melhor processo de desenvolvimento é o que permite o aperfeiçoamento na qualidade de vida das pessoas, satisfazendo suas necessidades humanas fundamentais.

A Declaração do Milênio do ano 2000, que deu origem aos ODM, que constituiu um compromisso global pelo desenvolvimento, abarcando metas e indicadores concretos que possibilitaram a construção de uma visão compartilhada sobre os principais desafios do desenvolvimento em todo o globo (BRASIL, 2009a). Assim, poderia visualizar tanto o cumprimento, quanto as deficiências nos 8 Objetivos: 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome. 2: Alcançar a educação primária universal. 3: Promover a igualdade de gênero e capacitar as mulheres. 4: Reduzir a mortalidade infantil. 5: Melhorar a saúde materna. 6: Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças. 7: Assegurar a sustentabilidade ambiental. 8: Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Os ODM se apresentam como um plano de desenvolvimento mundial, que propõem uma agenda que engloba as dimensões econômica, social e ambiental, com a participação conjunta de cidadãos, governos e sociedade para alcançar o desenvolvimento humano (BRASIL, 2009, p.9). Nesta perspectiva, compreende-se a contribuição do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP) na estruturação do sistema de governança no Brasil, desenvolvendo um núcleo articulador, que além de monitorar e apresentar os resultados de um objeto ou realidade, por meio da utilização de indicadores de monitoramento e avaliação, busca ainda, contribuir para o desenvolvimento territorial sustentável. Mobilizando diversos atores sociais, tendo como horizonte o desenvolvimento territorial sustentável, não só fornecendo indicadores, mas informações e formações com base numa agenda global de parcerias e diálogos, gerando conhecimento e conseqüentemente o enraizamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Para isso o NIDEP, desde a sua concepção desenvolve cinco eixos estratégicos com os seguintes objetivos e ações:

1) Promover a cultura do desenvolvimento sustentável: por meio do estímulo a produção do conhecimento e articulação de uma rede de parceiro; monitorar sistema de indicadores e; divulgar para a sociedade conceitos de desenvolvimento sustentável e incentivar ações com esse propósito por meio da comunicação e divulgação: produz informativos impressos e mantém um site, como meio eletrônico de comunicação com espaços para debates, fóruns de diálogo e acesso à base de indicadores;

2) Potencializar ações empresariais na promoção do desenvolvimento sustentável: realizar consultoria e treinamentos; desenvolvendo métodos de implementação e avaliação de impactos de projetos; permitir e facilitar o acesso a informação, apoiando empresas nas questões de responsabilidade social e ambiental e; garantir apoio nos processos de adequação de empresas no mercado internacional, por meio de sistemas de indicadores de

sustentabilidade empresarial. Auxiliando assim, as organizações a estruturarem seus processos de informação para a tomada de decisões estratégicas;

3) Apoiar processos de decisão sobre os rumos do desenvolvimento regional: promover subsídios para a tomada de decisões, produzir estudos, análises e conhecimento relacionados a sustentabilidade; ferramentas de planejamento, coleta e análise de informações; disponibilizar informações e boas práticas de gestão e governança, que promovam o desenvolvimento e; incentivar o diálogo entre todos os setores da sociedade e a sociedade civil, sobre os rumos da região. Mapeamento de fontes e controle de acesso; análises e publicações para suprir a necessidade de estudos e diagnósticos do desenvolvimento regional e divulgar os indicadores de sustentabilidade; monitorar sistemas de indicadores. As análises avaliam os rumos do crescimento regional, fazem leituras municipais nas áreas de demografia, saúde, educação, economia e social;

4) Desenvolver projetos com parcerias e com organismos internacionais: Consolidar a rede nacional e internacional de observatórios urbanos locais; monitorar os indicadores dos Objetivos de desenvolvimento do Milênio e da Agenda Habitar; desenvolver projetos que promovam a melhoria de assentamentos humanos precários;

5) Garantir a auto-sustentabilidade do NIDEP: Consolidar parcerias com empresas e organizações alinhadas com questões da sustentabilidade;

Portanto, a partir das parcerias estabelecidas, ações e outras articulações, conclui-se que o NIDEP além de contribuir para uma prática pedagógica para pensar o desenvolvimento, por meio de ações e estratégias que consolidam o enraizamento dos ODM, se apresenta como protagonista na estruturação de um sistema de governança multinível, compreendendo a governança como “[...] distribuição de poder, papéis, riscos, recompensas e responsabilidade entre os atores envolvidos, assim como a transparência e a prestação de contas sobre decisões e ações” (Knopp, 2011, p. 58). Em relação aos dados analisados na pesquisa, podemos sintetizar a contribuição do NIDEP, a partir da fala da colaboradora Kenappe (2017):

[...] eu acho que o NIDEP cumpriu o seu papel, ele fez bastante coisa. A gente fez bastante trabalho, assim, em relação aos indicadores, as informações, ao acompanhamento dos cumprimentos das metas, né? Então, eu acho que ele cumpriu o seu papel. O seu objetivo, que era disseminar, divulgar os ODM para o país todo e acompanhar o cumprimento e promover ações que, é, digamos aumentasse a adesão aos ODM em ações. (KENAPPE, 2017).

Podemos concluir que, quanto ao protagonismo na estruturação de um sistema de governança multinível que abrange a dimensão política do desenvolvimento territorial sustentável, o NIDEP se destaca na capacidade de potencializar ações empresariais, promovendo com sucesso processos de adequação de empresas com consultoria, treinamentos, métodos de implementação e avaliação de impactos de projetos. Enquanto que, a participação da sociedade civil para os gestores entrevistados ainda é um desafio, o envolvimento da sociedade civil é contemplado de forma indireta, contemplados com os processos informativos, como meio eletrônico de comunicação e acesso à base de indicadores por meio do ‘Portal ODM’.

Desse modo, destaca-se que as etapas da pesquisa, elucidadas e simplificadas nessas últimas considerações, contribuíram para elucidar o objetivo geral desta pesquisa, demonstrando a contribuição do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP), como estratégia formativa para o desenvolvimento territorial sustentável e para o enraizamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O sucesso do alcance dos ODM no Brasil é resultado desta ação em rede, que foi um dos pontos de destaque na atuação do NIDEP, como articulador na integração de ações e parcerias, com órgãos públicos, empresas e instituições, promovendo todas as ações com foco no desenvolvimento humano e na sustentabilidade. Estas ações denotam seu protagonista na estruturação de um sistema de governança multinível, nesse sentido o NIDEP, que representa a articulação dos dirigentes empresariais do Sistema FIEP, é pioneiro no âmbito nacional, catalisando a perspectiva de compreender as políticas públicas como responsabilidade de todos, da iniciativa privada, sociedade civil e Governo. O sucesso das ações do NIDEP reconhecidas nacionalmente, é resultado desta articulação, entre interesses públicos, ação empresarial, sociais e acadêmicos.

Observadas as implicações das ações do NIDEP, de caráter social, econômica e ambiental e caracterizada a importância da atuação em rede, para atingir os objetivos de desenvolvimento que ampliem a qualidade de vida da população, recomenda-se para pesquisas futuras analisar a contribuição das Redes na gestão sustentável e governança no território. Para o enraizamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma importante rede que vem se expandindo é a “Redes ODS Universidades Brasil”, promissora para contribuir no alcance das Metas e Objetivos previstos na Agenda 2030. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), é a nova Agenda Global, com início em 2015 e término previsto para 2030,

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Para uma teoria dos estudos territoriais**. In: VIEIRA, Paulo Freire; CAZELLA, Ademir; CERDAN, Claire. (Orgs). Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: Subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: Aped/Secco, 2010, p. 27-47.
- ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Elefante, 2016. Disponível em: <[http:// https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2017/06/Bemviver.pdf](http://https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2017/06/Bemviver.pdf)>. Acesso em 01 de maio 2018.
- ALBAGLI, Sarita. **Território e territorialidade. Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 23-69.
- ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. A conceituação de governabilidade e governança, da sua relação entre si e com o conjunto da reforma do Estado e do seu aparelho. Brasília, DF: ENAP, 2002. 26p. (Texto para discussão ENAP, 45).
- ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP. Mimeografado, 2001.
- BARBIERI, Edison. Desenvolver ou preservar o ambiente. São Paulo: Cidade Nova, 1996.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira Barros; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica**. 2. ed. ampl. São Paulo: Makron Books, 2000. 122 p.
- BECK, Ulrich. **O que é globalização?: equívocos do globalismo respostas à globalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 282 p.
- BENTO, Leonardo Valles. **Governança e governabilidade na reforma do Estado: entre eficiência e democratização**. Barueri: Manole, 2003. 259 p.
- BITTENCOURT, Carlos Magno Andrioli. **A Informação e os Indicadores de Sustentabilidade: um estudo de caso no Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade Metropolitano de Curitiba-ORBIS MC**. 2006.
- BONIFACE, Pascal. **Compreender o mundo**. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2011. 303 p, il.
- BORGES, André. **Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial**. Red Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2000.

BRASIL. **Guia para a Municipalização dos Objetivos do Milênio:** Referências para a adaptação de indicadores e metas à realidade local / Agenda Pública - Agência de Análise e Cooperação em Políticas Públicas (elaboração), São Paulo: [s.n.], 2009. 52p. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/arquivos/guia-de-municipalizacao>>. Acesso em 01 de dezembro 2017. (BRASIL, 2009)

BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio:** Relatório Nacional de Acompanhamento / Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; supervisão: Grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. - Brasília: Ipea: MP, SPI, 2014. 208 p.: il., gráfs., mapas color. 210p. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/140523_relatorioodm.pdf>. Acesso em 12 dezembro 2017. (BRASIL, 2014a)

BRASIL. **Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.** Revista da 5ª Edição do Prêmio ODM Brasil / Agenda Pública – Secretária-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Relações Politico-Sociais (elaboração), Brasília: [s.n.], 2014. 80p. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/arquivos/revista-da-5o-edicao>>. Acesso em 12 dezembro de 2017. (BRASIL, 2014b)

BRUNDTLAND, Gro Harlem; COMUM, Nosso Futuro. **Relatório Brundtland.** Our Common Future: United Nations, 1987.

BÜTTENBEBDER, Pedro Luís. Governança. In.: GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein; RIEDL, Mário (Orgs.). **Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos.** 1. ed. Porto Alegre: Conceito, 2017. p. 221-215.

CARRION, Rosinha Machado; COSTA, Pedro de Almeida. **Governança Democrática, Participação e Solidariedade:** entre a retórica e a práxis. Espacio abierto: cuaderno venezolano de sociología, 2010. v. 19, n. 4, p. 621-640.

CARVALHO, Pedro Raposo de Medeiros de. **Nações Unidas:** um actor na resolução dos conflitos. Lisboa: Universidade Lusíada, 2003. 298 p, il.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento regional:** por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?. Santa Cruz do Sul (RS): Edunisc, 2010. 212 p.

DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs.). **Dicionário de políticas públicas.** 2. ed. São Paulo: Unesp, 2015. 1065 p.

DINIZ, Eli. Governabilidade, governance e reforma do Estado: considerações sobre o novo paradigma. **Revista do Serviço Público**, v. 47, n. 2, p. 05-22, 2015.

FONTOURA, Rosane. **Federação das Indústrias do Estado do Paraná:** entrevista [jul. 2017]. Entrevistadora: Annemara Faustino. Curitiba, 2017. 1 arquivo. mp3 (59 min.). Entrevista concedida à Dissertação.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e políticas públicas, n. 21, 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>>. Acesso em 12 julho de 2018.

FUTURO 10 PARANÁ. **Instituto de Promoção do Desenvolvimento (IPD)**. Disponível em: <<http://www.futuro10parana.com.br/ipd.asp>>. Acesso em 11 de julho de 2018.

GONÇALVES, Alcindo Fernandes. Regimes internacionais como ações da governança global. Meridiano 47-Journal of Global Studies, 2011. v. 12, n. 125, p. 40-45.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Penso Editora, 2012. 488 p.

GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein. Políticas Públicas. In.: GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein; RIEDL, Mário (Orgs.). **Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos**. 1. ed. Porto Alegre: Conceito, 2017. p. 332-339.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre. 2004.

HEIDEMANN, Francisco G. **Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UNB, p. 23-39, 2009.

HELLMANN, Aline Gazola. Indicadores Sociais. In.: GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein; RIEDL, Mário (Orgs.). **Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos**. 1. ed. Porto Alegre: Conceito, 2017. p. 239-242.

HUNTINGTON, Samuel Philips. **A ordem política nas sociedades em mudança**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

HENRICHES, Joanni Aparecida. **Governança multinível para o desenvolvimento regional: um estudo de caso do Consórcio Intermunicipal da Fronteira**. 2015. 163 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

IBGE. Diretoria de Geociências; IBGE. Coordenação de Geografia. **Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil, 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 355 p, il. +, 1 CD-ROM.

INSTITUTO EUVALDO LODI (IEL). **História**. Disponível em: <<http://www.ielpr.org.br/o-iel/conheca/FreeComponent20802content169724.shtml/>>. Acesso em 07 de julho de 2018. (IEL, 2018a).

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas: elaboração de estudos socioeconômicos**. 2. ed. Campinas: Átomo & Alínea, 2003. 141p.

JEAN, Bruno. **Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável:** rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais. In: VIEIRA, Paulo Freire; CAZELLA, Ademir; CERDAN, Claire. (Orgs). *Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: Subsídios para uma política de fomento*. Florianópolis: Aped/Secco, 2010, p. 49-76.

KNOPP, Glauco. **Governança social, território e desenvolvimento.** Perspectivas em Políticas Públicas, v. 4, n. 8, p. 53-74, 2011.

LAMOUNIER, Bolívar. **Análise de políticas públicas:** quadro teórico-metodológico de referência. São Paulo [sn, sd]. Mimeografado, 1982.

LESSA, Renato. Governança/Governabilidade. In.: DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). **Dicionário de políticas públicas.** 2. ed. São Paulo: Unesp, 2015. p. 417-419.

MANTOVANELI JR, Oklinger; SAMPAIO, Carlos Alberto. **Governança para o desenvolvimento territorial sustentável.** Revista Brasileira de Ciências Ambientais, 2010. v. 18, p. 77-88.

MARTINS, Luciano; ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (BRASIL). **Reforma da administração pública e cultura política no Brasil:** uma visão geral. Brasília, D.F: ENAP, 1995. 61p, il. Tradução de: Reform of public administration and political culture in Brazil: an overview.

MATTEDI, Marcos Antônio. **Pensando com o desenvolvimento regional:** subsídios para um programa forte em desenvolvimento regional. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional. Blumenau, 2 (2), p. 59-105, primavera de 2015. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/4807/2968>>. Acesso em 10 novembro 2018.

MAX-NEEF, Manfred A; ELIZALDE, Antonio; HOPENHAYN, Martín. **Desenvolvimento à escala humana:** concepção, aplicação e reflexões posteriores. Blumenau: Edifurb, 2012. 108 p., il.

MORENO, Eduardo López. **Revista Observatório da Indústria:** conhecer para transformar. Entrevista. Curitiba, 2004. p. 18-21.

MOVIMENTO NACIONAL PELA CIDADANIA E SOLIDARIEDADE. **8 Jeitos de Mudar o Mundo:** Nós Podemos. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/legislacao/diretrizes_-mncs>. Acesso em 10 abril de 2018.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONUBR). **Brasil na ONU.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros/>>. Acesso em 08 de julho de 2018. (ONUBR, 2018g).

Brasil na ONU: PNUD Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/pnud/> Acesso em 08 de julho de 2018.(ONUBR, 2018c)

_____. **Desenvolvimento Sustentável.** Desenvolvido pela ONUBR. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/secretario-geral-elogia-adocao-de-orcamento-de-54-bilhoes-pelos-paises-para-atividades-da-onu/>>. Acesso em 09 de janeiro de 2018. (ONUBR, 2018d)

_____. **Como funciona.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/>>. Acesso em 08 de julho de 2018. (ONUBR, 2018e)

_____. **Conheça a ONU.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/>>. Acesso em 08 de julho de 2018. (ONUBR, 2018b).

_____. **História.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/historia/>>. Acesso em 08 de julho de 2018. (ONUBR, 2018a).

_____. **Países-membros.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros/>>. Acesso em 08 de julho de 2018. (ONUBR, 2018f)

_____. **ONU-Habitat.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/onuhabitat/>>. Acesso em 08 de julho de 2018. (ONUBR, 2018g)

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração do Milênio.** Cimeira do Milênio. Nova Iorque, 6-8 de setembro de 2000. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Docs/declaracao_do_milenio.pdf>. Acesso em dezembro de 2017. (Resolução A/RES/55/2 - 8 de setembro de 2000).

PEREIRA, Luiz C. Bresser (Luiz Carlos Bresser). **Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional.** São Paulo: Ed. 34, 1998. 365p, il.

PEREIRA, Margarida. **Governança territorial multinível: fratura (s) entre teoria e prática (s).** DRd-Desenvolvimento Regional em debate, 2014. v. 4, n. 2, p. 4-20.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório do Desenvolvimento Humano 2013. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/content/relat%C3%B3rio-do-desenvolvimento-humano-2013-0>> Acesso em 11 de julho de 2018.

_____. **Ministério da Educação: Saúde do Professor.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/tr_saude_professor.pdf> Acesso em 11 de julho de 2018.

_____. **O que fazemos: Pessoas.** Desenvolvido pelo PNUD Brasil. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/pessoas.html>> Acesso em 11 de julho de 2018.

QUIVY, Raymond; COMPENHOUDT, Luc van. **Manual de investigação em ciências sociais.** 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1998. 282p, il. (Trajectos, 17).

RAMOS, Guerreiro. **A redução sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica.** Rio de Janeiro: MEC, 1958. 169 p, il. (Textos brasileiros de sociologia, 3).

RENAPPE, Yara Prates. **Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa**: entrevista [jul. 2017]. Entrevistadora: Annemara Faustino. Curitiba, 2017. 1 arquivo. mp3 (37 min.). Entrevista concedida à Dissertação.

RIEDL, Mário. Desenvolvimento Regional. In.: GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein; RIEDL, Mário (Orgs.). **Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos**. 1. ed. Porto Alegre: Conceito, 2017. p. 116-118.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993. 103p.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Hernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006. XXIV, 583 p, il. +, 1 CD-ROOM.

SANDRI, Letícia. **Dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**: uma análise da transição das agendas de desenvolvimento em seus aspectos institucionais e de governança. 2018. 141 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2018.

SANTOS, Maria Helena de Castro. **Governabilidade, governança e capacidade governativa**: algumas notas. Brasília, D.F: ENAP, 1996. 14p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308 p.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2011. XVI, 133 p, il.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI). **História**. Disponível em: < <http://www.senaipr.org.br/o-senai/conheca/FreeComponent20291content169224.shtml>>. Acesso em 07 de julho de 2018. (SENAI, 2018a).

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI). **Portal ODM**. Sobre. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/sobre>>. Acesso em 17 de julho de 2017. (SESI, 2018a).

_____. **SESI História**. Disponível em: <<http://www.sesipr.org.br/o-sesi/conheca/FreeComponent20081content169665.shtml>>. Acesso em 04 de julho de 2018. (SESI, 2018c).

SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ (FIEP). **Somos Parceiros do seu Crescimento**. Disponível em: <<http://www.sistemafiep.org.br/>>. Acesso em 01 de julho de 2018. (FIEP, 2018a).

_____. **Diretoria da FIEP 2015/2019.** Disponível em: <<http://webp.fiepr.org.br:8080/webp/tools/pagingInterceptor.jsp?componentPid=30965&pageNumber=1>>. Acesso em 08 de julho de 2018. (FIEP, 2018b).

_____. **FIEP.** Disponível em: <<http://www.sistemafiep.org.br/fiep/>>. Acesso em 06 de julho de 2018. (FIEP, 2018e).

_____. **IEL.** Disponível em: <<http://www.sistemafiep.org.br/iel/>>. Acesso em 07 de julho de 2018. (IEL, 2018b).

_____. **SENAI.** Disponível em: <<http://www.sistemafiep.org.br/senai/>>. Acesso em 04 de julho de 2018. (SENAI, 2018b)

_____. **SESI.** Disponível em: <<http://www.sistemafiep.org.br/sesi/>>. Acesso em 04 de julho de 2018. (SESI, 2018b).

_____. **Sobre a FIEP.** Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/sobre-a-fiep/>>. Acesso em 09 de julho de 2018. (FIEP, 2018d).

_____. **Sobre o Sistema.** Disponível em: <http://www.sistemafiep.org.br/sobre_o_sistema/>. Acesso em 08 de julho de 2018. (FIEP, 2018c).

SILVA, Janaina Mayara Müller da. **A expressão territorial da relação global-local: o processo de institucionalização do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade em Santa Catarina no período de 2009 a 2015.** 2016. 168 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2016. Disponível em: <http://www.bc.furb.br/docs/DS/2016/361630_1_1.pdf>. Acesso em: 10 maio 2017.

SOUZA, Cristiane Mansur de Moraes; THEIS, Ivo Marcos. **Desenvolvimento regional: abordagens contemporâneas.** Blumenau (SC): Edifurb, 2009. 221 p, il.

THEIS, Ivo M. **Desenvolvimento, Meio Ambiente, Território: Qual Sustentabilidade?** Desenvolvimento em questão, v. 4, n. 8, 2006.

TORFING, J. **Governance Network Theory: Towards a second generation.** European Political Science, v. 4, p. 305-315, 2005.

VIEIRA, Diva da Paes. **Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa:** entrevista [jul. 2017]. Entrevistadora: Annemara Faustino. Curitiba, 2017. 1 arquivo. mp3 (1h55min.). Entrevista concedida à Dissertação.

VIEIRA, Paulo Freire. **Do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável.** Política & Sociedade, v. 8, n. 14, p. 27-78, 2009.

VIEIRA, Priscila da Paes. **Federação das Indústrias do Estado do Paraná:** entrevista [jul. 2017]. Entrevistadora: Annemara Faustino. Curitiba, 2017. 1 arquivo. mp3 (37 min.). Entrevista concedida à Dissertação.

APÊNDICE A - Objetivos de desenvolvimento do milênio, metas e indicadores

OBJETIVOS	METAS	INDICADORES
<p align="center">OBJETIVO 1: ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME</p>	<p>1.A: Reduzir para metade entre 1990 e 2015 a proporção da população cujo rendimento é inferior a 1 dólar por dia;</p>	<p>1.A.1: Proporção da população que ganha menos de 1 dólar por dia; 1.A.2: Índice de hiato de pobreza (incidência x grau de pobreza); 1.A.3: Participação dos 20% mais pobres da população na renda ou no consumo nacional.</p>
	<p>1.B: Alcançar o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos, incluindo mulheres e jovens;</p>	<p>1.B.1: Taxa de crescimento do PIB por pessoa empregada; 1.B.2: Razão entre emprego e população dos dois sexos; 1.B.3: Porcentagem de pessoas empregadas com renda inferior a 1 dólar por dia; 1.B.4: Porcentagem de trabalhadores por conta própria e que contribuem para a previdência social, em relação ao emprego total.</p>
	<p>1.C: Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população afetada pela fome.</p>	<p>1.C.1: Prevalência de crianças (com menos de 5 anos) abaixo do peso. Fontes: UNICEF e OMS; 1.C.2: Proporção da população que não atinge o nível mínimo de crescimento dietético de calorias. Fonte: FAO.</p>
<p align="center">OBJETIVO 2: ALCANÇAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA UNIVERSAL</p>	<p>2.A: Garantir, que até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos tenham a oportunidade de completar um plano de estudos de escolaridade primária completo.</p>	<p>2.A.1: Taxa líquida de matrícula no ensino primário; 2.A.2: Proporção dos alunos que iniciam o 1º ano e atingem o 5º; 2.A.3: Taxa de alfabetização na faixa etária de 15 a 24 anos.</p>
<p align="center">OBJETIVO 3: PROMOVER A IGUALDADE DE GÊNERO E CAPACITAR AS MULHERES</p>	<p>3.A: Eliminar a disparidade entre gêneros no ensino primário e secundário se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, até 2015.</p>	<p>3.A.1: Razão meninas/meninos no ensino básico, médio e superior; 3.A.2: Percentagem de mulheres assalariadas no setor não agrícola; 3.A.3: Proporção de mulheres exercendo mandatos no</p>

		parlamento nacional.
OBJETIVO 4: REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL	4.A: Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade das crianças com menos de 5 anos.	4.B.1: Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos; 4.B.2: Taxa de mortalidade infantil; 4.B.3: Proporção de crianças de 1 ano vacinadas contra o sarampo.
OBJETIVO 5: MELHORAR A SAÚDE MATERNA	5.A: Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade infantil;	5.A.1: Taxa de mortalidade materna; 5.A.2: Proporção de partos assistidos por profissional de saúde qualificado.
	5.B: Alcançar o acesso universal a serviços de saúde reprodutiva.	5.B.1: Porcentagem de mulheres de 15 a 49 anos que usam métodos contraceptivos; 5.B.2: Taxa de nascimentos entre adolescentes; 5.B.3: Cobertura de atendimento pré-natal (pelo menos uma visita); 5.B.4: Necessidades não atendidas em planejamento familiar.
OBJETIVO 6: COMBATER O HIV/SIDA, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS	6.A: Parar e reverter, até 2015, a propagação do VIH/SIDA;	6.A.1: Pessoas de 15 a 49 anos vivendo com HIV/Aids, em porcentagem; 6.A.2: Uso de preservativo em práticas sexuais de alto risco; 6.A.3: Porcentagem da população de 15 a 24 anos com conhecimento adequado e integral de HIV/Aids; 6.A.4: Relação entre matrícula de crianças órfãs e matrícula de crianças não-órfãs de 10 a 14 anos.
	6.B: Alcançar, até 2010, o acesso universal ao tratamento do VIH/SIDA para todos aqueles que dele necessitam;	6.B.1: Proporção de portadores de HIV com infecção avançada que têm acesso a medicamentos antirretrovirais.
	6.C: Parar e inverter, até 2015, a tendência atual da incidência da malária e de outras doenças graves.	6.C.1: Taxas de prevalência e de mortalidade ligadas à Malária; 6.C.2: Porcentagem de crianças menores de 5 anos que dormem protegidos por mosquiteiros com inseticida; 6.C.3: Porcentagem de crianças menores de 5 anos

		<p>com febre que são tratados com medicamentos adequados contra malária;</p> <p>6.C.4: Taxas de prevalência e de mortalidade ligadas à tuberculose;</p> <p>6.C.5: Proporção de casos de tuberculose detectados e curados no âmbito de tratamentos de curta duração sob vigilância direta.</p>
<p>OBJETIVO 7: ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</p>	<p>7.A: Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas dos países nacionais e inverter a atual tendência de perda de recursos ambientais;</p>	<p>7.A.1: Proporção de áreas terrestres cobertas por florestas;</p> <p>7.A.2: Emissão de gás carbônico per capita;</p> <p>7.A.3: Consumo de substâncias que degradam a camada de Ozônio;</p> <p>7.A.4: Proporção de peixes dentro de limites biológicos seguros;</p> <p>7.A.5: Proporção do total de recursos hídricos utilizada.</p>
	<p>7.B: Reduzir a perda de biodiversidade, alcançando até 2010, uma redução significativa na taxa de perda;</p>	<p>7.B.1: Proporção de áreas terrestres e marinhas protegidas;</p> <p>7.B.2: Proporção de espécies ameaçadas de extinção.</p>
	<p>7.C: Reduzir para metade, até 2015, a percentagem da população sem acesso sustentável a água potável e saneamento básico;</p>	<p>7.C.1: Proporção da população com acesso a uma fonte de água tratada;</p> <p>7.C.2: Proporção da população com acesso a melhores condições de esgotamento sanitário;</p>
	<p>7.D: Alcançar, até 2020, uma melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros de lata.</p>	<p>7.D.1: Proporção da população urbana vivendo em assentamentos precários.</p>
<p>OBJETIVO 8: ESTABELECEER UMA PARCERIA MUNDIAL PARA O DESENVOLVIMENTO</p>	<p>8.A: Desenvolver um comércio e sistema financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório;</p>	<p>Sem indicadores.</p>
	<p>8.B: Atender às necessidades especiais dos Países em Desenvolvimento;</p>	<p>Sem indicadores.</p>
	<p>8.C: Atender às necessidades especiais dos Países em Desenvolvimento sem litoral e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento (por meio</p>	<p>Sem indicadores.</p>

	<p>do Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e o resultado do Vigésimo Segundo Período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral);</p>	
	<p>8.D: Tratar de forma integrada do problema da dívida dos Países em Desenvolvimento;</p>	<p>8.D.1: Ajuda pública para o Desenvolvimento (APD) líquida como porcentagem da renda nacional bruta dos países doadores membros da OCDE/Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (objetivos de 0,7% no total e 0,15% para os PMA);</p> <p>8.D.2: Proporção da Ajuda Pública para o Desenvolvimento bilateral, para setores específicos dos doadores da OCDE para serviços sociais básicos (educação básica, cuidados de saúde primários, nutrição, água salubre e saneamento);</p> <p>8.D.3: Proporção da Ajuda Pública para o Desenvolvimento dos doadores da OCDE que não está vinculada;</p> <p>8.D.4: Ajuda Pública para o Desenvolvimento dos doadores da OCDE aos países sem acesso ao mar como proporção da Renda Nacional Bruta destes;</p> <p>8.D.5: Ajuda Pública para o Desenvolvimento dos doadores da OCDE aos pequenos estados insulares em vias de desenvolvimento como proporção da Renda Nacional Bruta destes;</p> <p>8.D.6: Proporção do total das importações dos Países Desenvolvidos (por valor e excluindo armas) provenientes de Países em Desenvolvimento e países menos desenvolvidos, admitidas sem pagamento de direitos alfandegários;</p> <p>8.D.7: Tarifas médias de</p>

		<p>importação impostas aos produtos agrícolas, têxteis e vestuários dos países em vias de desenvolvimento;</p> <p>8.D.8: Apoios agrícolas estimados para países da OCDE, como percentagem de seus PIBs;</p> <p>8.D.9: Proporção da Ajuda Pública para o 168 Desenvolvimento outorgada para reforçar as capacidades comerciais;</p> <p>8.D.10: Número cumulativo de países que tenham atingido pontos de decisão e de cumprimento da Iniciativa a favor dos Países Pobres Muito endividados;</p> <p>8.D.11: Dívida oficial perdoadada como resultado da iniciativa Países Pobres Muito Endividados, em milhões de dólares;</p> <p>8.D.12: Serviço da dívida como percentagem das exportações de bens e serviços.</p>
	<p>8.E: Fornecer acesso aos medicamentos essenciais a preços acessíveis nos Países em Desenvolvimento, em cooperação com as empresas farmacêuticas;</p>	<p>8.E.1: Proporção da população com acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, numa base sustentável.</p>
	<p>8.F: Tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial da informação da comunicação, em colaboração com o setor privado.</p>	<p>8.F.1: Assinatura de telefones fixos por 100 habitantes;</p> <p>8.F.2: Assinatura de telefones móveis (celulares) por 100 habitantes;</p> <p>8.F.3: Computadores pessoais por 100 habitantes.</p>

Fonte: BRASIL (2009). Adaptado pela autora.

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista

- 1) Como foi/é a história do NIDEP?
- 2) Com que propósito o NIDEP surgiu e quais suas estratégias de constituição?
- 3) Juridicamente como o NIDEP se caracteriza?
- 4) Qual é a relação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na origem do NIDEP e em suas atividades cotidianas?
- 5) O que fazia/faz o NIDEP? A sua atuação era única e inovadora no Brasil? Outras entidades tinham o mesmo propósito?
- 6) Onde o NIDEP pretendia chegar com sua atuação?
- 7) Como era o método de trabalho desenvolvido pelo NIDEP para alcançar seus objetivos?
- 8) O NIDEP contribuiu/contribui para a constituição de um sistema de governança e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio?
- 9) Como era/é o trabalho em conjunto com a Secretaria da Presidência da República?
- 10) Qual a relação do NIDEP com o PNUD?
- 11) Como foi/é o desafio de manter as atividades do NIDEP ativo e coeso?
- 12) Como as ações do NIDEP é/eram financiadas?
- 13) Qual sua relação com outros estados e esfera federal?
- 14) O que motivava as pessoas a se associar ao NIDEP? Isso é/era incentivado? Como?
- 15) Quais as principais dificuldades enfrentadas no início, meio e últimos meses da implementação do NIDEP?
- 16) Como foi a transformação do ORBIS em NIDEP?
- 17) Qual suas expectativas em relação aos próximos anos?

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista: objetivo específico 1

a) Contextualizar a institucionalização do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (NIDEP) como estratégia para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil.

- 1) Como foi/é a história do NIDEP?
- 2) Com que propósito o NIDEP surgiu e quais suas estratégias de constituição?
- 3) Juridicamente como o NIDEP se caracteriza?
- 4) Qual é a relação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na origem do NIDEP e em suas atividades cotidianas?

APÊNDICE D - Roteiro de entrevista: objetivo específico 2

b) Analisar a contribuição do NIDEP, por meio do seu protagonismo na estruturação do sistema de governança multinível para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

- 1) O que fazia/faz o NIDEP? A sua atuação era única e inovadora no Brasil? Outras entidades tinham o mesmo propósito?
- 2) Onde o NIDEP pretendia chegar com sua atuação?
- 3) Como era o método de trabalho desenvolvido pelo NIDEP para alcançar seus objetivos?
- 4) O NIDEP contribuiu/contribui para a constituição de um sistema de governança e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio?
- 5) Como era/é o trabalho em conjunto com a Secretaria da Presidência da República?
- 6) Qual a relação do NIDEP com o PNUD?

APÊNDICE E - Roteiro de entrevista: objetivo específico 3

c) Identificar a convergência desta atuação com a dimensão política do desenvolvimento territorial sustentável.

- 1) Como foi/é o desafio de manter as atividades do NIDEP ativo e coeso?
- 2) Como as ações do NIDEP é/eram financiadas?
- 3) Qual sua relação com outros estados e esfera federal?
- 4) O que motivava as pessoas a se associar ao NIDEP? Isso é/era incentivado? Como?
- 5) Quais as principais dificuldades enfrentadas no início, meio e últimos meses da implementação do NIDEP?
- 6) Como foi a transformação do ORBIS em NIDEP?
- 7) Qual suas expectativas em relação aos próximos anos?

APÊNDICE F - Atuais países-membros da Organização das Nações Unidas

Quantidade	Países-membros:	Membro desde:
1	Afeganistão	19 de novembro de 1946
2	África do Sul ⁹	7 de novembro de 1945
3	Albânia	14 de dezembro de 1955
4	Alemanha	18 de setembro de 1973
5	Andorra	28 de julho de 1993
6	Angola	1º de dezembro de 1976
7	Antígua e Barbuda	11 de novembro de 1981
8	Arábia Saudita	24 de outubro de 1945
9	Argélia	8 de outubro de 1962
10	Argentina	24 de outubro de 1945
11	Armênia	2 de março de 1992
12	Austrália	1º de novembro de 1945
13	Áustria	14 de dezembro de 1955
14	Azerbaijão	2 de março de 1992
15	Bahamas	18 de setembro de 1973
16	Bangladesh	17 de setembro de 1974
17	Barbados	9 de dezembro de 1966
18	Barein	21 de setembro de 1971
19	Belarus	24 de outubro de 1945
20	Bélgica	27 de dezembro de 1945
21	Belize	25 de setembro de 1981
22	Benim	20 de setembro de 1960
23	Bolívia	14 de novembro de 1945
24	Bósnia e Herzegovina	22 de maio de 1992
25	Botsuana	17 de outubro de 1966
26	Brasil	24 de outubro de 1945
27	Brunei	21 de setembro de 1984
28	Bulgária	14 de dezembro de 1955
29	Burkina Faso	20 de setembro de 1960
30	Burundi	18 de setembro de 1962
31	Butão	21 de setembro de 1971
32	Cabo Verde	16 de setembro de 1975
33	Camarões	20 de setembro de 1960
34	Camboja	14 de dezembro de 1955
35	Canadá	9 de novembro de 1945
36	Catar	21 de setembro de 1971
37	Cazaquistão	2 de março de 1992
38	Chade	20 de setembro de 1960
39	Chile	24 de outubro de 1945
40	China	24 de outubro de 1945
41	Chipre	20 de setembro de 1960
42	Cingapura	21 de setembro de 1965
43	Colômbia	5 de novembro de 1945
44	Comores	12 de novembro de 1975
45	Congo	20 de setembro de 1960
46	Coreia do Norte	17 de setembro de 1991
47	Coreia do Sul	17 de setembro de 1991
48	Costa do Marfim	20 de setembro de 1960

⁹ Os 51 Países-membros fundadores da ONU, destacados em **negrito**.

49	Costa Rica	2 de novembro de 1945
50	Croácia	22 de maio de 1992
51	Cuba	24 de outubro de 1945
52	Dinamarca	24 de outubro de 1945
53	Djibuti	20 de setembro de 1977
54	Dominica	18 de dezembro de 1978
55	Egito	24 de outubro de 1945
56	El Salvador	24 de outubro de 1945
57	Emirados Árabes Unidos	9 de dezembro de 1971
58	Ecuador	21 de dezembro de 1945
59	Eritreia	28 de maio de 1993
60	Eslováquia	19 de janeiro de 1993
61	Eslovênia	22 de maio de 1992
62	Espanha	14 de dezembro de 1955
63	Estados Unidos	24 de outubro de 1945
64	Estônia	17 de setembro de 1991
65	Etiópia	13 de novembro de 1945
66	Federação Russa	24 de outubro de 1945
67	Fiji	13 de outubro de 1970
68	Filipinas	24 de outubro de 1945
69	Finlândia	14 de dezembro de 1955
70	França	24 de outubro de 1945
71	Gabão	20 de setembro de 1960
72	Gâmbia	21 de setembro de 1965
73	Gana	8 de março de 1957
74	Geórgia	31 de julho de 1992
75	Granada	17 de setembro de 1974
76	Grécia	25 de outubro de 1945
77	Guatemala	21 de novembro de 1945
78	Guiana	20 de setembro de 1966
79	Guiné	12 de dezembro de 1958
80	Guiné-Bissau	17 de setembro de 1974
81	Guiné-Equatorial	12 de novembro de 1968
82	Haiti	24 de outubro de 1945
83	Holanda (Países Baixos)	10 de dezembro de 1945
84	Honduras	17 de dezembro de 1945
85	Hungria	14 de dezembro de 1955
86	Iêmen	30 de setembro de 1947
87	Ilhas Marshall	17 de setembro de 1991
88	Ilhas Salomão	19 de setembro de 1978
89	Índia	30 de outubro de 1945
90	Indonésia	28 de setembro de 1950
91	Irã	24 de outubro de 1945
92	Iraque	21 de dezembro de 1945
93	Irlanda	14 de dezembro de 1955
94	Islândia	19 de novembro de 1946
95	Israel	11 de maio de 1949
96	Itália	14 de dezembro de 1955
97	Jamaica	18 de setembro de 1962
98	Japão	18 de dezembro de 1956
99	Jordânia	14 de dezembro de 1955
100	Kiribati	14 de setembro de 1999
101	Kuwait	14 de maio de 1963

102	Laos	14 de dezembro de 1955
103	Lesoto	17 de outubro de 1966
104	Letônia	17 de setembro de 1991
105	Líbano	24 de outubro de 1945
106	Libéria	2 de novembro de 1945
107	Líbia	14 de dezembro de 1955
108	Liechtenstein	18 de setembro de 1990
109	Lituânia	17 de setembro de 1991
110	Luxemburgo	24 de outubro de 1945
111	Macedônia	8 de abril de 1993
112	Madagascar	20 de setembro de 1960
113	Malásia	17 de setembro de 1957
114	Malauí	1º de dezembro de 1964
115	Maldívas	21 de setembro de 1965
116	Mali	28 de setembro de 1960
117	Malta	1º de dezembro de 1964
118	Marrocos	12 de novembro de 1956
119	Maurício	24 de abril de 1968
120	Mauritânia	27 de outubro de 1961
121	México	7 de novembro de 1945
122	Micronésia	17 de setembro de 1991
123	Moçambique	16 de setembro de 1975
124	Mianmar	19 de abril de 1948
125	Moldávia	2 de março de 1992
126	Mônaco	28 de maio de 1993
127	Mongólia	27 de outubro de 1961
128	Montenegro	28 de junho de 2006
129	Namíbia	23 de abril de 1990
130	Nauru	14 de setembro de 1999
131	Nepal	14 de dezembro de 1955
132	Nicarágua	24 de outubro de 1945
133	Níger	20 de setembro de 1960
134	Nigéria	7 de outubro de 1960
135	Noruega	27 de novembro de 1945
136	Nova Zelândia	24 de outubro de 1945
137	Omã	7 de outubro de 1971
138	Palau	15 de dezembro de 1994
139	Panamá	13 de novembro de 1945
140	Papua Nova Guiné	10 de outubro de 1975
141	Paquistão	30 de setembro de 1947
142	Paraguai	24 de outubro de 1945
143	Peru	31 de outubro de 1945
144	Polônia	24 de outubro de 1945
145	Portugal	14 de dezembro de 1955
146	Quênia	16 de dezembro de 1963
147	Quirguistão	2 de março de 1992
148	Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	24 de outubro de 1945
149	República Centro-Africana	20 de setembro de 1960
150	República Democrática do Congo	20 de setembro de 1960
151	República Dominicana	24 de outubro de 1945
152	República Tcheca	19 de janeiro de 1993
153	Romênia	14 de dezembro de 1955

154	Ruanda	18 de setembro de 1962
155	Samoa	15 de dezembro de 1976
156	San Marino	2 de março de 1992
157	Santa Lúcia	18 de setembro de 1979
158	São Cristóvão e Névis	23 de setembro de 1983
159	São Tomé e Príncipe	16 de setembro de 1975
160	São Vicente e Granadinas	16 de setembro de 1980
161	Senegal	28 de setembro de 1960
162	Serra Leoa	27 de setembro de 1961
163	Sérvia	1º de novembro de 2000
164	Seicheles	21 de setembro de 1976
165	Síria	24 de outubro de 1945
166	Somália	20 de setembro de 1960
167	Sri Lanka	14 de dezembro de 1955
168	Suazilândia	24 de setembro de 1968
169	Sudão	12 de novembro de 1956
170	Sudão do Sul ¹⁰	14 de julho de 2011
171	Suécia	19 de novembro de 1946
172	Suíça	10 de setembro de 2002
173	Suriname	4 de dezembro de 1975
174	Tadjiquistão	2 de março de 1992
175	Tailândia	16 de dezembro de 1946
176	Tanzânia	14 de dezembro de 1961
177	Timor-Leste	27 de setembro de 2002
178	Togo	20 de setembro de 1960
179	Tonga	14 de setembro de 1999
180	Trinidad e Tobago	18 de setembro de 1962
181	Tunísia	12 de novembro de 1956
182	Turquia	24 de outubro de 1945
183	Turcomenistão	2 de março de 1992
184	Tuvalu	5 de setembro de 2000
185	Ucrânia	24 de outubro de 1945
186	Uganda	25 de outubro de 1962
187	Uruguai	18 de dezembro de 1945
188	Uzbequistão	2 de março de 1992
189	Vanuatu	15 de setembro de 1981
190	Venezuela	15 de novembro de 1945
191	Vietnã	20 de setembro de 1977
192	Zâmbia	1º de dezembro de 1964
193	Zimbábue	25 de agosto de 1980
-	Checoslováquia ¹¹	24 de outubro de 1945
-	Jugoslávia ¹¹	24 de outubro de 1945

Fonte: ONUBR (2018f). Adaptado pela autora.

¹⁰ Último País-membro a aderir a ONU.

¹¹ Países-membros fundadores da ONU, não pertencentes mais a Organização.

ANEXO A – Layout do Portal ODM



The screenshot displays the web interface of the Portal ODM. At the top, the browser address bar shows the URL www.relatoriosdinamicos.com.br/portaldom/. The page header includes the logo for "RELATÓRIOS DINÂMICOS" (Monitoring of Indicators) and "PORTAL ODM", along with navigation links for "PRINCIPAL", "SOBRE O RELATÓRIOS DINÂMICOS", "DIVULGUE!", and "CONTATO", and a "Curtir" button.

INDICADORES DO MILÊNIO AO SEU ALCANCE!

Sistema de consulta de informações ambientais, econômicas e sociais sobre os ODM de todos os estados e municípios brasileiros. Apresenta análises e infográficos, com base em fontes oficiais de informação, possibilitando a comparação entre estados e municípios e exportação dos relatórios em pdf.

QUERO VER O RELATÓRIO:

Selecione um Estado

[Escolher Município?](#)

ACESSAR

[BUSCA AVANÇADA](#)

Atualizado em 10/02/2017 - [Exibir alterações](#)

ANEXO B - Slogan do Movimento Nós Podemos

